

**ARNALDO ROMERO**

**O LUGAR DOS BACHARÉIS:**

**História da criação da Faculdade de Direito – FADIR  
de Campo Grande, MT (1965-1970).**

**Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS**

**Mestrado em Educação**

**Campo Grande – MS**

**2005**

**ARNALDO ROMERO**

**O LUGAR DOS BACHARÉIS:  
História da criação da Faculdade de Direito – FADIR  
de Campo Grande, MT (1965-1970).**

Dissertação apresentada como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, sob orientação da Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Eurize Caldas Pessanha.

**Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS  
Mestrado em Educação  
Campo Grande - MS  
2005**

Banca examinadora:

---

---

---

---

À Rosária Irala Spinola, minha avó (*in memoriam*);  
à minha mãe, Adélia Romero de Paiva;  
à Verônica Romero, minha segunda mãe.  
Ao Victor, Virgínia e Victor Ariel.

Aos amigos.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, especialmente à linha de pesquisa: “Escola, cultura e disciplina escolares”, pela possibilidade de poder realizar esta dissertação.

Agradeço à professora Eurize Caldas Pessanha pela orientação rigorosa, generosa e fértil. Agradeço, igualmente, à Eurize, amiga e camarada, pela possibilidade de poder fazer o ajuste de contas com a minha formação. Agradeço às professoras Fabiany de Cássia Tavares Silva, pela crítica sensível e à Maria Adélia Menegazzo, pela sensibilidade crítica. Ainda à professora Maria Emília Borges Daniel, pelas contribuições sempre pertinentes. Aos professores Décio Gatti Jr. e Regina.Tereza Cestari de Oliveira, pela gentileza de aceitarem o convite para participar da banca examinadora.

Agradeço a Ana Cláudia Salomão da Silva pela correção dos originais e incentivo, a Afonso Corrêa Blan, pela amizade e pelas preces. E aos outros amigos, pela torcida. Agradeço aos colegas de mestrado e aos colegas das instituições de ensino onde trabalho: Faculdades Integradas de Ponta Porã – FIP e Universidade para o Desenvolvimento do Estado e Região do Pantanal – UNIDERP, Rio Verde.

Agradeço ao Dr. Edson Contar pela gentileza em permitir citação de trecho de seu futuro livro: *A Babel que deu certo*; ao colega Ricardo Melo, pelas orientações em economia; aos funcionários do Arquivo Municipal – ARCA; às funcionárias do Arquivo do jornal Correio do Estado; às funcionárias da UCDB; aos funcionários da biblioteca e do gabinete do Ver. Athayde Nery Jr. na Câmara Municipal de Campo Grande. Agradeço também aos entrevistados pela generosidade e simpatia com que se dispuseram a colaborar com este trabalho.

Por fim, agradeço a minha família pelo carinho sempre presente.

A todos, muito obrigado!

“[...]

Quem quer passar além do Bojador  
Tem que passar além da dor.  
Deus ao mar o perigo e o abysmo deu,  
Mas nelle é que espelhou o céu..”  
(PESSOA, Fernando, 1980, p. 58)

“Busquen la sencillez.”

São Francisco de Sales.

## RESUMO

Esta dissertação, desenvolvida no Mestrado em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, situa-se na área das investigações da História das Instituições Escolares. A pesquisa está dividida em quatro partes: na primeira – História das instituições educacionais, no campo da cultura escolar, como uma possível interpretação da sociedade –, apresenta-se o método de aproximação ao objeto, inserido no campo da cultura escolar, entendendo que a história das escolas, e em particular de uma escola específica, fornece indícios e pistas para a construção de uma interpretação sobre a cidade e reflete na cultura escolar elementos, estruturas e movimentos da comunidade a que pertence; na segunda – O ensino superior privado e o papel da Igreja Católica na educação, especialmente em Campo Grande - MT –, apresentamos um breve histórico sobre o ensino superior, e particularmente do ensino superior privado em nosso país, a fim de situar a história da criação da FADIR e o papel da Igreja Católica e dos padres salesianos na educação em Campo Grande; na terceira – Os antecedentes da criação, e os primeiros tempos, da Faculdade de Direito de Campo Grande –, estudam-se os movimentos da cúpula da Missão Salesiana para a criação do curso de Direito, sua instalação e os primeiros tempos, e por fim, na quarta parte, como uma espécie de conclusão – O lugar dos bacharéis –, discute-se o discurso da fundação e a permanência do ideário católico na escola e nos egressos e a criação de uma elite que carrega consigo a marca da distinção, representada pela primeira turma da FADIR. Utiliza-se como uma das chaves de interpretação da FADIR a definição de “escola exemplar”, assim como do conceito de instituição, no sentido de verificar a cultura material e a cultura simbólica que a escola em apreço produziu, apropriando-se, ainda, da noção de tradições inventadas, para por fim, entremear a explicação com a preocupação que se refere à relação do trabalho com a educação/escola, principalmente naquilo que uma escola salesiana construiu, em vista da sua preocupação social com a formação profissional de seus alunos. Também se investigou a relação entre a escola e a cidade, posto que é nesse comércio de interesses que se evidenciam informações determinantes na construção de determinada escola.

## PALAVRAS-CHAVE

História das instituições escolares; cultura escolar; FADIR.

## ABSTRACT

This dissertation done as part of the Master Degree in Education at Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, in the field of the History of the Educational Institutions. The research is divided in four parts: the first one – The history of the Educational Institutions, in the field of the school culture as a possible interpretation of the society, takes the object approaching method, in the field of the school culture, understanding that the history of the schools, a specific school in particular, gives signs and clues to the construction of an interpretation about the city and reflects the school culture elements, community structures and movements it belongs to; the second one – The private higher education and the role of the Catholic Church in Education, especially in Campo Grande - MT, we show a brief history about the higher education and , particularly the private higher education in our country, in order to place the history of FADIR creation and the role of the Catholic Church, the Salesian priests, in education in Campo Grande; The third one – The antecedents of the creation, the first times of the Law Course in Campo Grande, where the movements of the Salesian Mission chiefs for the creation of the Law Course is studied, the setting and the first times. At last in the fourth part, as a kind of conclusion – The place of the Graduated – where it is discussed the foundation speech and the permanence of the catholic ideals at the school and among the ex-students and the creation of an elite that can bring with them the distinction sign, represented first class of FADIR. As one of Fadir interpretation keys we use the definition of “exemplary school”, as well as, the concept of institution, in order to verify the material culture and symbolic one the school had produced, also framing the notion of invented traditions to, in the end, interspersing the explanation with the concerns that refer to the relation of work with education/school, mainly, over what the Salesian school built, considering its social concern over its students’ professional formation. We also searched into the relation between the school and the city, since it is on this trade of interests that it is shown determinant information in the construction of determined school.

## KEY-WORDS

History of the educational institutions; school culture; FADIR.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1- Escudo da Ordem Salesiana .....	41
2- Dom Bosco com os primeiros salesianos .....	50
3 - Fotomontagem: <i>Don Bosco benedice i fanciulli</i> .....	58
4- Constituição da Sociedade São Francisco de Sales .....	59
5 - Sessão de criação da 1ª Faculdade de Direito de MT (dec. 20) .....	85
6 - Colégio D. Bosco (1969) .....	102
7 – 1ª turma de Direito escadaria prédio na Rua 14 de julho (1966) .....	106
8 – 1ª turma de Direito em sala de aula (1966) .....	115
9 - Alunos da 1ª turma à frente do avião <i>Constelation</i> - Santa Cruz, Bolívia (1970) .....	119
10 - Pátio do Colégio Dom Bosco e da FADIR .....	124
11 - Foto oficial da formatura da primeira turma (1970) .....	128

## LISTA DE GRÁFICOS

1 - Número de alunos por cursos (1945-1964) .....	72
2 - Evolução dos cursos de Direito no Brasil (1950-2004) .....	78
3 - Evolução dos cursos da Região Centro-Oeste (1950-2004) .....	78

## LISTA DE TABELAS

1 - Estudantes brasileiros formados em Coimbra (1776-1830) .....	44
2 - Evolução demográfica – Campo Grande – 1940/1996 .....	90

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO 1 – A HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS, NO CAMPO DA CULTURA ESCOLAR, COMO UMA POSSÍVEL INTERPRETAÇÃO DA SOCIEDADE .....</b>	<b>19</b>
<b>CAPÍTULO 2 – O ENSINO SUPERIOR PRIVADO E A IGREJA CATÓLICA NA EDUCAÇÃO, ESPECIALMENTE EM CAMPO GRANDE - MATO GROSSO .....</b>	<b>38</b>
2.1 - DA COLÔNIA AO FIM DO SEGUNDO REINADO .....	38
2.2 - DO INÍCIO DA REPÚBLICA AOS ANOS 1930 .....	54
2.3 - AS DÉCADAS DE 1930 A 1950 .....	63
2.4 - A EXPANSÃO DO ENSINO PRIVADO A PARTIR DE 1960 .....	73
<b>CAPÍTULO 3 – OS ANTECEDENTES DA CRIAÇÃO E OS PRIMEIROS TEMPOS DA FACULDADE DE DIREITO DE CAMPO GRANDE .....</b>	<b>83</b>
3.1 - O TEMPO ANTES DO COMEÇO .....	84
3.2 - O LUGAR DA FADIR NO TEMPO DE CAMPO GRANDE .....	88
3.3 - A HISTÓRIA DA CRIAÇÃO .....	99
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS – O LUGAR DOS BACHARÉIS .....</b>	<b>128</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>136</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>139</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>149</b>
01 – DEPOIMENTO DE FERDINANDO JOSÉ URIZAR.	
02 – DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO:	
- DESCRIÇÃO DA ENTIDADE MANTENEDORA;	
- DESCRIÇÃO DOS EDIFÍCIOS;	

- DEMONSTRAÇÃO DA NECESSIDADE DO CURSO PARA O MEIO CULTURAL;

- ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA.

03 – OFÍCIOS DO MEC À FADIR:

- OF MEC Nº 1298 – 27/09/1965;

- OF MEC COM ADENDO AO PARECER Nº 774/65;

- OF. MEC 2º ADENDO AO PARECER N. 774/65;

- OF. MEC Nº 113 – 28/02/1969.

04 – DOCUMENTA:

- DOCUMENTA Nº 39 – JULHO/1965;

- DOCUMENTA Nº 41 – SETEMBRO/1965;

- DOCUMENTA Nº 42 – OUTUBRO/1965;

- DOCUMENTA Nº 97 – JANEIRO/FEVEREIRO/1969;

-DOCUMENTA Nº 127 – JULHO/1971.

05 – JORNAL TRIBUNA UNIVERSITÁRIA:

- TRIBUNA UNIVERSITÁRIA Nº 01 – 12 DE MARÇO/1967;

- TRIBUNA UNIVERSITÁRIA Nº 05 – AGOSTO/1967;

- TRIBUNA UNIVERSITÁRIA Nº 11 – MAIO/1969.

06 – RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO DACLOBE – 23/10/1966 A 15/03/1968.

## INTRODUÇÃO

Segundo consta, Santo Agostinho, certa feita, ao analisar o Evangelho de São Paulo, teria dito: “quando Paulo diz de Pedro, diz mais de Paulo do que de Pedro”. Pois bem, também creio que quando se fala de algo, ou de alguém, muito mais do que desvelar o outro, quem na verdade se revela é o autor. Diante disso, é sempre um risco escrever sobre as coisas e as pessoas, pois no fundo o que se revela, quem se expõe, não é o objeto estudado, mas o pesquisador que escreve.

Feita a ressalva, e assumindo que muito de mim, além daquilo que esperava e desejava, está nestas e nas próximas palavras, devo dizer que falo de onde estou: Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul, estado novo no cenário nacional (28 anos), de economia agro-pastoril com uma população em torno de 700 mil habitantes. Falo na condição de ex-estudante de escola pública, que fez dois cursos superiores em faculdade privada (Psicologia e Direito), especificamente nas Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso – FUCMT, objeto de estudo deste trabalho; que nasceu e viveu até a adolescência na fronteira do Brasil com o Paraguai, o que talvez tenha contribuído, em certa medida, para a construção de uma visão original – fronteiriça – das coisas do mundo, e que, advogado, atualmente, é assalariado: professor de Direito Internacional e Direito Comercial em cursos jurídicos em instituições privadas de ensino superior.

Apresentado o autor, resta apresentar o objeto: *a História da criação da Faculdade de Direito de Campo Grande – o lugar dos bacharéis*. A trajetória da construção do objeto foi típica: sinuosa, difícil e incompleta. Na intenção de estudar a gênese e a construção da disciplina Direito Internacional Privado, iniciou-se o percurso neste mestrado. Propunha-se, de início, estudar tal disciplina na principal escola de Direito do País: a Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Feito o primeiro contato com o objeto, verificou-se a dificuldade no

acesso aos arquivos daquela escola, assim como a sua aparente desorganização. Ao mesmo tempo, deparou-se com a primeira curva na estrada, a própria linha de pesquisa transformou-se, optando, ao lado da pesquisa das disciplinas escolares, por dar ênfase à cultura escolar, particularmente à história das instituições escolares. Mudou-se de rumo, novo objeto: a própria Faculdade de Direito. Na evolução, após a realização de estudos preliminares, o que se verificou foi a complexidade do objeto escolhido, digno de uma investigação mais profunda, que talvez extrapolasse os objetivos de um mestrado, posto que estudar a história da Faculdade de Direito da USP era ao mesmo tempo estudar a história do País, tal a riqueza dos fatos e personalidades por ela produzidos e a ela vinculados, que dificilmente poderiam ser abarcados, em toda sua inteireza, numa dissertação, em vista da importância política e estratégica daquela escola para o Estado de São Paulo e para o Brasil.

Na última curva, optou-se, sugestão da orientadora, por estudar a história da Faculdade de Direito – FADIR de Campo Grande, por estar mais próxima do autor, em todos os sentidos. Mas o que exatamente pesquisar? Segundo os registros disponíveis, a história dessa escola pode ser dividida em três partes: a primeira, que vai da sua criação (1965) até a sua incorporação à Federação Universitária Católica (1971); a Segunda, que se inicia nessa data e vai até a criação da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB (1993), na qual a faculdade é incorporada como um curso, e por fim a última fase que se inicia com a UCDB e vem até os dias de hoje. Definiu-se, então, o período a ser estudado: o tempo de sua criação, identificado no percurso da 1ª turma da FADIR, que vai de 1965 a 1970, com o objetivo de analisar os antecedentes da criação da FADIR e seus primeiros tempos e a sua vinculação com os anseios dos habitantes de Campo Grande - MT, para elaborar conclusões sobre a hipótese da efetiva construção, pelos padres salesianos, de uma elite “cristã e honesta”, como pregava Dom Bosco:

Um dos objetivos claros do trabalho de D. Bosco foi a educação dos jovens para ser um cidadão honesto e cristão exemplar. Educar não se configurou mais que proporcionar aos jovens possibilidades concretas para que tomassem consciência de si, do mundo, do valor da própria vida, da vocação originária para crescer e desenvolver-se como pessoa a partir de um quadro referencial da época que traduzia a dignidade de filhos de Deus (CASTRO, 2003, p. 24).

Em outras palavras, analisa-se a relação Igreja e cidade e como ela se refletiu nesse projeto educativo confessional e, ainda, a relação entre a escola e a cidade, vez que no desenho desses dois complexos pode-se ler estratégias e práticas dos agentes sociais em cada momento histórico.

O nome do trabalho nasceu da constatação de que os bacharéis, particularmente os do curso de Direito, sempre tiveram lugar de destaque na construção de uma elite e da estruturação do Estado brasileiro. Ser bacharel, ser advogado, ser doutor, neste país, conta muito. Além de uma distinção de mérito educativo, parece ser uma distinção de classe social. Diante disso, também foi intenção deste trabalho observar, mesmo que de soslaio, o início da construção, por uma instituição de ensino confessional, da categoria de bacharéis laicos em Campo Grande. Estudar ao mesmo tempo o seu nascedouro – enquanto história de convergência de interesses e de resultado de lutas internas e externas –, a composição do seu corpo discente e a origem do ex-alunos. Investigar o lugar cujos egressos estão e/ou estiveram na construção de Campo Grande, para constatar se a intenção de construir um grupo de “cidadãos honestos e cristãos exemplares” por meio do ensino superior foi alcançada.

Compreender a história de uma escola é compreender um pouco a história da cultura que a construiu. Portanto, compreender a história da criação da FADIR é aproximar-se de uma explicação plausível de um momento específico da cidade de Campo Grande na década de 1960, da população daquela época, dos embates que se travavam no cenário social e principalmente das vitórias que canalizaram a criação da atual Universidade Católica Dom Bosco, descendente direta daquela faculdade.

Compreender e interpretar os dados e fatos do passado é tarefa difícil, na medida em que se deve construir uma explicação que, a partir de dados concretos, indícios e relatos orais, histórias que não se escreveram, esclareça os nexos entre o pretérito e o atual, e anteveja os laços entre o hoje e o amanhã. Mas se a explicação for lógica e honesta, e de alguma forma se encaixar num sistema maior de compreensão e interpretação da realidade, ela pode oferecer esquemas, pistas e explicações úteis e muito próximas da realidade. Ou ainda, como desculpa, pode-se dizer: *se non e vero, e ben trovato*.

Para a interpretação dos vários significados que pode possuir uma escola e uma cidade, bebemos da água oferecida pela sensibilidade de Fernando Pessoa e a utilizamos como inspiração deste trabalho:

O entendimento dos símbolos e dos rituais (simbólicos) exige do intérprete que possua cinco qualidades ou condições, sem as quais os símbolos serão para ele mortos e ele um morto para eles.

A primeira é a simpatia; não direi primeira em tempo, mas a primeira conforme vou citando, e cito por graus de simplicidade. Tem o intérprete que sentir simpatia pelo símbolo que se propõe a interpretar. A atitude cauta, irônica, a deslocada – todas elas privam o intérprete da primeira condição para poder interpretar.

A segunda é a intuição. A simpatia pode auxiliá-la, se ela já existe porém, não criá-la. Por intuição se entende aquela espécie de entendimento com que se sente o que está além do símbolo, sem que se veja.

A terceira é inteligência. A inteligência analisa, decompõe, reconstrói noutro nível o símbolo; tem, porém, que fazê-lo depois que, no fundo, é tudo o mesmo. Não direi erudição, como poderia no exame dos símbolos, é o relacionar no alto o que está de acordo com o que está embaixo. Não poderá fazer isto se a simpatia não tiver lembrado essa relação, se a intuição a não tiver estabelecido. Então a inteligência, de discursiva que naturalmente é, se tornará analógica, e o símbolo poderá ser interpretado.

A quarta é a compreensão, entendendo por esta palavra o conhecimento de outras matérias, que permitam o símbolo seja iluminado por várias luzes, relacionando com vários outros símbolos, pois que, no fundo, é tudo o mesmo. Não direi erudição, como poderia ter dito, pois a erudição é uma soma; nem direi cultura, pois a cultura é uma síntese; e a compreensão é uma vida. Assim certos símbolos não podem ser bem entendidos se não houver antes, ou ao mesmo tempo, o entendimento de símbolos diferentes.

A quinta é menos definível. Direi talvez, falando a uns, que é a graça. Falando a outros, que é a mão do Superior Incógnito, falando a terceiros, que é o Conhecimento e Conversação do Santo Anjo da Guarda, entendendo cada uma destas coisas, que são a mesma maneira como as entendem aqueles que delas usam, falando ou escrevendo (1980. p. 43/44).

Na esperança de ter sido inspirado pela “graça” para apreender o objeto, com inteligência e intuição, em vista da simpatia construída ao longo dos dez anos de experiência como aluno da FUCMT, apresenta-se este trabalho.

A dissertação foi dividida em quatro partes: na primeira – A história das instituições educacionais, no campo da cultura escolar, como uma possível interpretação da sociedade –, apresenta-se o método de aproximação ao objeto, inserido no campo da cultura escolar, entendendo que a história das escolas, e em particular de uma escola específica, fornece indícios e pistas para a construção de uma interpretação sobre a cidade e reflete na cultura escolar elementos, estruturas e movimentos da comunidade a que pertence; na segunda – O ensino superior privado e o papel da Igreja Católica na educação, especialmente em Campo Grande - MT –, apresenta-se um breve histórico sobre o ensino superior, e particularmente do ensino superior privado em nosso país, a fim de situar a história da criação da FADIR e o papel da Igreja Católica e dos padres salesianos na educação em Campo Grande; na terceira – Os antecedentes da criação, e os primeiros tempos, da Faculdade de Direito de Campo Grande –, estudam-se os movimentos da cúpula da Missão Salesiana para a criação do curso de Direito, sua instalação e os primeiros tempos, e, por fim, na quarta parte, como conclusão – O lugar dos bacharéis –, discute-se o discurso da fundação e a permanência do ideário católico na escola e nos egressos e a criação de uma elite que carrega consigo a marca da distinção, representada pela primeira turma da FADIR. Neste trabalho, utiliza-se como uma das chaves de interpretação da FADIR a idéia de “escola exemplar” elaborada pelo grupo que desenvolve o Projeto “Tempo de cidade, lugar de escola”, coordenado por Pessanha (2004), isto é, a escola considerada como “referência de qualidades e de formação e que, de alguma forma, é percebida como ligada à própria identidade cultural das ‘elites’ da cidade”. Utiliza-se, ainda, a noção de “elite” como “aqueles e aquelas para quem são reservadas as mais altas posições sociais” (NOGUEIRA; ALMEIDA, 2003, p. 7).

Presume-se, pois, que determinadas escolas são

“[...] portadora[s] de um *estilo*, mais ou menos visível, isto é, capaz, em maior ou menor grau, de ser percebido e capaz de falar à imaginação dos jovens e de suas famílias. Um estilo que seria tributário tanto da história da instituição e da imagem que os seus fundadores construíram para ela, quanto do destino social reservado aos alunos que formou” (ALMEIDA, 2003, p. 138-139).

Apropria-se, também, do conceito de instituição oferecido por Magalhães (2004), no sentido de verificar a cultura material e a cultura simbólica que a escola em apreço produziu. E, lançando-se uma luz ao conceito de instituição, utiliza-se ainda, da noção de tradições inventadas oferecida por Hobsbawm (1984), para, por fim, entremear a explicação com a preocupação teórico-metodológica apontada por Buffa e Nosella (1998), qual seja, aquela que se refere à relação do trabalho com a educação/escola, principalmente naquilo que uma escola salesiana construiu, em vista da sua preocupação social com a formação profissional e moral de seus alunos. Em outras palavras:

Considerando-se que o conhecimento escolar é um importante regulador da estrutura da experiência, torna-se necessário questionar em que medida e de que forma a passagem por um sistema educacional específico pode contribuir para modificar a representação que o aluno tem de si mesmo e a que os outros têm dele (ALMEIDA, 2003. p. 136).

Na experiência de Pereira (1967), Varela/Alvarez-Uria (1991), Sampaio (1998), Buffa;Nosella (1998, 2000 e 2002), Magalhães (1999, 2004) e Gatti Jr. (2000), foram encontradas algumas categorias de análise que foram úteis no historicizar das instituições escolares. Preocupação especial é a relação entre a escola e a cidade, posto que é também nesse comércio de interesses que se evidenciam informações determinantes na construção da cultura escolar, o que se buscou em Rama (1985).

Fizeram parte de nossa pesquisa como fonte primária as atas das sessões da Câmara Municipal de Campo Grande no período de 1960 a 1970, onde foram investigadas, pela

ordem, todas as citações relativas à FADIR; à Missão Salesiana; à educação em geral e aos principais movimentos políticos e econômicos da cidade. Também se pesquisaram os mesmos assuntos nos principais jornais da cidade: Correio do Estado (1965,1966,1968, 1970); Jornal do Comércio (1965, 1966, 1970), O Matogrossense (1965, 1966) e Diário da Serra (1970). Ex-alunos da primeira turma e ex-professores deixaram depoimentos, gravados ou não, sobre a FADIR, que foram utilizados nesta dissertação.

Compõe material de pesquisa: as atas das reuniões da Congregação da FADAFI, entre 1962 a 1967; cópia do Pedido de Autorização, arquivado na Biblioteca da UCDB; ofícios enviados à FADIR pelo Conselho Federal de Educação, além do Parecer nº 774/65 e adendos, do Parecer nº 69/69 e do Parecer nº 393/71 (todos publicados na revista Documenta).

O jornal acadêmico Tribuna Universitária serviu de base para entender melhor o corpo discente; assim como o Regimento Interno do Diretório Acadêmico Clóvis Beviláqua – DACLOBE e o Relatório de Atividades da primeira gestão (1966 a 1968) dessa agremiação.

A cidade e a escola estão esperando por serem explicadas. É o que se pretendeu com esta dissertação. Decifrar Campo Grande pelos passos da Faculdade de Direito. Conhecer o espaço da FADIR no tempo da cidade.

## **CAPÍTULO 1**

### **A HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS, NO CAMPO DA CULTURA ESCOLAR, COMO UMA POSSÍVEL INTERPRETAÇÃO DA SOCIEDADE**

Apresentar a História das Instituições Escolares como uma das possíveis aproximações à escola, dentro do campo da cultura escolar, faz-se necessário para justificar o método utilizado para interpretar a sociedade. A história das escolas, e em particular de uma escola específica, fornece indícios e pistas para a construção de uma explicação sobre a cidade e reflete na cultura escolar elementos, estruturas e movimentos da comunidade a que pertence.

Escrever sobre uma escola é detectar e interpretar o conjunto de nexos, economias, dependências e autonomias que a instituição escolar estabelece em sua relação com seus integrantes, alunos, professores, suas normas, sua arquitetura, seus planos de ensino, seus currículos, e sua vinculação com a cidade que a construiu.

Diante de experiências de pesquisas com e a partir da escola, que a transformaram, nos últimos tempos, em centro de investigações no campo da história, da sociologia, da política educacional e da prática pedagógica, é necessário dizer que em muitas dessas investigações se constata a necessidade de estudar determinadas instituições escolares “exemplares”, entendidas como “aquela considerada referência de qualidade e de formação e que, de alguma forma, é percebida como ligada à própria identidade cultural das ‘elites’ da cidade (PESSANHA, 2004, p. 3)”. É por essa linha de pesquisa que este trabalho tenta ascender, escolhendo uma escola “exemplar” como objeto de investigação.

Estudar uma escola específica – neste caso, a Faculdade de Direito de Campo Grande – é prática historiográfica idônea, que se apresenta e se justifica no fazer história como construção de uma explicação dentro da cultura escolar, sob os auspícios de uma nova modalidade interpretativa. Para tanto buscou-se a definição de conceitos necessários na contextualização do tema, tais como, cultura e cultura escolar, além de uma proposta de definição do objeto central deste estudo – a instituição escolar.

O momento atual da historiografia das instituições escolares posiciona-se dentro das novas tendências de história que hoje se praticam, e se situa num espaço intermediário entre a micro e a macro história (GATTI JR, 2000). A História das Instituições Escolares é campo novo na historiografia da educação, resultado da crise de paradigmas que a História vem passando nas últimas décadas, oscilando entre as opções tradicional/positivista e o marxismo vulgar. Esta recente prática historiográfica, que se situa no campo de influência da Escola dos *Annales* de origem francesa, da sua sucessora, a Nova História, e da nova historiografia inglesa, opta por novos tipos de objetos e renova suas fontes de pesquisa.

Essas práticas inauguraram novo paradigma interpretativo e vêm influenciando decisivamente as pesquisas desenvolvidas no campo da historiografia educacional, principalmente nos cursos de pós-graduação, posto que, segundo Gatti Jr. (2000), nas últimas décadas, a pesquisa histórica passou por um intenso processo de renovação teórico-metodológico, no qual se valoriza a utilização tanto dos aportes teóricos quanto das evidências – fontes primárias, sendo que estas não se limitam aos documentos escritos, mas abarcam fontes orais, iconográficas, etc.

Nesse sentido, a pesquisa histórico-educacional beneficiou-se desta renovação, pois sofisticou suas ferramentas de trabalho e ampliou seu leque temático. [Visto que] a História das Instituições Escolares integra uma tendência recente na historiografia, que confere relevância epistemológica e temática ao exame de singularidades sociais em detrimento das precipitadas análises de conjunto, que, sobretudo, na área educacional faziam-se presentes (GATTI JR, 2000, p. 131 e 133).

Fazer história das instituições escolares é atualmente optar por uma abordagem meso, situada entre as visões gerais e as visões singulares da História. Diante do debate entre essas duas práticas, no qual as primeiras são demasiadamente genéricas e paradigmáticas, e as segundas, meramente curiosas, optou-se por considerar o particular como expressão do desenvolvimento geral (BUFFA; NOSELLA, 1998, p. 21).

Essa perspectiva tem levado o pesquisador educacional, nas suas formulações interpretativas, a considerar novas fontes de informações, tais como, manuais escolares, cadernos, currículo, disciplinas, calendário e o próprio prédio, além, é claro, do registro da história oral fornecido pelas entrevistas com ex-alunos, professores e funcionários, redirecionando, dessa maneira, o estudo sobre o passado das escolas, mediante consultas a fontes primárias e secundárias que não apenas a legislação e os atos oficiais.

Em que pese a crítica de autores como Julia (2001), que considera a história das instituições escolares demasiado “externalista”, pode-se dizer que a História das Instituições Escolares insere-se, hoje, como importante instrumento de análise da historiografia da atualidade educacional, ou, como sugere Magalhães, é a:

História construída da(s) memória(s) para o arquivo e do arquivo para a memória, intentando uma síntese multidimensional que traduza um itinerário pedagógico, uma identidade histórica, uma realidade em evolução, um projeto pedagógico (1999, p.61).

Importante considerar, também, que, em uma análise desse tipo, a História não deve ser encarada apenas como factual e descritiva, mas também interpretativa, para ao final conseguir abstrair da história de uma escola (abordagem meso) explicações que retratam a história de uma sociedade (abordagem macro).

Antes, é importante que se discutam conceitos fundamentais para a abordagem do problema. Para inscrever a história das instituições educacionais dentro do campo da cultura

escolar, é preciso enfrentar conceitos como cultura e cultura escolar, os dois controvertidos e multifacetários.

Para evitar citações de dezenas de definições de cultura, que ao invés de clarear dificultariam ainda mais a sua compreensão, opta-se, neste trabalho, por considerar cultura:

[...] condição e produto da ação humana, enquanto processo que impõe significado às práticas sociais e, ao mesmo tempo, impõe critérios de valor segundo a classificação dos modos e meios de produção do bem cultural (PESSANHA; DANIEL; MENEGAZZO, 2003, p. 01).

Tal opção baseia-se na idéia de que o aspecto mais importante da cultura é o processo de significação das práticas sociais, possibilitando a utilização desse conceito na compreensão das práticas sociais que ocorrem na escola – condição e produto da ação humana em determinado tempo-história/espaco-cidade e na sociedade.

Lançando-se mão desse conceito amplo de cultura, identifica-se na escola a sua cultura específica, produto e condição da ação humana, com sentido próprio, que pode ser descrita, segundo Gimeno Sacristán (1996, p. 34), como a “caracterização ou, melhor dito, uma reconstrução da cultura, feita em razão das próprias condições nas quais a escolarização reflete suas pautas de conhecimento, pensamento e organização”.

Forquin (1993, p. 167), por sua vez, ao definir cultura escolar como “conjunto dos conteúdos cognitivos e simbólicos que, selecionados, organizados, ‘normalizados’, ‘rotinizados’, sob o efeito dos imperativos de didatização, constituem habitualmente o objeto de uma transmissão deliberada no contexto das escolas”, mantém sua ênfase nas práticas escolares.

Com cuidado redobrado, Viñao Frago, provisoriamente arrisca uma ampliação para o conceito de cultura escolar:

[...] conjunto de ideas, principios, criterios, normas y prácticas sedimentadas a lo largo del tiempo en las instituciones educativas: modos de pensar y actuar que proporcionan a sus componentes estrategias y pautas para desenvolver tanto en las aulas como fuera de ellas – en el resto del recinto escolar y en el mundo académico – e integrarse en la vida cotidiana de las mismas. Estos modos de hacer y de pensar – mentalidades, actitudes, rituales, mitos, discursos, acciones –, ampliamente compartidos, asumidos sin más, no puestos en cuestión e interiorizados, sirven a unos y a otros para desempeñar sus tareas diarias, entender el mundo académico-educativo y hacer frente tanto a los cambios o reformas como las exigencias de otros miembros de la institución, de otros grupos y, en especial de los reformadores, gestores e inspectores (2000, p.100).

Falta, porém, a esse conceito, expressamente identificada a ação de insistir no ensinamento desejado, o que nos faz optar pela definição de Julia (2001, p. 10), considerando cultura escolar como o “conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão de conhecimentos e incorporação desses comportamentos”. Nessa acepção, da cultura escolar fazem parte as condutas inculcadas e a inculcar nos alunos, importante categoria investigatória neste estudo de uma escola “exemplar”, formadora de bacharéis em Direito, tão afeitos a condutas burocráticas e tradições comportamentais construídas; normas e práticas cujos significados são apreendidos de maneira mais abrangente quando olhados em perspectiva temporal, através da História das Escolas.

Importante dizer, no entanto, que a História das Instituições Escolares preocupa-se com questões que vão muito além das efemérides oficiais. Identifica e interpreta as normas expressas e as normas ocultas que definem o devir escolar, a prática diária dos rituais, a construção de tradições na transmissão de conhecimentos e incorporações de comportamentos socialmente aceitos e definidos como necessários pela e para sociedade.

Nesse sentido, utiliza-se neste trabalho a definição adotada por Hobsbawm quanto ao que seja “tradição inventada”:

[...] entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais como valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao

passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (1984, p. 9).

Fazer história das escolas é, também, decifrar um enigma inscrito na cidade, cuja chave – a cultura escolar – pode estar na elucidação do diálogo/relação entre os sujeitos da escola com os sujeitos da cidade, porque a cultura escolar não se articula somente em torno de conhecimentos, mas da possibilidade de construção de uma instituição: a educação.

No dizer de Magalhães (2004, p. 112)

O quadro institucional (educação-instituição) diz respeito à cultura material e simbólica, quer dizer, às condições materiais e de funcionamento, à gramática escolar e à escolarização, e refere-se à representação, à apropriação das aprendizagens e à qualificação e reconhecimento da mais-valia educacional pelos grupos, indivíduos e organizações, pelo que uma segunda observação, no plano epistemológico, corresponde à interrogação sobre: se a tônica dominante da educação-instituição diz respeito à mudança ou à permanência/consolidação; se tal diferenciação é sistêmica ou interna às instituições educativas; se a realidade institucional é de aplicação ou de construção.

O que, por conseqüência, torna a investigação mais complexa, porque sai dos muros escolares e avança na cidade, nas expectativas de construção de determinados valores que desembocam na construção ou consolidação de determinada classe ou categoria social:

Na relação entre análise institucional e história das instituições escolares e das práticas educativas podem verificar-se indefinições, cuja explicitação é um desafio ao aprofundamento da análise, pois, pela sua especificidade, a instituição não corresponde a uma extensão ou a uma aplicação direta da matriz conceitual e metodológica da análise institucional. Deste modo, há na história das instituições escolares e das práticas educativas uma sensibilidade à divergência no âmbito da cultura escolar, apesar do reconhecimento da integração institucional de saberes e de saber-fazer, e da extensão à realidade sistêmica. No entanto, só uma hermenêutica complexa, crítica, aberta, quanto aos critérios, aos atributos e aos quadros temporais, permite integrar as apropriações subjetivas, construir identidades, valorizar os contextos geográficos, sociais, culturais (MAGALHÃES, 2004, p. 113).

Nesse sentido, para estudar a FADIR é preciso um método de interpretação aberto, crítico e sensível, capaz de integrar numa mesma análise a escola “exemplar”, com atributos próprios e gerais, que a tornaram singular e universal, pois retrato de certo tipo de proposta

pedagógica, e a cidade, fruto de lutas de contrários e síntese provisória de interesses históricos.

A definição do objeto da História das Instituições Escolares, para uma abordagem que fica entre o microscópio e o telescópio, não deixou de ser tentada. O objeto escola, tal qual a conhecemos, é produto da elaboração teórica e prática da idade moderna. É um instrumento físico e ideológico, uma instituição. Sempre vinculada à sua época, compõe-se de uma rede de relações entre seus sujeitos, dentre os quais: os professores, diretores, alunos e funcionários. É, também, o fruto da confluência de leis educacionais, projetos pedagógicos e currículos; das práticas pedagógicas e de tradições históricas e inventadas. É o resultado visível de uma relação econômico/cultural que é sustentada entre esse complexo e a cidade que a engendrou e a mantém.

Quando observada pela lente do microscópio, revela-se macro, dificultando o seu estudo. É preciso, portanto, definir e delimitar a sua presença para que, com o uso de instrumento de investigação que a aumente, não se dilua em sua própria amplidão e possa revelar suas histórias e determinações.

As relações, produtos, políticas e culturas criadas dentro de determinada escola revelam muito de uma sociedade. O microcosmo da escola, olhado com a lente da história cultural, desvela determinada cidade, porquanto reproduz as relações, produtos e políticas da comunidade em que está inserida, pois existe uma relação de dependência e influência constante entre a instituição escolar e sua urbe. Pode-se ver traduzidos em uma instituição escolar, em determinado tempo e lugar, as principais características e conflitos das classes sociais que a geraram.

No plano histórico, uma instituição educativa é uma complexidade espaço-temporal, pedagógica, organizacional, onde se relacionam elementos materiais e humanos, mediante papéis e representações diferenciados, entretecendo e projetando futuro(s), (pessoais), através de expectativas institucionais. É um lugar de permanentes

tensões[...] são projetos arquitetados e desenvolvidos a partir de quadros sócio-culturais (MAGALHÃES 1998, p. 61-62).

A escola, definida e gravada em nossa mente principalmente por nossa experiência ocidental de aluno, é ao mesmo tempo lócus de conhecimento e local de tradições; tempo e lugar de disciplina e retrato da cidade; modo de ensinar e modo de aprender; lugar de ciência e confluência de culturas; mar de significados e práticas que ampliam seu sentido e dificultam a sua apreensão.

Forquin (1993, p. 167) acrescenta mais significados, quando afirma que “a escola é também um ‘mundo social’, que tem suas características de vida próprias, seus ritmos e seus ritos, sua linguagem, seu imaginário, seus modos próprios de regulação e de transgressão, seu regime próprio de produção e de gestão de símbolos”.

Pode-se afirmar que no estudo, tipicamente sociológico, para conhecer o funcionamento de uma escola primária na área metropolitana de São Paulo, Pereira (1967) conceituou escola como um conjunto de pessoas que desenvolvem entre si um sistema de relações que se distingue na esfera da vida social institucional e central, de outro, de vida social espontânea e periférica. Contribui nesta investigação, esse conceito, ao indicar que apesar de determinada pela cidade, a escola mantém uma singularidade própria que não pode ser confundida com o meio social em que se encontra.

Souza, na mesma linha de pensamento, ao estudar como se dá a (re)invenção da escola primária no Estado de São Paulo, e seguir as “pegadas dos povos civilizados” através dessas instituições, apreendeu o objeto/escola como “signo da modernidade e da inovação educacional”, identificando-a “com os avanços do século, renovada nos métodos, nos processos de ensino, nos programas, na organização didático-pedagógica”, o que lança luz ao estudo da FADIR, vinculando a escola ao contexto da modernidade, diferenciando-a de outras instituições sociais:

[...] é fato que a educação cumpre finalidades determinadas pela sociedade, não é menos verdade que os projetos, os discursos, as teorias pedagógicas materializam-se no cotidiano da escola; é nesse âmbito que a intercessão de subjetividades e práticas cadencia ritmos, ritualiza comportamentos, intercambia experiências, configura formas de agir, pensar, sentir e possibilita a identidade/diferenciação da escola no conjunto das instituições sociais (SOUZA, 1998, p. 19).

Sampaio (1998), por sua vez, em sua obra *Um gosto amargo de escola: relações entre currículo, ensino e fracasso escolar*, ao estudar como se instala a lógica do fracasso no interior da instituição escolar, conceituou escola como sendo o lócus que sustenta seu funcionamento separando as pessoas em seus papéis específicos, agrupando alunos em espaços controláveis e dissociando o ensino da aprendizagem como forma de realizar seu trabalho de transmissão organizada de conhecimentos, e mostrou o processo de legitimação da exclusão social verificada na cidade sendo reproduzida no processo de exclusão dentro da escola. Mecanismo que, em certa medida, verificou-se no estudo da FADIR, como a seguir veremos.

Na tentativa de explicitação do objeto/escola também são úteis as conclusões de Varela e Alvarez-Uria, que da Espanha já haviam analisado a escola em si, no clássico *Arqueologia de la Escuela* (1991). Nessa obra, em que os autores se preocuparam em saber se o sistema escolar (principalmente, a escola) contribui para favorecer os ideais democráticos ou, pelo contrário, se sua lógica constitutiva funcionaria a partir de critérios mais ou menos explícitos de dominação, delimitou-se o conceito de escola como sendo aquela instituição formada por uma série de peças fundamentais, dentre as quais se sobressaem: o espaço fechado, o professor com autoridade moral, o estatuto de minoria dos alunos e um sistema de transmissão de saberes intimamente ligado ao funcionamento disciplinador. Também se conceituou a escola como o lócus de privilegiamento das relações de poder sobre as de saber, o que nos ajudou a concluir que, muito além de um espaço que favoreça a discussão e a ascensão espiritual, ela é um local que serve para inculcar valores como a disciplina e a

determinação dos lugares que cada um deve ocupar em uma sociedade “harmônica e pacífica”, principalmente quando se trata de uma escola “exemplar”, como foi a FADIR.

Essas são, em síntese, as várias posições acerca da definição de escola, nas quais se percebem diferenças pontuais que se harmonizam no geral e mostram a escola como mais do que um local de aprendizado de ler, escrever e calcular. De fato, na escola se aprende a ler, além do escrito; a escrever, além do léxico, e a calcular: números, idéias, posturas, morais, regras, comportamentos, ideologias. É nesse espaço/tempo que o novo historiador faz sua prática historiográfica, para, ao final, tendo uma análise histórica e crítica de uma escola em particular, poder fazer a leitura da sociedade maior em que está localizada e compreender o tempo em que se produziram as relações que determinaram sua identidade.

Definido o objeto de pesquisa desta historiografia singular, pergunta-se: qual o instrumental adequado para trazer a lume, da melhor maneira, em toda a sua inteireza, essa instituição enterrada sob camadas e camadas de cultura e de história? É o que a seguir tenta-se apresentar.

Categorias de pesquisa são chaves que permitem a identificação e a interpretação dos fatos sociais, históricos, econômicos, culturais. O próprio objeto, em sua peculiaridade, acaba por sugerir a construção de categorias que podem ser utilizadas na explicação de uma escola “exemplar”. Quanto mais inusitado/novo o objeto, inusitadas e novas serão as categorias de investigação. A História das Instituições Escolares, portanto, é o fruto teórico de novas categorias fabricadas, principalmente, nas próprias escolas.

Vinão Frago e Agustin Escolano já ensinaram que:

Dentro de uma história da escola como instituição social e cultural atenta à micropolítica e à organização interna da mesma, em que a reconstrução arqueológica adquire sentido não pela nova reconstrução ou enumeração de objetos – uma tarefa necessária mas insuficiente –, mas pela sua integração num esquema explicativo que interpreta e dá sentido à realidade paralela assim reconstruída. Uma história que requer uma nova leitura de fontes tradicionais – estatutos, regulamentos, discursos, memórias ... – e o recurso a outras fontes até agora menos utilizadas como autobiografias e diários, os relatórios das visitas de inspeção, as descrições do

edifício, das salas de aula ou da vida escolar em geral, as memórias dos arquitetos, fotografias e plantas, cadernos e diários de classe, exames, mobiliário e material de todo o tipo, calendários e horários escolares, inventários e um longo etc. de restos de realidade social e cultural das instituições escolares (1998, p. 14).

Essa postura investigativa tem enfrentado desafios e dificuldades próprios da construção das abordagens pouco tradicionais. A busca de definições das fontes e categorias de pesquisa é uma delas. Na tentativa de identificar algumas das categorias utilizadas na historiografia das instituições escolares, a experiência de autores que trabalham nesse campo é bastante proveitosa, referência necessária nessa tarefa.

Buffa e Nosella, em que pese não estarem fazendo História das Instituições Escolares nos parâmetros atuais dessa nova historiografia, em suas obras<sup>1</sup>, particularmente as que relatam as criações de escolas paulistas, apresentam algumas categorias para uma abordagem meso da história. Sugerem como fonte a origem da escola, sua criação, sua construção e a instalação como indicadores importantes na elaboração da história de determinada escola.

O próprio prédio onde foi instalada a instituição deve ser considerado fonte importante: seu projeto, o processo de implantação, estilo, organização do espaço e sua relação dentro da cidade. Evidencia, ainda, que o perfil dos professores e funcionários, suas biografias e políticas internas, são fundamentais para esse tipo de investigação.

Os alunos (origem e perfil), os conteúdos escolares, sua evolução histórica e a vida diária da instituição educativa (interação entre prédio, alunos, professores e administradores, normas disciplinares, exposições) nos ajudam a compreender a dinâmica e permitem uma aproximação bastante fidedigna da cultura escolar produzida naquele locus.

De maneira semelhante Magalhães (1998) apresenta as categorias que utiliza para fazer a historiografia das instituições escolares. Esquemáticamente aparece em primeiro lugar o espaço: local/lugar, edifício, topografia; além do tempo, em que se estudam o calendário, os

---

<sup>1</sup> A escola profissional de São Carlos (1998); Schola Mater: a antiga escola normal de São Carlos (2000) e Escola de Engenharia de São Carlos - os primeiros tempos: 1948-1971 (2002).

horários e a agenda antropológica da escola. O currículo, como conjunto das matérias lecionadas, métodos, tempos, etc. ou como racionalidade da prática, e o modelo pedagógico escolar, construção de uma racionalidade complexa que articula a lógica estruturante interna com as categorias externas que a constituem (tempo, lugar, ação), também oferecem indicações de como se produz a cultura escolar em determinada instituição escolar.

O recrutamento, profissionalização, formação, organização, mobilização, história de vida, itinerários, expectativas, decisões, compensações dos professores, são elementos importantes na construção da síntese interpretativa das escolas. De igual maneira os manuais escolares e os alunos que afluem àquele lócus.

Formas de estimulação e resistências, alerta o historiador lusitano, são reflexos de movimentação que retratam as lutas internas e dão conta de como os conflitos sociais se equacionam dentro dos muros colegiais. De igual maneira, os níveis de apropriação, transferências da cultura escolar, escolarização, alfabetização e destinos de vida dos seus atores são fiéis indicadores da cultura de determinada escola, especialmente aquela considerada “exemplar”.

A experiência de Gatti Jr. (2000, p. 145) apresenta categorias em tudo semelhantes às referidas, tanto é assim que o próprio autor reconhece a repetição, no exterior e no Brasil, de esquemas de pesquisas similares:

De modo geral, tanto as interpretações construídas por estrangeiros, quanto por brasileiros, têm seguido um roteiro de pesquisa bastante similar, em que se destacam preocupações com os processos de criação e desenvolvimento (ciclo de vida) das instituições educativas; a configuração e as mudanças ocorridas na arquitetura do prédio escolar; os processos de conservação e mudança do perfil dos docentes; os processos de conservação e mudança do perfil dos alunos; as formas de configuração e transformação do saber veiculado nestas instituições de ensino, etc.

Pereira (1967), na obra já comentada, optou em sua pesquisa pelo Estudo de Caso, pontuando problemas em relação à generalização, quando expôs o material empírico coletado

e fez a interpretação sociológica da realidade pesquisada, evidenciando algumas implicações práticas dessa interpretação. Também colheu material empírico (elementos de caracterização da área escolar; regimento dos grupos escolares do Estado de São Paulo; representações ideais de “status” realmente vigentes; exame dos comportamentos efetivos das pessoas) para a compreensão do objeto. Utilizou-se, ainda, como fonte, de legislações, obras, arquivos e registros oficiais, relatos orais, composições dos alunos da 4ª série, observação direta, observação dirigida, questionários e entrevistas, tendo escolhido como categorias de investigação a área escolar; a racionalização; a burocratização; o patrimonialismo e a inovação pedagógica. Souza, em sua investigação, teve como fontes documentais os relatórios de grupos escolares, relatórios das escolas-modelo, relatórios de inspeção e relatórios anuais dos inspetores do ensino, ofícios e correspondências, programas e pareceres, arquivos escolares e jornais, relatórios e revistas da época do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Escolheu como categorias de investigação a cultura escolar, evidenciada na distribuição do tempo e do espaço escolares, na organização dos programas e nas práticas escolares.

Sampaio (1998) utilizou, em sua análise bastante específica, os recursos impetrados pelos alunos, ou seus pais, em reação à reprovação dos alunos imposta pelas escolas, da Delegacia de Ensino nº 5 e da COGSP, além de relatos ou casos distribuídos equitativamente entre o ensino fundamental e o ensino médio, como fonte primária, além das legislações e registros oficiais como fonte secundária. Sua preocupação era analisar o modelo proposto de escola e de currículo e sua possibilidade de realização, diante das condições reais, levando-se em conta os problemas declarados ou implícitos que aquele modelo de educação pretendia resolver. Elegeu como categorias de pesquisa, em primeiro lugar, a lógica do funcionamento da escola e do currículo. Também se deteve em analisar a formatação curricular, as prioridades do currículo em ação e o currículo *versus* fracasso escolar.

Na experiência europeia de Varela e Alvarez-Uria (1991), estudou-se a escola por meio de fontes como documentos de instituição e reorganização das escolas; da literatura específica de História da Educação Geral e na Espanha; da literatura específica de Sociologia Geral e da Educação; da literatura específica de Filosofia e de algumas pinturas do Museu do Prado. Aqueles autores ibéricos confrontaram textos que tentam dar conta de diferentes processos educativos que tiveram lugar em épocas históricas compreendidas entre o século XVI e a atualidade. Selecionaram como categoria socio-histórica a infância e analisaram a percepção que se tem da infância moderna, vinculada às mudanças na história do sistema educacional e dos modos de socialização.

Buffa e Nosella (1998, p. 21) apresentam também a relação do trabalho com a educação/escola como preocupação teórico-metodológica que merece atenção redobrada, quando afirmam que “o trabalho sempre influenciou nos processos educativos dos homens e na configuração das instituições escolares”, alertando que “a relação escola-trabalho não se reduz, porém, nem à preparação profissional, nem à imediata qualificação de mão-de-obra, pois existe uma complexa integração histórica entre o mundo do trabalho e a escola, sem que cada um perca suas especificidades e sua autonomia”. Nesse sentido, a relação trabalho educação/escola é categoria fundamental na abordagem meso da história escolar, principalmente nesta investigação de uma escola de ensino superior, cuja orientação salesiana privilegia o profissionalismo como base de sua proposta educativa.

Compreender o papel dos sujeitos e a dinâmica das lutas entre as forças que estruturam o mundo do trabalho e aquelas que estruturam a educação, dentro e fora do espaço escolar, é compreender um pouco da luta que se trava na sociedade e entender a síntese que se dá em cada momento histórico específico. Conseguir interpretar os indícios e fatos apresentados pela cultura escolar, fazendo sua correspondência com o mundo do trabalho, é identificar no singular as relações que se realizam no universal. Pois, mais uma vez

parafrazeando Croce, o universal não existe em si e só pode ser captado no particular por um olhar perspicaz e refinado no exercício da pesquisa (CROCE, apud BUFFA; NOSSELLA, 2000, p. 26).

Com essas experiências pode o pesquisador munir-se de instrumental necessário para historicizar a educação, conhecendo melhor as instituições escolares, a partir de uma abordagem intermediária, que ao final identifique as determinações externas, de dentro dos muros, para transformar a prática escolar e renovar suas propostas, sempre numa tentativa de transformação geral daquelas relações injustas perpetuadas.

Essa historiografia intermediária, porém, não prescinde de uma análise um pouco mais ampla, aquela que situa a escola dentro de um contexto maior: a de uma cidade, de uma região, posto que é do comércio simbólico, e às vezes concreto, dessas organizações que ambas (escola e cidade) serão moldadas e construirão, uma frente a outra, sua identidade particular.

Apreender e compreender a escola são trabalhos difíceis. Principalmente quando se sabe que ao estudar uma escola estamos estudando um povo, uma época. A escola acaba sendo o retrato vivo da cidade, uma síntese provisória que ao mesmo tempo fixa e transforma seu interior e seu entorno, chegando a influenciar, não poucas vezes, uma nação.

Da mesma forma que ninguém diz que mora no mundo, ninguém diz que estuda na cidade. Moramos em cidades e estudamos em escola! A relação/diálogo entre a cidade e a escola é apresentada como uma preocupação teórica especial, visto que dessa relação, de seus interesses, podem-se obter informações que identificam determinada cultura escolar.

Partindo-se do pressuposto de que em determinado tempo, por determinados motivos, uma escola específica é a que atrai os interesses e seduz os olhares de determinada cidade, o conceito de escola “exemplar” é importante no momento de formular interpretações sobre a História das Instituições Escolares. É preciso identificar se a escola estudada foi, no tempo

estudado, efetivamente aquela que concentra em si a instituição exemplar, modelar, percebida como aquela ligada à própria identidade cultural das elites da cidade, e por quais motivos isso ocorreu. Nesse sentido a investigação deverá estar, também, vinculada à organização e vida econômica, política e cultural da cidade. Um estudo desses fatores dará pistas e oferecerá material necessário para a construção da interpretação historiográfica da relação que se processou entre a escola e a cidade e vice versa.

Tal relação mereceu atenção neste trabalho, ainda mais porque a escola é construção eminentemente urbana, como explica Magalhães (2001, p. 32):

Uma das dimensões mais profundas do urbanismo é a cultura escrita – cultura escrita como suporte da palavra, cultura escrita como organização do pensamento, instrumento de administração e de poder – cadastros, registros de actos vitais, sentenças. Tendo por base a cultura escrita, a escola é por definição urbana – um tempo cronometrado, por contraponto ao tempo/tarefa do mundo rural; uma textualidade cívica e religiosa, uma simbolização cultural que não aceita, nem escreve as manifestações culturais rurais.

Também porque, elemento fundante, tal qual as igrejas, as escolas na América Latina refletiram, e ainda refletem, os interesses do seu tempo e dos seus fiéis. Essa cidade fruto de um parto da inteligência difere da cidade orgânica européia, pois primeiro foi idéia, para, depois, tornar-se concreta, como já enunciou Rama (1985, p. 23):

Os próprios conquistadores que as fundaram perceberam progressivamente, no transcurso do século XVI, que se haviam afastado da *cidade orgânica medieval* em que haviam nascido e crescido para entrar em uma nova distribuição do espaço, que enquadrava um novo modo de vida, que já não era o que haviam conhecido em suas origens peninsulares. Tiveram que se adaptar dura e gradualmente a um projeto que, como tal, não escondia sua consciência racionalizadora, não lhe sendo suficiente organizar os homens dentro de uma repetida paisagem urbana, pois também requeria que fossem moldados com destino a futuro, do mesmo modo sonhado de forma planificada, em obediência às exigências colonizadoras, administrativas, militares, comerciais, religiosas, que se iriam impondo com crescente rapidez..

O próprio Rama (1985, p. 23) explica que “no centro de toda cidade (latino-americana), [...] houve uma cidade letrada que compunha o anel protetor do poder e o

executor de suas ordens: uma plêiade de religiosos, administradores, educadores, profissionais, escritores e múltiplos servidores intelectuais”, delegando à escola papel de destaque que se estende até os dias de hoje e em muitos casos se preserva e se cultua.

Não há, portanto, como desvincular a história das instituições escolares da história das cidades. Não interpretar o percurso de uma sem vinculá-la ao percurso da outra, refazendo o diálogo entre as duas, possivelmente, é deixar de compreender inúmeros fatos que se refletem dentro da escola formatando a sua cultura específica.

Faria Filho, ao estudar a história de Belo Horizonte, percebeu tal diálogo, afirmando que a capital mineira, quando foi inaugurada, em 1897, refletia, naquele momento, um plano pedagógico e republicano para Minas Gerais, da qual fazia parte a escola, pois

[...] o projeto, a construção da cidade não refletiam apenas o projeto político e econômico da elite mineira. Belo Horizonte foi uma cidade pedagogicamente planejada e construída. A cidade, sua monumentalidade, sua aparência, sua forma de distribuir e controlar a população – tudo isso deveria servir de elemento educativo, principalmente para as populações pobres e trabalhadoras. Numa verdadeira pedagogia do olhar, em que o espetáculo se transformava em experiência de aprendizagem, a cidade se apresentava como o palco e a cena. (1996, p. 128)

E porque, continua Faria Filho (1996, p. 130) “a construção da escola e de sua cultura estará, [...] intimamente ligada à construção física e simbólica da cidade e da reformulação possível da República”, sendo que

[...] a cidade, lugar e condição de possibilidade da cidadania, não é coisa pública. É, quando muito, estatal. No mais das vezes, é privada. Nesse mundo, cujos movimentos sociais e cujos habitantes lutam pelo direito de ter direito, a escola é construída e vai-se construindo com o objetivo de impor o código e as regras que assegurem a continuidade do privado, e não do público. (1996, p. 132)

Com objetivos claros a escola foi criada pela cidade, quase os mesmos, pode-se dizer, pelos quais a classe dominante criou a cidade. A essa relação simbólica, estabelecida entre a escola e a cidade, em que uma (a escola) se apresenta como a construção da identidade da

outra (a cidade), cabe toda a significação cultural, que interpretada traduz a importância de uma na vida da outra, retratando os conflitos de uma na outra.

Em resumo,

[...] toda cidade, pode parecer-nos um discurso que articula variados signos-bifrontes de acordo com leis que evocam as gramaticais. Mas há acordo onde a tensão das partes se agudizou. As cidades desenvolvem suntuosamente uma linguagem mediante duas redes diferentes e superpostas: a física, que o visitante comum percorre até perder-se na sua multiplicidade e fragmentação, e a simbólica, que a ordena e interpreta, ainda que somente para aqueles espíritos afins, capazes de ler como significações o que não são nada mais que significantes sensíveis para os demais, e, graças a essa leitura, reconstruir a ordem. Há um labirinto das ruas que só a aventura pessoal pode penetrar e um labirinto dos signos que só a inteligência racionante pode decifrar, encontrando sua ordem (RAMA, 1985, p. 53).

Com novos instrumentais o historiador, que sabe que “não existe uma forma exclusiva de se compreender a realidade, nem muito menos um ‘único motor’ que determine o desenvolvimento histórico” (GATTI JR, 2000, p. 135), deseja que a História das Instituições Educacionais dê

[...] conta dos vários atores envolvidos no processo educativo, investigando aquilo que se passa no interior das escolas, gerando um conhecimento mais aprofundado destes espaços sociais destinados aos processos de ensino e de aprendizagem, por meio da busca da apreensão daqueles elementos que conferem identidade à instituição educacional, ou seja, daquilo que lhe confere um sentido único no cenário social do qual fez ou ainda faz parte, mesmo que ela tenha se transformado no decorrer dos tempos (GATTI, 2000, p. 145).

Sem esquecer que “falar da escola como espaço sócio-cultural implica, assim, resgatar o papel dos sujeitos na trama social que a constituiu, enquanto instituição” (DAYRELL, 1996, p. 136):

[...] compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re)escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico” (MAGALHÃES, 1999, p. 64).

Ter em conta, como afirma Julia (2001, p. 23), que “a escola é a instituição cuja constituição esteve freqüentemente associada a um projeto político e à noção de progresso” facilita nas formulações de interpretações sobre a escola e a cidade.

A importância desse novo campo de estudos dentro da historiografia escolar recai, principalmente, na possibilidade de construir teorias que ajudem a compreender a escola e poder com essas reflexões transformá-la num lugar mais justo, democrático e igualitário, ou, no dizer de Gatti Jr. (2000, p. 144), “ver a escola por dentro, analisar as suas determinações externas e revolucioná-las rapidamente”.

Utilizar a História das Instituições Escolares como instrumento na ampliação dos conhecimentos sobre a escola é usá-la como chave para desvendar o complexo de interesses e relações que se estabelecem dentro da escola, pela escola e para a escola; observando o cotidiano, os detalhes, o ordinário na busca de novas abordagens: na menor falha de continuidade, a cunha se mete e alarga sua penetração, propondo interpretações novas para velhos problemas.

O macrocosmo – a cidade – é o que define nosso objeto de estudo: o microcosmo *escola*. É nesse espaço/tempo que faremos nossa pesquisa, para, ao final, tendo a análise político-cultural e histórica de uma escola em particular, fazer a leitura da sociedade maior e tentar compreender, a um só tempo, o homem e a humanidade.

De posse do instrumental teórico, é preciso circunscrever a escola aos seus parâmetros históricos e dentro dos seus principais marcos legais, apontando o fortalecimento das instituições escolares particulares, especialmente as de cunho confessional, tal qual foi a FADIR. Nesse sentido, a seguir é apresentado um breve histórico do ensino superior no Brasil, com atenção especial às faculdades privadas, e a interferência da Igreja Católica nesse projeto educacional, particularmente em Campo Grande.

## **CAPÍTULO 2**

### **O ENSINO SUPERIOR PRIVADO E A IGREJA CATÓLICA NA EDUCAÇÃO, ESPECIALMENTE EM CAMPO GRANDE – MATO GROSSO.**

Neste capítulo, como já se disse, apresenta-se um breve histórico sobre o ensino superior, particularmente do ensino superior privado em nosso país, a fim de contextualizar a história da criação da FADIR no cenário nacional e regional. Relaciona-se, por outro lado, a intervenção da Igreja Católica na educação, em especial, em Campo Grande, lócus de nossa pesquisa.

#### **2.1 - DA COLÔNIA AO FIM DO SEGUNDO REINADO**

O Estado português na época da colonização brasileira vivia uma situação especial, no que se refere ao seu vínculo com a Igreja Católica. A aproximação dos interesses do Estado com os interesses da Igreja Católica há muito vinha sendo verificado nas iniciativas oficiais.

As duas instituições básicas que, por sua natureza, estavam destinadas a organizar a colonização do Brasil foram o Estado e a Igreja Católica. Embora se trate de instituições distintas, naqueles tempos uma estava ligada à outra. Não existia na época, como existe hoje, o conceito de cidadania, de pessoa com direitos e deveres com relação ao Estado, independentemente da religião. A religião do Estado era a católica e os súditos, isto é, os membros da sociedade, deviam ser católicos (FAUSTO, 2004, p. 60).

De acordo com Azzi (1987, p. 43) se, em Portugal, não chegou a ser implantada uma teocracia, a força do catolicismo se fez presente, integrando e fazendo parte da própria estrutura do Estado: “Desde o início de sua história, de fato Portugal se declarava simbolicamente ‘feudo’ da Santa Sé, enquanto seus príncipes proclamavam fidelidade ao Romano Pontífice”.

Tanto essa cultura se disseminava, que em Portugal, diferentemente de outras nações onde havia sacerdotes e soldados exercendo funções distintas, os clérigos combatiam e os militares, por sua vez, atuavam como ministros religiosos.

Essa sacralização do reino lusitano fazia com que a ‘ordem religiosa’ permeasse a ‘ordem natural e social’; daí atribuir-se uma dimensão de fé às realizações políticas e econômicas da Coroa. Tal contexto permite entender por que os textos oficiais apresentam sempre o projeto expansionista lusitano como essencialmente religioso, visando tanto o combate dos infiéis como a conversão dos gentios. A ‘dilatação da fé’ e a ‘dilatação da cristandade’ passa a ser considerada como missão específica do projeto colonizador lusitano. O povo português se considerava assim como um povo escolhido por Cristo, e dedicado fielmente a seu serviço. [...] É mediante a consciência coletiva da superioridade racial advinda da fé que os portugueses se dispõem a combater os árabes, a perseguir os judeus, a escravizar os negros ou a dizimar as populações indígenas. O privilégio da ‘pré-destinação’ divina lhes outorgava o direito não apenas de dominar, mas até mesmo de extirpar da terra, se necessário, os mouros infiéis, os malditos judeus ou os gentios das terras de além-mar, possuídos pelas forças diabólicas (AZZI, 1987, p. 43-45).

Também na área intelectual essa vinculação se evidenciava:

A renovação intelectual da Europa do século dezesseis sómente se manifesta pelo espírito de cruzada da contra-reforma. São os jesuítas que acompanham os aventureiros, os degredados e, por último, os restos da fidalguia que Portugal conseguiu mandar. A empresa era tudo que havia de mais contraditório: exploração econômica e missão jesuítica. Aventureirismo e delírio teocrático. Pouco depois, os escravos, caçados na África, para ajudar aqui a fundação de uma nova terra para Jesus! Até os jesuítas os admitiram na obra de construir o Brasil, que, segundo eles, era *sua* empresa (TEIXEIRA, 1967, p. 39).

Foi com essa concepção do Novo Mundo que os lusitanos desembarcaram em praias brasileiras. Nesse início de colonização, a cultura em nossa sociedade não representava nenhuma necessidade, exatamente pela natureza do tipo de colonização que por aqui se praticou:

Numa sociedade escravista, como a que se estabeleceu entre nós, não houve, e nem poderia haver, o mínimo interesse pela cultura, que não representava necessidade e nem encontrava lugar, função. É duvidoso mesmo, que, entre os elementos deslocados para a Colônia, pertencentes à classe dominante, houvesse, como traço geral, o referido interesse. Se tivesse existido, desapareceria aqui, esmagado pelas condições do meio. Os exemplos isolados, de altos funcionários da administração, conhecidos na Metrópole pelos seus pendores para o estudo, pelo gosto em escrever, transferidos para cá, são confirmadores. Não encontraram na Colônia o mínimo de condições para subsistir como elementos dotados de cultura individual (SODRÉ, 1967, p. 277).

Dessa maneira, a idéia de escolas, colégios e universidades, como de resto, quase tudo em nosso país, nasceu, em certa medida, por interesse da Coroa. Dom Dinis, quando fundou a Universidade de Coimbra, no ano de 1290, criou o modelo de escola de estudo superiores que seria implantado no Brasil. A bula de Nicolau IV autorizou o ensino de todas as faculdades “lícitas” em Portugal, com exceção de Teologia. As primeiras criadas foram as faculdades de Artes, de Leis, de Cânones e de Medicina. No histórico dessa universidade pioneira se pode ler que

A fundação do “Estudo Geral” resulta de um condicionalismo específico do País nos finais do século XIII. As novas tarefas administrativas do Poder Político e da Igreja, bem como a acção pastoral desta, requeriam uma formação adequada, cada vez mais exigente. [...] Em 1537, no reinado de D. João III, dá-se a transferência definitiva para Coimbra e para o velho Paço da Alcáçova, acompanhada da reforma dos estudos e do ingresso de novos docentes, não só portugueses como estrangeiros. Data também desta altura a fundação de uma rede de colégios, muitos deles ligados às ordens religiosas, que tinham funções de pensionato, assistência e ensino, dos quais se encontram ainda alguns vestígios arquitectónicos na “Alta” e na Rua da Sofia (UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 2005).

É dessa época (1549), seguindo os ditames da Igreja Católica de então, a chegada do primeiro Governador-Geral, Tomé de Souza, e dos padres jesuítas que vieram com o fito de “salvar as almas dos gentios” e, para tanto, fundaram as primeiras escolas na Bahia de Todos os Santos.

Por mais de dois séculos, a educação brasileira ficou sob a responsabilidade dos religiosos, principalmente da ordem dos seguidores de Santo Ignácio de Loyola, a Companhia de Jesus:

A catequese os obriga a ensinar, como caminho para a conquista das almas, e são educadores por missão fundamental. O ensino jesuítico, depois dos primeiros anos, se bifurca: há o campo das escolas de ler, escrever e contar, ligado diretamente à tarefa dos catequistas, e o campo dos colégios, de outro grau, onde a Companhia se preocupa, predominantemente, em recrutar os seus quadros (SODRÉ, 1967, p. 278).

E mesmo após a Reforma Pombalina, e a conseqüente expulsão dos jesuítas das colônias portuguesas, ocorrida em 1759, por muito tempo ainda o Brasil se viu com a educação estruturada e administrada pelos padres católicos que aqui permaneceram ou para cá vieram nos anos seguintes.

Nesse momento, marcado por mudanças no catolicismo, chegaram ao Brasil: os Padres da Missão – Lazaristas, os Frades Capuchinhos e as Filhas de Caridade –, o ramo feminino da obra de São Vicente de Paula. Os Jesuítas também aqui retornaram, [...].E mais tarde vieram outros, como as Irmãs de São José de Chamberry, os **Salesianos**, Dominicanos, Carlistas, Missionários do Coração de Maria, Irmãos Maristas entre outros (FURTADO, 2003, p.84. Grifo nosso).

### ILUSTRAÇÃO Nº 1



Escudo da Ordem Salesiana. FONTE: <<http://www.donbosco.es/SDB/>>, em 06.11.03

Os padres salesianos – congregação religiosa cujo patrono é São Francisco de Sales – adotaram como lema: *Da mihi animas cætera tolle*, cuja tradução poderia ser – dê-me almas, quanto ao resto, não importa –, indicando a vocação missionária em moldar almas e o desprendimento nesse mister.

Iniciaram sua atuação em Turim, Itália, sob a inspiração e direção de Dom João Bosco, em 18 de dezembro de 1859, e só aportariam no Brasil 24 anos depois, em 1883, com a fundação do Colégio Santa Rosa, em Niterói (RJ), primeira casa salesiana no país. Dois anos depois estabelecer-se-iam em São Paulo, com a fundação do Liceu Coração de Jesus (COLÉGIO SALESIANO SÃO GONÇALO, 2005).

Diferente das escolas jesuítas e lazaristas, que privilegiavam a educação das elites, os salesianos do Colégio Santa Rosa passaram a se dedicar especialmente às camadas populares, mediante a criação de cursos profissionais, o que foi devidamente observado por Gilberto Freyre:

Em nenhum dos colégios da época se iniciavam os meninos em qualquer arte e ofício, deixando-se esse ensino exclusivamente para os liceus de artes e ofícios, para os patronatos, para os aprendizados de artífices. Aqui se deve destacar a notável contribuição católica para o desenvolvimento da educação dos brasileiros: a representada pelos colégios salesianos, que foram estabelecidos no país, nos fins do século XIX. Colégios do tipo de Santa Rosa, de Niterói, e onde aos estudos secundários se acrescentavam os de artes e ofícios, segundo as mais modernas técnicas em vigor nessas artes e nesses ofícios. [...] Antecipando-se esse progresso católico – o do ensino técnico, o das artes e ofícios, o do aprendizado mecânico – ao progresso intelectual que se vinha esboçando em subáreas brasileiras como a paulista, nessa antecipação a Igreja revelou-se atenta aos novos rumos e tendências do desenvolvimento brasileiro (1974, p.587-588).

Nos tempos coloniais, porém, nem se falava em cursos superiores. A elite crioula formava seus filhos nos quartéis ou em Coimbra.

[...] Ao contrário do que se poderia supor, desde o século XVI abriram-se aos estudantes brasileiros as portas daquele estabelecimento. No século XVII, 363 estudantes nascidos no Brasil matricularam-se em diversos cursos da famosa Universidade portuguesa. No século seguinte, elevou-se o número de estudantes brasileiros em Coimbra para 1.749 (NISKIER, 1996, p. 66).

A influência de Coimbra é determinante na formação cultural da Colônia, tanto assim que praticamente todos os bacharéis que por aqui aportavam tinham sido formados pela Escola de Mondego. Dados menos generosos apontam a diferença de número de formados em Direito e os formados em outras faculdades, evidenciando o prestígio social desse curso desde aquela época:

**TABELA Nº 1**

**COMPARATIVO DA QUANTIDADE DE ESTUDANTES BRASILEIROS FORMADOS EM COIMBRA (1776-1830)**

Anos	Direito	Medicina	Matemática	Filosofia ou Teologia	Outros Assuntos	Total
1776-78	66	3	4	8	10	91
1781-85	49	1	2	4	4	60
1786-90	46	3	1	14	5	69
1791-95	35	4	2	9	3	53
1796-00	40	8	1	2	4	55
1801-05	30	4	3	1	1	39
1086-10	34	0	3	2	0	41
1811-15	09	1	0	0	0	10
1816-20	44	1	1	1	1	48
1821-25	101	6	3	1	4	115
1826-30	35	3	2	0	1	41

**Fonte:** Barman, R. e Barman, J., "The Role of the Law Graduate in the Political Blíte os Imperial Brasil" *Journal of Interamericana Studies*, vol.18, nº 4 – (1976), p.428 apud COSTA, 2000, p. 11.

Sodré (1967, p. 278) vai mais longe, sugerindo nexos sistemáticos entre a formação da Colônia e a da Corte,

E existia vínculo estreito entre o ensino dos colégios aqui, e o da universidade, lá, esta também dominada pelos jesuítas. O processo sistemático de transmissão da cultura, oferecendo instrumentos para a vida, para o exercício profissional, tinha unidade: vinha das primeiras letras às humanidades clássicas e destas aos conhecimentos jurídicos, que absorveram quase totalmente a curiosidade, submetido a normas idênticas. Nesse estreito molde foram fundidos, os elementos dotados de dimensão intelectual que encontraram, na Colônia, possibilidade para fazer valer o que haviam aprendido – absorvidos pelo crescimento do aparelho administrativo que se seguiu ao surto da mineração. O traço característico do ensino dessa fase era o seu aspecto marginal. Êle se destinava a distinguir o indivíduo, fornecendo-lhe um ornamento a mais, um título especial. Isolava-o do meio em que vivia, entretanto, voltava as atenções para problemas subjetivos, distanciados, irrelevantes, desligados da realidade. Não era instrumento para a vida e muito menos abria perspectivas para novos horizontes (SODRÉ, 1967, p. 279).

Vale aqui reproduzir o comentário de Freyre (1985, p. 574) quanto ao perfil do estudante brasileiro que estudava na Europa:

As vezes eram rapazes da burguesia mais nova das cidades que se bacharelavam na Europa. Filhos ou netos de ‘mascates’. Valorizados pela educação européia, voltavam socialmente iguais aos filhos das mais velhas e poderosas famílias de senhores de terras. Do mesmo modo que iguais a estes, muitas vezes seus superiores pela melhor assimilação de valores europeus e pelo encanto particular, aos olhos de outro sexo, que o híbrido, quando eugênico, parece possuir como nenhum indivíduo de raça pura, voltavam os mestiços ou os mulatos claros. Alguns deles filhos ilegítimos de grandes senhores brancos; e com a mão pequena, o pé bonito, às vezes os lábios ou o nariz, dos pais fidalgos.

Percebe-se que, desde a Colônia, as classes menos abastadas usam como recurso de ascensão social as faculdades formadoras de bacharéis, em particular o curso de Direito, da qual o seu egresso necessariamente terá de tratar com autoridades, assuntos de Estado, política, causas judiciais.

Entretanto, é do século seguinte [XVIII] que data verdadeiramente a ascensão do homem formado na vida política e social da colônia. Gonzaga, Cláudio, os dois Alvarenga, Basílio da Gama marcam esse pretígio mais acentuado do bacharel na sociedade colonial; a intervenção mais franca do letrado e do clérigo na política. Marcam, ao mesmo tempo, o triunfo político de outro elemento na vida brasileira – o homem fino da cidade. E mais: a ascensão do brasileiro nato e até do mulato aos cargos públicos e à aristocracia da toda. Nesses bacharéis de Minas se faz, com efeito, antecipar a decadência do patriarcado rural, fenômeno que se tornaria tão evidente no século XIX. Eles são da aristocracia dos sobrados: mas uma nova aristocracia de sobrado diversa da semi-rural ou da comercial. Aristocracia da toga e da beca (FREYRE, 1985, p. 576).

Somente com a saída de Portugal em 1807, um tanto de inopino, da Família Real portuguesa, por conta da chegada das tropas napoleônicas, é que o Brasil, alçado à condição de Reino, veria a criação dos primeiros cursos superiores. As mudanças ocorridas naquela época no Brasil se deram em todos os setores, do econômico ao cultural – da abertura dos portos às nações amigas à criação das primeiras escolas superiores. Segundo Romanelli (1983, p. 38), a presença do príncipe Regente, D. João VI, por 12 anos, trouxe sensíveis mudanças nas instituições brasileiras, particularmente no setor educacional:

A principal delas foi, sem dúvida, a criação dos primeiros cursos superiores (não teológicos) na Colônia. Embora organizados na base de aulas avulsas, esses cursos superiores tinham um sentido profissional prático. Dentre as escolas superiores, distinguiam-se a Academia Real da Marinha, e a Academia Real Militar, esta mais tarde transformada em Escola Central e Escola Militar de Aplicação, que tiveram a incumbência de formar engenheiros civis e preparar a carreira das armas. Os cursos médico-cirúrgicos da Bahia e do Rio de Janeiro foram as células das nossas primeiras Faculdades de Medicina.[...] Deve-se assinalar ainda a presença da Missão Cultural Francesa, que teve como consequência a criação da Real Academia de Desenho, Pintura Escultura e Arquitetura Civil, em 1820. Esta seria transformada depois em Escola Nacional de Belas-Artes.

Anos mais tarde, segundo opinião de Teixeira (1967, p. 71), no Brasil Império, se instalaria, no campo da educação, algo que se poderia resumir como a conjunção do pior do despotismo esclarecido com o pior do Estado Liberal.

A educação popular foi entregue aos governos provinciais e a educação média e superior ao govêrno imperial. Nada me parece mais significativo dêsse longo período de estagnação e omissão, com medíocres lampejos de paternalismo, do que a criação do colégio Pedro II e dos institutos de cegos e de surdos-mudos, como principais instituições educativas da Capital do país em sessenta anos de reinado!

Após a Independência, quase vinte anos mais tarde do primeiro curso superior, sob os auspícios da Constituição de 1824, por obra e graça do Imperador D. Pedro I, foi criado o primeiro curso superior na área das humanidades: Direito, em São Paulo, em 1827. Emblematicamente instalado na Igreja de São Francisco, localizada no Largo do mesmo nome, a poucos metros de outra igreja, localizada no Pátio do Colégio, onde havia nascido a cidade dos piratiningas, foi a versão cabocla de Coimbra e acabou por influenciar todos os cursos de humanas país afora, principalmente os cursos de Direito. Outro curso foi criado na oportunidade, instalado no ano seguinte em Olinda. Definiu-se, dessa maneira, claramente o caráter dos cursos superiores no país, criando, talvez, uma tradição que supervalorizou o bacharel em Direito em detrimento de outros profissionais.

A relação do curso de Direito com a cidade de São Paulo passou por diversas fases, mas em todas elas influenciou de maneira decisiva a cidade dos bandeirantes. Criou, com seus

egressos, uma elite política e cultural que, até os dias de hoje, chegou ao poder central do país, na condição de Presidente da República, por dez vezes, e ao governo do Estado de São Paulo, como seu máximo mandatário, por 18 vezes. Isso sem nomear os inúmeros magistrados, empresários, industriais, jornalistas, artistas que passaram pelas Arcadas da Faculdade de Direito de São Paulo.

A preferência dos alunos, segundo Romanelli (1983, p. 39), que recaía principalmente na carreira jurídica oferecida pelas duas faculdades – São Paulo e Olinda – e o monopólio do Poder Central na organização do ensino superior que estabeleceu um currículo universalista e humanístico, acabaram por influenciar ou mesmo condicionar a estrutura do ensino secundário, sob a responsabilidade do Poder Provincial, transformando-o num curso de preparação ao ensino superior, determinando inclusive seu conteúdo, uma vez que os candidatos aos cursos superiores eram examinados nesses próprios cursos, segundo critérios fixados por estes mesmos.

A necessidade do curso de Direito se fazia notar, muito em função da exigência do novo reino em prover os cargos do Judiciário e de toda a administração pública estatal. O imperador, em janeiro de 1825, numa tentativa frustrada de criar o primeiro curso jurídico, em seus considerandos, justificava a empreitada nos seguintes termos:

Queremos que os habitantes desse vasto e rico Império gozem, quanto antes, de todos os benefícios prometidos na Constituição, Art. 179 § 33, e considerando ser um destes a educação e pública instrução, o conhecimento do Direito Natural, Público e das Gentes e das Leis do Império, a fim de se poderem conseguir para o futuro Magistrados hábeis e inteligentes, sendo aliás da maior urgência acautelar a notória falta de bacharéis formados para os lugares da Magistratura pelo estado da Independência Política a que se elevou este Império, que se torna incompatível ir demandar, como dantes, estes conhecimentos à Universidade de Coimbra, ou ainda a outros Países Estrangeiros, sem grandes dispêndios e incômodos, e não se podendo desde já obter os frutos desta indispensável instrução, se ela se fizer dependente de grandes e dispendiosos estabelecimentos de Universidades, que só com o andar do tempo poderão completamente realizar-se: Hei por bem, ouvindo Meu Conselho de Estado, criar provisoriamente um Curso Jurídico nesta Corte e cidade do Rio de Janeiro, com convenientes Cadeiras e Lentes e com o método, formalidades, regulamento, e instruções que baixaram assinados por Estêvão Ribeiro Resende, do Meu Conselho, Meu Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império (Decreto Imperial de 9 de janeiro de 1825, apud NISKIER, 1996, p. 107).

Por sua vez, Adorno (1988, p. 236) aponta enfaticamente outras razões para a criação dos cursos de Direito de São Paulo e de Olinda: teriam nascido ditados muito mais pela preocupação de se constituir uma elite coesa, disciplinada e devota às razões do Estado, que se pusesse à frente dos negócios e pudesse, pouco a pouco, substituir a tradicional burocracia herdada da metrópole do que pela preocupação em formar juristas que reproduzissem a ideologia política do Estado Nacional emergente.

Essa tese pode ser comprovada ao se comparar a formação dos Ministros de Governo entre 1822 a 1889. No período de 1822 a 1831, 51,29% eram formados em Direito, contra 20,51% em Ciências Exatas e 28,20% de militares. O auge do predomínio de ministros advogados se deu entre 1871 a 1889, quando chegou a 85,73%, contra 7,93% de militares e 6,34% de médicos. Religiosos representaram 3,33% apenas no período que vai de 1831 a 1840. Em todo o período estudado (1822/1889), os advogados representaram 72,50%; os formados em Ciências Exatas, 7%; militares, 16,5%; médicos, 3,5% e 0,5% de clérigos (CARVALHO, 2002, p. 43).

Em outras palavras, no Brasil, a criação de instituições de ensino superior, seguindo o modelo de formação profissional, tinha por finalidade formar quadros profissionais para a administração dos negócios do Estado e para a descoberta de novas riquezas, além da criação de uma elite nacional coesa.

Pelas suas ligações, pelo seu destino, pelo papel que lhe cabia, a classe dominante, de senhores de terras e de escravos, buscava afanosamente assemelhar-se aos padrões europeus, estabelecer uma ética idêntica àquela da classe a que associara seu destino. Daí o longo e penoso processo de transplantação cultural, que tão profundos deixou em nossa cultura, e que venceu a técnica de transmissão configurada no ensino (SODRÉ, 1967, p. 280).

Ainda que a reforma de Coimbra, promovida pelo Marques de Pombal entre 1750 e 1777, inspiradora, em parte, daquele modelo, se inclinasse a favorecer a formação especializada, o que acabou prevalecendo no Brasil foi a formação para as profissões liberais,

nas quais o cunho propriamente técnico, presente em áreas como a engenharia e a medicina, não chegou a dominar (SAMPAIO, 2000, p. 41).

O Segundo Império, para o ensino superior, perdeu-se na tentativa de criar a primeira universidade brasileira. Mas, por outro lado, no serviço público se verificava a proliferação de bacharéis oriundos das academias nacionais:

Em 1845, já em pleno domínio o segundo Imperador e em pleno funcionamento as Faculdades de Direito do Recife e de São Paulo, à frente da administração das províncias e nas maiores responsabilidades políticas e de governo começaram a só aparecer homens formados. [...] Entretanto, o prestígio do título de ‘bacharel’ e de ‘doutor’ veio crescendo nos meios urbanos e mesmo nos rústicos desde os começos do Império. Nos jornais, notícias e avisos sobre ‘Bacharéis formados’, ‘Doutores’ e até ‘Senhores Estudantes’, principiaram desde os primeiros anos do século XIX a anunciar o novo poder aristocrático que se levantava, envolvido nas suas sobrecasacas ou nas suas becas de seda preta, que nos bacharéis-ministros ou nos doutores-desembargadores, tornavam-se becas ‘ricamente bordadas’ e importadas do Oriente. Vestes quase de mandarins. Trajos quase de casta. E esses trajos eram capazes de aristocratizarem homens de cor, mulatos, ‘morenos’ (FREYRE, 1985, p.582-583).

É de se notar, no entanto, as críticas dirigidas ao ensino privado – primário e secundário –, que levaram a um controle mais rígido por parte do governo da abertura de colégios não estatais:

O crescimento desordenado do ensino particular preocupava seriamente o governo. Em 1843 um deputado e jornalista, Justiniano José da Rocha, lançou na Câmara um protesto contra ‘a exploração deslavada no ensino particular. A instrução pública não oferece em geral garantia alguma ao Estado e aos pais de família. Não há inspeção, nem na parte civil nem na parte literária, nem desgraçadamente na parte religiosa. Vemos que são estrangeiros quase geralmente os mestres. Não sabemos que livros andam nas mãos dela (NISKIER, 1996, p. 127).

Em 1855, no Relatório de Couto Ferraz, Ministro dos Negócios do Império, consta que a Faculdade de Direito de São Paulo contava com 264 alunos, enquanto que a do Recife, 320 alunos matriculados. Já em 1879, a primeira subiu para 385, e a segunda para 466 alunos. (NISKIER, 1996, p. 147 e 156).

É por esse tempo, 1883, como acima se afirmou, a chegada da recém criada Ordem dos Salesianos ao Brasil:

Numa época em que a aristocracia rural conduzia a agricultura por mãos escravas, e, por outro lado, as políticas abolicionistas e republicanas ganhavam adeptos, os salesianos começaram sua atuação. [...] Deram-se conta dos problemas, acabaram por acatar a tese defendida pelas elites políticas e pelo clero antiliberal de que a abolição da escravatura poderia arruinar a economia do país, mas nem por isso deixaram de considerar a escravidão uma chaga repelente que desfigurava o Brasil (NEGRÃO, 1999, p. 201).

De fato, de acordo com Azzi (1983), quando a obra salesiana foi aqui implantada, estava em plena fase de afirmação o movimento dos bispos reformadores, visando transformar a igreja tradicional, constituída nos moldes de uma Cristandade, em força do regime do Padroado<sup>2</sup>, num modelo de igreja segundo os padrões tridentinos.

É esta sem dúvida uma das fases mais importantes da Igreja do Brasil, cujos efeitos serão consolidados até os anos 60, já em pleno século XX.

Também a vida social no Brasil passa por uma fase de transição muito importante nesse período. Com o movimento pela abolição da escravatura, decretada em 1888, a tradicional sociedade patriarcal, latifundiária e escravocrata, dirigida em modo absoluto pela classe senhorial, começa a entrar em crise, e progressivamente abre espaço para uma burguesia urbana em ascensão, que vinha lutando por uma participação no poder político e econômico e por maior influência social. A revolução de 1930 permitiu ampliar o âmbito de poder dessa classe burguesa, com seu projeto de industrialização do país em moldes capitalistas.

Desse modo, nas três décadas que se seguem à revolução de 30 tanto a Igreja hierárquica como a sociedade burguesa em ascensão consolidam suas posições, cuja conquista fora iniciada no período anterior.

Por conseguinte, os salesianos se estabelecem no Brasil dentro de uma Igreja e de uma sociedade em crise, onde novos valores religiosos e sociais se sobrepõem às antigas formas de vida católica e de organização social. Tais elementos são básicos para uma avaliação da atuação histórica dos salesianos (AZZI, 1983, p. 13-14).

Vinham esses padres, em missão à América Latina, particularmente ao Cone Sul, para civilizar os índios e assistir os italianos emigrados da Europa. Segundo Azzi (1983, p. 47), quando começaram a chegar as primeiras solicitações para uma presença dos salesianos na

---

<sup>2</sup> O padroado consistiu em uma ampla concessão da Igreja de Roma ao Estado português, em troca da garantia de que a Coroa promoveria e asseguraria os direitos e a organização da Igreja em todas as terras descobertas. O rei de Portugal ficava com o direito de recolher o tributo devido pelos súditos da Igreja, conhecido como dízimo,

América Latina, Dom Bosco fez questão de ouvir o parecer de Pio IX. Em suas orientações, o pontífice determinou que os salesianos deveriam vir para a América Latina com duas preocupações específicas: conversão e civilização dos indígenas e, ao mesmo tempo, assistência religiosa aos numerosos imigrantes italianos. Dessa maneira, a obra salesiana desenvolveu-se inicialmente na Argentina, privilegiando como território de atividade missionária a Patagônia para, em seguida, expandir as missões para o Uruguai e para o Brasil.

## ILUSTRAÇÃO Nº 2



ANONIMO. *Dom Bosco com os primeiros salesianos*. Torino, 1870. Originale, stampa all'albumina, cm 17,7 x 12,5. <<http://www.salesianos.com.br/dombosco/fotos.htm>>, em 17 de novembro de 2003.

O próprio Dom Bosco assistiu ao início da obra salesiana no Brasil. Relata-se que

O Pe. Lasagna, já muito ocupado no Uruguai, foi o homem escolhido por Dom Bosco para as relativas negociações [para a implantação da ordem no Brasil]. Partiu para o Rio de Janeiro em princípio de 1882, 'com o coração presa de agitação e grandes temores, mas ao mesmo tempo animado de esperanças ainda maiores'. Prometeu a abertura de uma casa nas colinas de Niterói que dominam a capital. No

---

correspondente a um décimo dos ganhos obtidos em qualquer atividade. Cabia também à Coroa criar dioceses e nomear bispos. (FAUSTO. 2004, p. 60)

decorrer de uma audiência em Petrópolis, o imperador Dom Pedro II em pessoa encorajou-o a desenvolver a obra salesiana em seu país. Percorreu diversos Estados, ouviu as lamentações dos bispos que pediam ajuda. Em São Paulo, onde eram numerosos os italianos, prometeu uma paróquia e um colégio. **Seu pensamento voltava-se já para os índios do Mato Grosso, ‘a terra mais central e mais misteriosa da América’.** A casa de Niterói foi aberta em 1883, sob a direção do Pe. Borghino, e a de São Paulo em 1885, sob a direção do Pe. Giordano (WIRTH, 1968, p. 224-225. Grifo nosso).

O que fica patente é que, desde o princípio, as terras de Mato Grosso, muito mais do que as do Pará, que também havia conhecido, impressionaram bastante o Inspetor Lasagna. O próprio Lasagna, em carta de 3 de agosto desse mesmo ano, assim se referia à abertura da possível nova frente missionária em Mato Grosso:

O clima é saníssimo, a fertilidade do solo fabulosa, e não faltariam os meios para os salesianos; pelo contrário, seriam cem vezes mais abundantes que na Patagônia. Lá, no coração da América, entre a Bolívia e o Peru, o Equador e o Paraguai, este seria para nós um ponto estratégico, e daria um grande campo e uma grande fama aos nossos missionários (LASAGNA, apud AZZI, 1983, p. 48-49).

Os motivos do entusiasmo demonstrado são vários, inclusive a aproximação com os interesses oficiais do Estado, além da maior proximidade dos centros salesianos do Uruguai, e da próxima fundação do Colégio em Niterói. Mato Grosso oferecia ainda uma outra grande vantagem sobre o Pará, que o P. Lasagna conhecera anos antes: naquele tempo a comunicação mais fácil entre Mato Grosso e a Corte era por via fluvial, e Montevideú transformou-se numa escala obrigatória da viagem (AZZI, 1983, 49).

Na mente de Lasagna, portanto, Cuiabá era, ao lado de Niterói, a grande prioridade para o Brasil. E se tivessem chegado logo os recursos humanos solicitados, provavelmente a primeira expedição de salesianos para o Brasil teria sido endereçada a Cuiabá, e não a Niterói.

A escassez de pessoal necessário para a expansão da obra salesiana obrigou o inspetor a adotar um ritmo mais lento; o projeto de fundação em Mato Grosso entrou em tempo de espera, e só pôde ser realizado doze anos mais tarde.

O projeto de catequese e civilização dos indígenas interessava não apenas à Igreja, mas também ao Estado. Depois que o regime escravocrata foi abolido do país, provocando a queda do Império, abriu-se o espaço para a implantação de um projeto industrial do tipo capitalista. Era o momento de afirmação dos novos valores burgueses na sociedade brasileira. Ao resistirem ao avanço do progresso industrial sobre suas terras, os índios passaram a constituir um forte obstáculo, a ser vencido pela força ou pela persuasão. Embora Igreja e Estado estivessem em regime de separação desde os princípios de 1890, o governo de Mato Grosso via na catequese missionária um poderoso instrumento de colaboração para que a transformação

econômica da região fosse realizada de maneira mais pacífica. Daí a solicitação de auxílio de missionários feita pelo governador Manuel José Murinho ao bispo Carlos D'Amour, em seu ofício de 25 de novembro de 1891, redigido nestes termos:

‘Sendo de reconhecida conveniência confiar a missionários religiosos a catequese dos índios existentes neste Estado, atentos aos excelentes frutos que têm produzido iguais missões em toda a parte, e o pouco ou nenhum resultado definitivo que, até hoje, se tem recolhido dos meios entre nós empregados para a civilização dos indígenas, a qual, força é dizer, não corresponde à soma de sacrifícios e dispêndios feitos com semelhante serviço.

Resolvi recorrer a V.Ex.<sup>a</sup>Rev.m<sup>a</sup> solicitando a sua valiosa intervenção a fim de virem, quanto antes, para este Estado se encarregar da civilização dos índios, alguns religiosos de quaisquer ordens que se destinem às missões ... porque tal serviço, além de seu caráter humanitário e civilizador, ainda atende de perto com a segurança e tranqüilidade da indústria agrícola entre nós, a qual poderá medrar, enquanto viver sobressaltada pelas correrias e ataques dos selvícolas’ (sic) (AZZI, 1983, 49-50).

Os salesianos atendendo inclusive a esses reclamos chegam a Cuiabá, em 18 de junho de 1894, com uma visão “de um mundo tipicamente burguesa, que contrapõe os benefícios da civilização urbana aos malefícios da vida integrada no mundo da natureza” (AZZI, 1983, p. 52).

Em que pese o interesse pela salvação da alma dos gentios, os salesianos também investiram na educação mais ampla da sociedade brasileira, contando para isso com o apoio das autoridades civis e religiosas:

Sem perder de vista a evangelização dos índios, os primeiros salesianos desembarcados na América com idéias o seu tantinho românticas sôbre a missão entre os ‘selvagens’, tinham-se logo dado conta da urgência de um trabalho em favor do elemento europeu. Animados por Dom Bosco consagraram-lhe a maior parte de suas forças em obras que já haviam sido experimentadas: colégios, oratórios, paróquias... Para facilitar seu estabelecimento procuravam o apóio das autoridades religiosas, mas também dos governantes e da classe dirigente, o que não estava isento de perigos. De qualquer modo, o trabalho intenso que já produzia seus frutos fazia esperar muitos outros (WRITH, 1968, P. 226).

Nos centros mais desenvolvidos a educação seguia seu ritmo. Nas duas Faculdades de Direito, em 1885, estavam matriculados 826 alunos, contra 293 em Medicina, 154 em Engenharia (Escola Central) e 109 na Escola Militar e de Aplicação. Considerando que nessas Faculdades de Direito, além do ensino relacionado com a própria profissão, também se ministrava ensino ligado às humanidades, pode-se compreender o quanto predominou, na

educação das camadas que freqüentavam as mesmas, a formação acadêmica, humanística e retórica (ROMANELLI, 1983, p. 41).

Se se lembrar, [...] de que a educação popular estava abandonada e de que a educação média era meramente propedêutica, pode-se ajuizar do quanto a educação foi minimizada, a ponto de transformar-se em mera ilustração e preparação para o exercício de funções, nas quais a retórica tem papel mais importante do que a criatividade. Tais funções eram exercidas por aqueles que praticavam o jornalismo e a política, razão pela qual as camadas em ascensão ou as camadas dirigentes revelaram preferência especial pelas Faculdades de Direito. A cultura transmitida pela escola ‘guardava, pois o timbre aristocrático’. E o guardava em função das ‘exatas necessidades da sociedade escravista’. Enquanto não predominavam nessa sociedade relações de teor capitalista, nenhuma contradição de caráter excludente pôde ocorrer entre as camadas que procuravam a educação: a aristocracia rural e os estratos médios.

E por essa época que o movimento abolicionista e o movimento republicano assistiam à decadência do Segundo Império, assim como a edição das leis “para inglês ver” como a Lei do Ventre Livre (1871), a Lei Saraiva-Cotegipe ou a dos Sexagenários (1885). É desse período o Manifesto Republicano que colocava em cheque as instituições arcaicas de um império agro-exportador em tempos de expansão do capitalismo financeiro mundial e onde se podiam ler as seguintes reivindicações:

Se houver, pois, sinceridade ao proclamador da soberania nacional, cumprirá reconhecer sem reservas que tudo quanto ainda hoje pretende revestir-se de caráter permanente e hereditário no poder está eivado do vício da caducidade, e que o elemento monárquico não tem coexistência possível com o elemento democrático. É assim que o princípio dinástico e a vitaliciedade do Senado são duas violações flagrantes da soberania nacional, e constituem o principal defeito da Carta de 1824. [...] A nossa forma de governo é, em sua essência e em sua prática, antinômica e hostil ao direito e aos interesses dos estados americanos. A permanência dessa forma tem de ser forçosamente, além da origem de opressão no interior, a fonte perpétua da hostilidade e das guerras com os povos que nos rodeiam.[...] <sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Publicado no primeiro número do jornal *A República* de 3 de dezembro de 1870. (Disponível em <www.senado.gov.br>, acessado em 25.01.2004.)

## 2. 2 - DO INÍCIO DA REPÚBLICA AOS ANOS 1930

O Governo Imperial, numa tentativa desesperada, percebendo a grave situação do país, encaminhou à Câmara dos Deputados uma série de reformas políticas. Estas, porém, chegaram tarde. No dia 15 de novembro de 1889, o Marechal Deodoro da Fonseca assumiu o comando das tropas revoltosas, ocupando o Quartel General do Rio de Janeiro. Nessa noite, proclamou-se a República e formou-se o Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. D. Pedro II, que estava em Petrópolis durante esses acontecimentos, recebeu, no dia seguinte, um respeitoso documento do novo governo solicitando que ele se retirasse do país.

Com a República, vieram as primeiras reformas, entre elas, a dissolução das Assembléias Provinciais e Câmaras Municipais. Governadores foram nomeados para os Estados – antigas províncias – que compunham o novo sistema de governo. Intendentes eram as primeiras autoridades municipais. Também se separou legalmente a Igreja do Estado, abolindo o padroado; regulamentou-se o casamento e o registro civil e secularizaram-se os cemitérios. Promoveu-se, ainda, à reforma do Código Criminal (1890) e a organização judiciária do país, além da reforma do sistema bancário e do sistema educacional, acarretando, desde então, a exigência cada vez maior de mão-de-obra qualificada para os setores incrementados.

O governo do novo regime, depois do golpe militar que instituiu a República, tratou de mudar a estrutura burocrática-administrativa do país. Uma das principais medidas foi convocar uma Assembléia Nacional Constituinte. Outra foi a criação do primeiro ministério da educação: Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, para cuja pasta foi nomeado Benjamin Constant, homem forte do Império, que continuou forte na República.

As principais ações do ministério ficaram no campo do ensino primário e secundário. Principalmente aquelas patrocinadas pela reforma que levou o nome do próprio ministro. No campo do ensino superior a reforma tratou de modelar a Escola Politécnica e a Escola de Medicina nos ditames do positivismo inspirador da República (Barão de Loreto, apud NISKIER, 1996, p. 188); propôs, ainda, a substituição do currículo acadêmico por um currículo enciclopédico – com inclusão de disciplinas científicas –, o ensino seriado e a criação do ensino superior, artístico, e técnico em todo o território do país, que não teve êxito. (ROMANELLI, 1983, p. 42)

Ficou patente que um dos ideais do novo governo foi a separação definitiva entre o Estado e a Igreja, tanto assim que o Ministro de Instrução Pública faz retirar do currículo dos cursos jurídicos do Recife e de São Paulo a disciplina de Direito Eclesiástico.

A Constituição de 1891 descentralizou a educação primária no país, dando essa competência aos Estados e ao Distrito Federal. O Congresso atribui-se a competência de legislar exclusivamente sobre o ensino superior, cuja direção ficou a cargo da União; de igual maneira, o ensino secundário. O ensino privado, regulado pela primeira vez em norma constitucional, recebeu atenção especial

[...] sujeitava-se aos termos do Art. 310, que permitia a qualquer indivíduo ou associação de particulares a fundação de cursos ou estabelecimentos, onde se ensinassem as matérias que constituíssem o programa de qualquer curso ou estabelecimento federal, 'salvo a inspeção necessária para garantir as condições de moralidade e higiene' (NISKIER, 1996, p. 198).

Importante lembrar, segundo Sampaio (2000, p. 39), que até 1900 não existiam mais do que 24 escolas de ensino superior no país. A partir dessa data, com o respaldo oferecido pela Constituição Republicana de 1891, a iniciativa privada passou a criar seus próprios estabelecimentos de ensino superior. As escolas que surgiram nessa época eram, basicamente,

de iniciativa confessional católica ou de iniciativa de elites locais que buscavam dotar seus Estados de estabelecimentos de ensino superior. No secundário, no entanto,

A oficialização dos colégios nas primeiras décadas do século XX aproximou paulatinamente a educação católica da realidade brasileira, contribuindo também para isso a educação cívica e os exercícios militares prescritos pelo governo. Entre os principais aspectos que caracterizam a educação católica nesse período podem ser assinalados: a tônica espiritualizante, o rigorismo moral, a militarização e o caráter autoritário da educação, a seriedade disciplinar e a qualidade do ensino, bem como uma abertura para educação artística e esportiva (AZZI, 2005, p. 01).

Segundo Sampaio (2000, p. 39) a realidade educacional do início do século XX, porém, já não mais refletia o que se verificava na sociedade, agora mais complexa, com uma classe média heterogênea, com diversos interesses, origens e posições. Existia, inclusive, uma pequena burguesia, uma camada média de intelectuais letrados ou padres, os militares em franco prestígio, uma burguesia industrial emergente e todo um contingente de imigrantes que, na zona urbana, ocupavam-se de profissões que definiam classes médias e, na zona rural, ocupavam-se da lavoura. Todo esse complexo organismo social, portanto, não podia caber em instituições de caráter simplista. A pressão não tardaria, pois, a provocar a ruptura das limitações impostas pela Constituição. E a instituição escola, calcada no princípio da dualidade social, iria aos poucos ter seus alicerces comprometidos pelo crescimento e complexificação dessas camadas.

A vitória dos princípios federalistas que consagrou a autonomia dos poderes estaduais fez com que o Governo Federal, reservando-se uma parte da tarefa de proporcionar educação à nação, não interferisse de modo algum nos direitos de autonomia reservados aos Estados, na construção de seu sistema de ensino. [...] Isso acabou gerando uma desorganização completa na construção do sistema educacional, ou melhor, nos sistemas educacionais brasileiros.[...] Esse liberalismo político e econômico, que acabou por transformar-se num liberalismo educacional, foi fator de relevância no aprofundamento das desigualdades sócio-econômicas e culturais das diversas regiões do país, o que evidentemente, redundou na impossibilidade de se criarem uma unidade e continuidade de ação pedagógica. Vamos ver, assim, a educação e a cultura tomando impulso em determinadas regiões do sudeste do Brasil, sobretudo em São Paulo, e o restante dos Estados seguindo 'sem transformações profundas, as linhas do seu desenvolvimento tradicional, predeterminadas na vida colonial e no regime do Império' (ROMANELLI, 1983, p. 42-43).

Com outras preocupações, chegam a Cuiabá, em 18 de junho de ano de 1894, a pedido e com o auxílio do Presidente de Mato Grosso, os primeiros salesianos provenientes de Montevidéu, com a missão especial de catequizar os índios, como se pode ler na portaria do Bispo de Cuiabá:

Dom Carlos Luis D'Amour, por Mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, Bispo da Diocese de Cuiabá, Conde Romano, Assistente ao Sólido Pontifício, Prelado Doméstico de sua Santidade, Comendador da Ordem de N. S. Jesus Cristo, etc. Fazemos saber que, tendo felizmente chegado a esta capital os ínclitos Filhos de Dom Bosco, o Exmo. e Revmo. Sr. Dr. Dom Luiz Lasagna, Digníssimo Bispo titular de Trípoli e Superior das Missões Salesianas do Brasil, Uruguai e Paraguai, e os Reverendos Missionários que, a pedido do Exmo. Sr. Dr. Presidente do Estado e as instâncias nossas, vêm encarregar-se da catequese e civilização dos nossos índios, e ao mesmo tempo coadjuvar-nos em tudo o que respeita à salvação das almas confiadas à nossa solicitude pastoral e convindo que esta Santa Missão tenha a sua sede principal na Cidade Episcopal: Havemos por bem destinar, como pela presente Portaria destinamos, para esse fim, a Igreja Matriz da Freguesia de São Gonçalo de Pedro Segundo, desta cidade, e a casa contígua pertencente à mesma Igreja, com todas as suas dependências; ficando os referidos Missionários, desde já e enquanto não mandarmos o contrário de posse da mencionada igreja e casa, e assim também um dentre eles, que designaremos por nomeação especial, encarregado da administração da supradita freguesia, com seu próprio Pároco. E para que chegue ao conhecimento de todos e a todo tempo conste, esta depois de registrada em nossa Câmara, publicada à estação da Missa e igualmente registrada no livro da Paróquia. Dada em nossa Residência Episcopal de Cuiabá, aos 18 de junho de 1894. Dom Carlos, Bispo de Cuiabá (MENDONÇA, apud LEITE, 1983, p. 6).

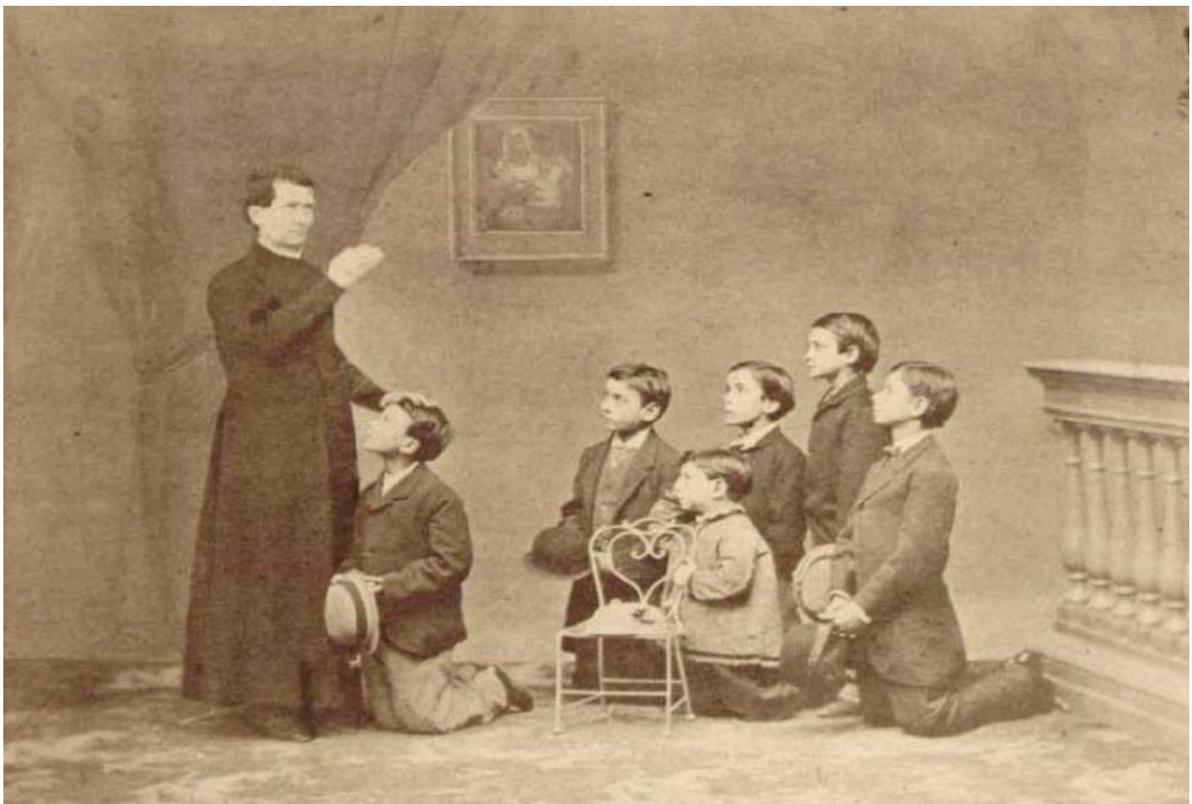
Portanto, como ensina Gardin (1999, p. 102) sempre que necessário, os governos estaduais empreendem uma política de colonização com ajuda mútua de ordens religiosas católicas. Em Mato Grosso a questão indígena se faz por demais presente, “uma vez que esta obstaculariza o desenvolvimento regional em bases capitalistas. Torna-se então preciso civilizar o índio, tornando-o um brasileiro apto ao trabalho, ao mesmo tempo em que sua domesticação funciona como favorecimento ao adentramento pelos interiores do país”.

Naquele mesmo ano de 1894, os salesianos criam o Liceu de Artes e Ofícios São Gonçalo, que, segundo eles mesmos, “durante esses vários anos, [...] foi ponto de referência para a juventude mato-grossense, especialmente para os empobrecidos, oferecendo cursos profissionalizantes de altíssima qualidade e preparando essas gerações para a vida na sociedade daquela época” (COLÉGIO SALESIANO SÃO GONÇALO, 2005).

Dentre tantos alunos ilustres, um destaca-se de modo especial: D. Aquino Corrêa. Foi ex-aluno e Sacerdote Salesiano Diretor do Liceu São Gonçalo. Com apenas 29 anos foi sagrado Bispo e, em seguida, Presidente do Estado de Mato Grosso. Ao falecer, fazia parte da Academia Matogrossense de Letras, como ilustre poeta Parnasiano (COLÉGIO SALESIANO SÃO GONÇALO, 2005).

Fundam os primeiros padres da Ordem de Dom Bosco, em 1848, o Seminário da Conceição; em 1879, o Liceu Cuiabano e, em 1896, a Inspetoria de Mato Grosso e uma casa em Coxipó da Ponte - MT (1897). Dois anos depois instalam em Corumbá, no futuro Estado de Mato Grosso do Sul, o Colégio Santa Teresa. (COLÉGIO DOM BOSCO, 2005; LEITE, 1983). Completando o circuito de atuação junto à sociedade da época, havia chegado também no ano de 1895 “um grupo de irmãs salesianas, que são as filhas de Maria Auxiliadora, para o trabalho educacional junto às moças da cidade” (GARDIN, 1999, p. 100). Todos inspirados no trabalho de Dom Bosco com as crianças pobres na Itália.

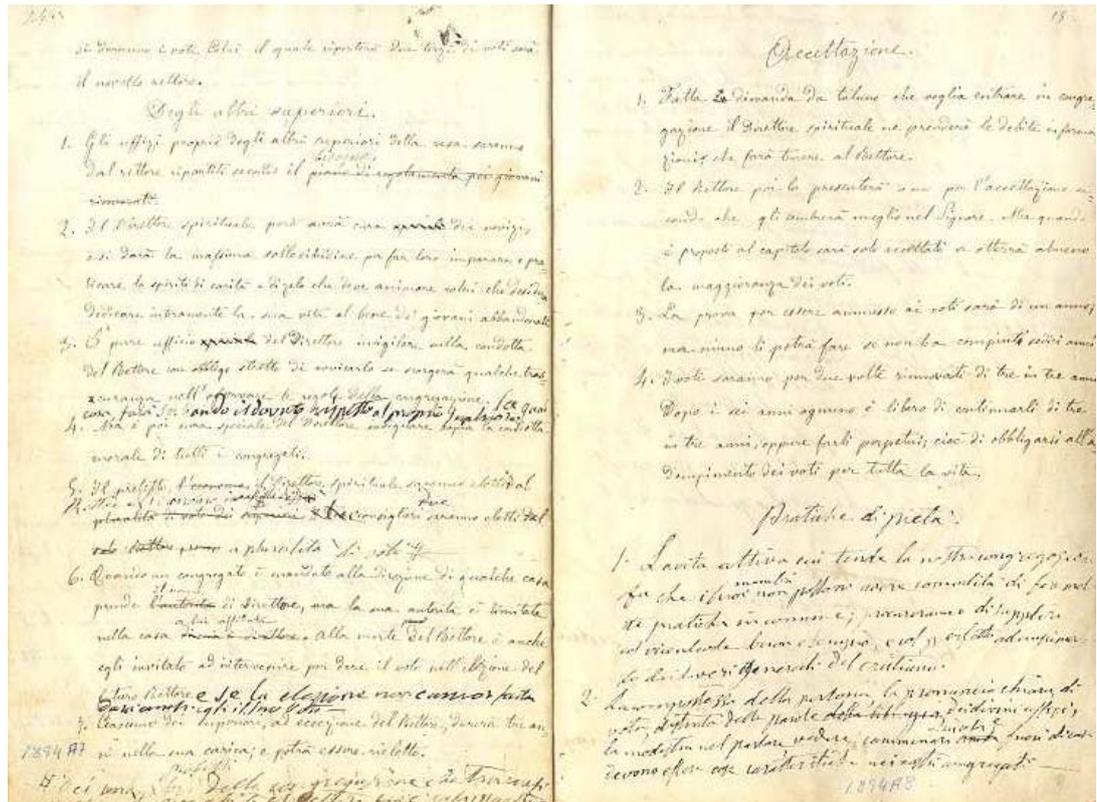
### ILUSTRAÇÃO Nº 3



*Don Bosco benedice i fanciulli.* Fotomontaggio <http://www.salesianos.com.br/dombosco/fotos.htm>, em 17 de novembro de 2003.

Dom Aquino Corrêa, futuro bispo, egresso da primeira turma de salesianos formados pelo Seminário da Conceição, anos mais tarde, no cargo de Governador do Estado, intermediará conflito entre os governantes municipais e a congregação salesiana pela construção da Matriz na futura cidade de Campo Grande.

#### ILUSTRAÇÃO Nº 4



Constituição da Sociedade São Francisco de Sales – Manuscrito de Dom Bosco. Disponível em <http://www.salesianos.com.br/dombosco/fotos.htm>., em 17 de novembro de 2003

Na virada do século, quase na fronteira com o Paraguai, em 26 de agosto de 1899, é criado o Município de Campo Grande, povoado que ganha novo *status* desvinculando-se do Município de Nioaque: “Na origem, Campo Grande remonta ao século XIX, ao período após a Guerra do Paraguai. Faz parte de um período imperial que traz consigo elementos de época, como a presença da Igreja fundando a cidade conjuntamente com os colonizadores” (GARDIN, 1999, p. 37).

A Igreja Católica e seus santos, porém, tinham chegado antes à futura cidade, e se fizeram presentes quando a mesma nem era nascida: nas preces dos colonizadores. Nas palavras de Machado:

Os primeiros ranchos da atual Rua 26 de Agosto foram construídos com certo alinhamento, uns ao lado dos outros, tomando a feição de rua. Um pouco para o poente, José Antonio<sup>4</sup> construiu pequena igreja, coberta de palha (...) Na acanhada capela foi entronizada a imagem de Santo Antônio, tudo em cumprimento de promessa durante a segunda viagem (MACHADO, apud GARDIN, 1999, p. 37).

A fundação Colônia Sagrado Coração de Jesus, nas terras dos índios Bororos, abre nova frente de trabalho para os padres salesianos em Mato Grosso a partir do ano de 1902. (COLÉGIO DOM BOSCO, 2005), não esquecendo porém de avançar para o sul e oeste do grande Estado de Mato Grosso:

A ordem salesiana inicia sua atuação no sul do estado a partir de 1899, quando de sua chegada em Corumbá para administrar um colégio onde fundam o famoso Colégio de Santa Teresa, com a uma arquitetura majestosa. Com a dificuldade encontrada pela Diocese de ofertar-se párocos para as diversas paróquias da região, os salesianos passam a administrar muitas delas, como as de Campo Grande, Três Lagoas, Porto Murtinho, Bela Vista e Ponta Porã, Paranaíba, Miranda, Maracaju e Rio Brillhante. Além de atividades paroquiais, realizam importante atuação educacional junto à sociedade: fundam o Oratório São José e o Colégio Dom Bosco em Campo Grande, aos quais outras atividades vão se sediar mais tarde na mesma cidade, e escolas paroquiais em Três Lagoas e Ponta Porã, além das atividades realizadas no norte de Mato Grosso, portanto, é uma congregação atuante em todo estado, desde o final do século passado (CHOVELON, apud GARDIN, 1999, p. 105).

No Brasil, em 1911, no governo Hermes da Fonseca, aprovava-se a Reforma Universitária Rivadávia Corrêa, a Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental, que normatizava, entre outras questões, a organização do ensino, a autonomia didática e

---

<sup>4</sup> Fundador do povoado, José Pereira, mineiro de Monte Alegre - MG, com 47 anos, acompanhado de um filho de 17, Antônio Luiz Pereira, dois escravos e um guia, chegou na futura cidade de Campo Grande em 21 de julho de 1872. Meio por obra do destino, após procurarem sem sucesso Camapuã, “chegaram a um lugar aprazível, na junção de dois córregos, onde se iniciam os campos abertos, campos grandes, o campo grande que os mineiros de Monte Alegre buscavam. O clã dos Pereira teve notícias dessas terras pelos retirantes da Laguna e tudo leva a crer que o guia cuiabano Luiz Pinto Guimarães, participante da epopéia, já conhecia o lugar e tinha-o como destino da viagem. José Antônio Pereira aprovou” (BARROS, 1999, p. 21).

administrativa, a instrução de ensino superior, o Conselho Superior de Ensino e, finalmente, o patrimônio, sua constituição e aplicação. Com essa reforma nasce o exame vestibular, “seleção que já se fazia necessária para o ingresso nos cursos superiores existentes” (NISKIER, 1996, p. 205). Romanelli (1983, p. 42) ensina:

Outras reformas se seguiram a essa [Benjamin Constant], mas não lograram acarretar nenhuma mudança substancial ao sistema. Algumas delas, como a Lei Orgânica Rivadávia Corrêa [...] chegaram até a ocasionar um retrocesso na evolução do sistema, em virtude de facultar total liberdade e autonomia aos estabelecimentos e suprimir o caráter oficial do ensino, o que trouxe resultados desastrosos.

Quatro anos depois de promulgada a Reforma Corrêa, reação se concretizou com a publicação de nova lei sobre ensino superior: Dec. nº 11.530, de 18 de março de 1915 – A Reforma Carlos Maximiliano. Essa reforma educativa representou uma contramarcha no processo implantado, visto que reoficializou o ensino e regulamentou o ingresso nas escolas superiores (ROMANELLI, 1983, p. 42). Dispositivo importante se relacionava com a nova tentativa de criação de uma universidade brasileira. Em que pesem as boas intenções, essa reforma não ficou imune a críticas: “De modo geral, censurava-se o desprezo no tratamento da realidade brasileira, buscando-se modelos estrangeiros para serem aplicados em nosso país, onde tudo era diferente” (NISKIER, 1996, p. 206).

No governo de Epitácio Pessoa, finalmente, era criada a Universidade do Brasil (7 de setembro de 1920). Na administração seguinte, a de Arthur Bernardes, a educação foi objeto de preocupação:

[...] a Reforma Rocha Vaz, [...] em 1925, representou a última tentativa do período no sentido de instituir normas regulamentares para o ensino, tendo mérito de estabelecer, pela primeira vez um acordo entre a União e os Estados, com o fim de promover a educação primária, eliminar os exames preparatórios e parcelados, ainda vigentes e herança do Império. Foi, na verdade, uma tentativa de impor a sistematização sobre a desordem (ROMANELLI, 1983, p. 42) .

Todas essas reformas, porém, não obtiveram pleno sucesso. Segundo Fernando Azevedo, do ponto de vista educacional, os republicanos fizeram uma revolução que “abortou” e, contentando-se com a mudança do regime não teve o pensamento ou a decisão de realizar uma transformação radical no sistema de ensino para provocar uma renovação intelectual das elites culturais e políticas, necessárias às novas instituições democráticas (AZEVEDO, apud ROMANELLI, 1983, p. 42).

É, porém, nessa época que se pode situar a gênese da criação das faculdades católicas, talvez porque estivessem mais livres, com o fim do padroado que havia sido extinto com o advento da República. O movimento católico leigo da década de 1920 desenvolve papel decisivo nesse mister.

A fundação do Centro D. Vital do Rio de Janeiro, em 1922, foi importante marco no movimento católico para criação de universidades confessionais, tanto assim que, em fins de 1939, o cardeal Leme criou uma comissão organizadora, à frente da qual estavam o Padre Leonel Franca e Alceu Amoroso Lima, ambos dirigentes do Centro D. Vital, para implantar uma universidade católica no Rio.

É desse período, segundo informa Gardin (1999, p. 105), a presença dos salesianos pela primeira vez em Campo Grande, no ano de 1924, quando o padre Hipólito Chovelon chega para administrar a paróquia, a pedido do bispo de Corumbá, D. José Maurício da Rocha, posto que os padres redentoristas que atuavam na cidade retornaram para a Áustria.

### 2.3 – AS DÉCADAS DE 1930 A 1950<sup>5</sup>

O clima político-cultural da década de 1920 tinha sido visto como preocupante. Por conta das greves promovidas pelos sindicatos dos trabalhadores o governo sancionou a Lei Adolfo Gordo, de repressão ao anarquismo (1921). No ano seguinte, por conta da influência dos imigrantes, era fundado o Partido Comunista do Brasil, filiado à III Internacional, que sobreviveu escassos cinco anos, para em 1927 ser posto na ilegalidade. Em 1922, também, São Paulo assistiu turbulências na área cultural. Com a participação de escritores, poetas, músicos e artistas de renome como Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Graça Aranha, Manuel Bandeira, Anita Malfati, Di Cavalcanti, Tarsila do Amaral, Vitor Brecheret, Villa-Lobos, entre outros, realizou-se a Semana de Arte Moderna.

Na área militar, a 5 de julho de 1922, o primeiro levante tenentista do Brasil se efetivou: uma revolta irrompeu no Forte de Copacabana, com a adesão do Forte do Vigia e dos alunos da Escola Militar. Visavam os revoltosos a derrubar o governo de Epitácio Pessoa e a impedir a posse de Arthur Bernardes. Apesar de todos os incidentes políticos com as oligarquias, desde a Reação Republicana à Revolta de Copacabana, a candidatura oficial venceu, mas restou demonstrado o declínio da política oligárquica que vigorava neste país e que viria a se concretizar em 1930.

Dois anos depois, em 1924, rebentaria uma outra revolução: a de São Paulo sob a chefia do general reformado Isidoro Lopes. Embora contassem com a opinião pública paulista, não conseguiram as tropas revolucionárias oferecer eficiente resistência às forças do governo. A revolução paulista repercutira, entretanto, sob a forma de motins no Rio Grande do Sul, Pernambuco, Pará, Amazonas e Sergipe.

---

<sup>5</sup> Este item está baseado, principalmente, em FAUSTO, Boris, 2004; FERREIRA, Olavo Leonel, 1995 e no site <[www.multirio.rj.gov.br/historia](http://www.multirio.rj.gov.br/historia)>, acessado em 15 de junho de 2003.

Na galeria dos presidentes, no entanto, Washington Luís toma posse, com duas grandes preocupações: construção de estradas e reforma financeira. Logo são iniciadas as grandes rodovias Rio – São Paulo e Rio – Petrópolis, esta última visando posteriormente a prolongar-se até Belo Horizonte. Atribuiu-se a Washington Luís o lema "governar é construir estradas". No seu governo, de maneira geral, entretanto, nossa situação econômica não era boa. Politicamente também não ia bem o regime. A representação popular havia sempre sido uma farsa.

A escolha dos candidatos à sucessão presidencial funcionou como um estopim para a mais importante revolução da história republicana. Apresentavam-se como prováveis candidatos Júlio Prestes, por São Paulo; Getúlio Vargas, pelo Rio Grande do Sul; e Antônio Carlos de Andrada, por Minas Gerais. Júlio Prestes, governador de São Paulo, havia sido líder do governo na Câmara Federal, e em torno do seu nome giravam as simpatias do Catete. No entanto, de acordo com a tradicional política do café-com-leite, era a vez do candidato desse acordo ser mineiro.

Em São Paulo, surgiu o Partido Democrático, que reunia a oligarquia local dissidente. Os entendimentos políticos evoluíram no sentido de se agruparem em torno de Getúlio Vargas, as forças da oposição. Consequentemente, Minas Gerais e Rio Grande do Sul transformavam-se em dois grandes focos de rebeldia à política dominante. Na Paraíba contariam com o apoio de João Pessoa, candidato à vice-presidência. Formou-se assim a chamada "Aliança Liberal". Júlio Prestes sagrou-se candidato situacionista na "Concentração Conservadora".

Ao chegarem ao Brasil os efeitos do colapso da Bolsa de Nova York (outubro de 1929), aumentaram as possibilidades de uma solução traumática. A crise de 1929 alastrara-se pela Europa, atingindo também São Paulo, como tradicional fornecedor de café aos países estrangeiros conturbados financeiramente pela grande depressão. O Brasil perdeu o seu maior

mercado consumidor: os EUA. Os créditos internacionais foram suspensos. A política de valorização do café entrou em colapso, afundando o restante da economia nacional.

Realizaram-se, contudo, as eleições para Presidente da República no prazo previsto. Apareceram fraudes de ambos os lados. O resultado final foi favorável a Júlio Prestes, que não chegou a tomar posse, vez que, vinte e dois dias antes de terminar o mandato presidencial de Washington Luís, a Revolução, liderada por Getúlio Vargas, havia se iniciado.

O " façamos a revolução, antes que o povo faça", da época, evidenciava que se admitia a existência de um clima revolucionário. A insatisfação com o regime havia atingido níveis muito altos e as classes dominantes, naturalmente, não queriam aceitar uma tomada do poder pela população. A "Revolução" foi, portanto, um meio de evitar uma transformação real do país.

Getúlio Vargas tomou o Palácio do Catete e trouxe consigo a promessa de, entre outras medidas, zelar pelos problemas relacionados com a assistência aos trabalhadores e a educação nacional. O Governo Vargas, além de mudar os donos do poder, mudou o pensamento sobre a educação nacional; delegou a Francisco Campos, seu principal assessor, a possibilidade de dar uma nova feição à política e à educação nacional.

Segundo Sampaio (2000, p. 43), é possível identificar, nas estatísticas oficiais referentes aos estabelecimentos de ensino superior privados no país e às suas matrículas, dois períodos claramente distintos: o primeiro compreendido entre 1933 e 1965, e o segundo, de 1965 a 1980. A primeira etapa, que tem seu início com Getúlio Vargas no poder, caracterizou-se pela consolidação e estabilidade no crescimento da participação relativa do setor privado no sistema educacional; a segunda corresponde à predominância desse setor no sistema de ensino superior, caracterizada pela mudança de patamar de crescimento das matrículas privadas:

A trajetória do setor privado, em cada um desses períodos considerados, transcorreu dentro de molduras legais específicas. Em geral, as legislações apenas regulamentam o que já está ocorrendo no País e/ou ainda funcionam como uma resposta retardada às reivindicações formuladas e propostas nos períodos que antecedem as mudanças legais que tendem a incorporá-las. As principais molduras legais do sistema de ensino superior no País foram: a Reforma de Francisco Campos de 1931, regulamentando o primeiro período; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 e a Reforma Educacional, Lei nº 5.540/68, no segundo; a Constituição de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, decretos-leis, portarias e regulamentações específicas também complementam, nos períodos discriminados, a legislação maior para o ensino superior (Sampaio, 2000, p. 43).

A reforma Campos, quanto ao ensino privado, não trouxe mudança substancial. Aliás, da “perspectiva do desenvolvimento do ensino superior privado no País, a reforma educacional de 1931 apenas veio corroborar o que a primeira Constituição da República já fizera: mantinha o sistema de ensino superior aberto à iniciativa privada” (SAMPAIO, 2000, p. 44).

Reforçava expressamente que era livre às pessoas naturais e jurídicas de direito privado a abertura de cursos superiores, mantendo, no entanto, sob a responsabilidade do governo federal o controle sobre a autorização de funcionamento.

Especificamente quanto ao ensino jurídico a Reforma Francisco Campos procurou dar ao mesmo um caráter nitidamente profissionalizante

Com ela ocorreu o desdobramento em dois; o Bacharelado e o Doutorado, cabendo ao primeiro a formação dos operadores técnicos do Direito e ao segundo a preparação dos futuros professores e pesquisadores, dedicados aos estudos de alta cultura. Essa reforma, no entanto, não obteve, na época, o êxito esperado, continuando os cursos de bacharelado no mesmo nível existente anteriormente e não tendo os de doutorado atingido os objetivos almejados (RODRIGUES; JUNQUEIRA, 2002, p. 20).

Em Campo Grande, nesse tempo, o ensino secundário passava a representar objeto de desejo da classe média em ascensão, inicialmente ministrado por escolas particulares: confessionais – Colégio Dom Bosco, para meninos, e Colégio Auxiliadora, para meninas, e o Colégio Oswaldo Cruz, não-confessional.

A origem do Colégio Dom Bosco foi o Instituto Pestalozzi, fundado em Aquidauna, em 1915, por Arlindo Lima, trasferido para Campo Grande em 1917, passando a se chamar Ginásio Municipal de Campo Grande (por ser subvencionado pela prefeitura). A Missão Salesiana adquiriu a escola em 1930, mudando seu nome para Ginásio Dom Bosco. Reconhecido por decreto federal de 1934, passou a ser denominado Colégio Dom Bosco, em 1948, através de outro decreto federal (PESSANHA; DANIEL; MENEGAZZO, 2004, p. 65).

Importante lembrar que, entre 1933 e 1960, o setor privado respondia por mais de 43% das matrículas no ensino superior. A Reforma Francisco Campos, pela primeira vez, deu ao país uma norma que organizava o ensino superior no Brasil.

Com forte tendência centralizadora, a reforma previa a regulamentação de todo o ensino superior, tanto público como privado, pelo governo central. Além disso, dispunha sobre questões como administração central da universidade, escolha de reitor, composição do corpo docente, cobrança de anuidades (o ensino público não era, ainda, gratuito) e organização estudantil (SAMPAIO, 2000, p. 45).

Em análise da época, Anísio Teixeira argumenta que, embora não se tivesse limitado a manter o ensino superior em seus moldes tradicionais de escolas isoladas voltadas para a formação de profissões liberais, a reforma de 1931 tampouco pôs em prática o ideal de universidade que mobilizara intelectuais e educadores da década de 1920. O Decreto nº 19.851/31 determinava que o ensino superior no Brasil obedecesse, preferencialmente, aos sistemas universitários, podendo, ainda, ser ministrado em instituições isoladas. Com isso, a nova legislação também não deu exclusividade ao modelo de universidade pública – a principal bandeira do movimento da década. A universidade deveria organizar-se em torno de uma faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, cujo objetivo era a formação de professores para o ensino secundário; embora essa missão não fosse incompatível com a produção de conhecimento e a prática de pesquisa, acabou sobrepondo-se a elas (TEIXEIRA, apud SAMPAIO, 2000, p. 45).

Por outro lado, esse período foi marcado por intensa disputa entre elites católicas e laicas em relação ao controle sobre a educação, em especial sobre o ensino superior. Sampaio, sustentando-se em Schwartzman, esclarece que essa posição transcorreu em um contexto

político amplo, no qual Francisco Campos atuou como intermediário da aproximação política entre Getúlio Vargas e a Igreja Católica. Foi na área da Educação que o pacto entre Igreja e Estado se mostrou de forma mais clara, interrompendo o período de separação que havia se estabelecido entre os dois desde a República. Em troca de uma ideologia que oferecesse substância, apoio e conteúdo moral ao novo regime, Francisco Campos oferecia à Igreja a introdução do ensino religioso facultativo no ensino básico – primário e secundário – das escolas públicas de todo país, o que de fato ocorreu com o decreto de abril de 1931. As ambições da Igreja, entretanto, eram maiores e os católicos sentiam-se ameaçados diante da presença de outros grupos em área tão estratégica como a da Educação. Opunham-se, particularmente, aos que percebiam com tendências estatizantes e laicizantes como Anísio Teixeira e Fernando Azevedo que, na época, ocupavam posições de responsabilidade, respectivamente no Rio de Janeiro e em São Paulo (SAMPAIO, 2000, p. 46).

Vale a pena observar a carta de Francisco Campos a Getúlio Vargas, datada de 18 de abril de 1931, em que o Ministro da Educação advogava a assinatura do decreto que reintroduzia o ensino religioso nas escolas públicas:

Permito-me acentuar a grande importância que terá para o governo um ato da natureza do que proponho a V. Excia. Neste instante de tamanhas dificuldades, em que é absolutamente indispensável recorrer ao concurso de todas as forças materiais e morais, o decreto, se aprovado por V. Excia., determinará a mobilização de toda a Igreja católica ao lado do governo, empenhando as forças católicas de modo manifesto e declarado toda a sua valiosa e indispensável influência no sentido de apoiar o governo, pondo ao serviço deste um movimento de opinião pública de caráter nacional (CAMPOS, apud AZZI, 2005 p. 15).

Derrotada em suas pretensões de controle do ensino público, ganha impulso dentro da Igreja Católica a iniciativa de criar suas próprias universidades, o que se consolida na década seguinte.

A partir da década de 30, começam a se multiplicar os cursos de nível superior dirigidos por religiosos. Em 1933, os maristas fundaram, em Porto Alegre, a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, anexa ao colégio do Rosário. Em

março de 1939, os salesianos inauguravam no liceu Coração de Jesus de São Paulo, a Faculdade de Estudos Econômicos. Em 1941, o jesuíta Roberto Saboia de Medeiros fundava, também em São Paulo, a escola superior de Administração de Negócios, Pandiá Calógeras. Mas a marca registrada da educação católica será a promoção das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, destinadas a preparar professores para o ensino de nível secundário (AZZI, 2005, p. 19-20).

Segundo Azzi (2005, p. 20), em carta de 11 de dezembro de 1937, a provincial das ursulinas solicitava ao cardeal Leme a autorização para fundar no Rio de Janeiro uma Faculdade Católica de Ciências e Letras, semelhante à que fora estabelecida anteriormente pelas cônegas de Santo Agostinho, em São Paulo:

Três razões principais motivavam as religiosas a iniciarem essas fundações. Em primeiro lugar, oferecer à juventude feminina uma instituição destinada à formação cultural, em nível superior. Em segundo lugar, a obra tinha como finalidade oferecer a essa juventude uma formação religiosa e apostólica mais profunda. Por último, tais faculdades deviam servir também para que as religiosas pudessem ter um ambiente mais adequado onde realizar seus estudos universitários. O apoio do governo federal favoreceu bastante o desenvolvimento desses estabelecimentos de nível superior

Após muitas idas e vindas junto ao Ministério da Educação, o Conselho Federal de Educação aprovou o funcionamento das Faculdades Católicas de Direito e de Filosofia, bases da futura universidade, que seria criada no início da década de 40, no Rio de Janeiro.

A Universidade Católica, mais tarde PUC - Rio de Janeiro, organizada em 1940 e iniciada em 1941, constituiu o último empreendimento significativo da vida do cardeal Leme, o principal promotor da restauração católica a partir de 1922.

Em cada época, a agenda para o ensino superior convergiu para temas muito específicos e mobilizou diversos atores do sistema. Desse prisma, o extenso período que vai de 1933 a 1965 divide-se, na realidade, em dois: primeiro, que termina em 1945, foi marcado pela luta entre elites laicas e católicas; o seguinte, que se inicia em 1945 e vai até meados da década de 1960, presenciou outras lutas, cujo ator principal não era mais a elite intelectual, laica e católica, mas o movimento estudantil [...]. Uma das características fundamentais desse movimento residiu na defesa do ensino público, com a reivindicação de eliminar, por absorção pública, todo o setor privado. Defendia, ainda o modelo de universidade em oposição às escolas isoladas autônomas. Esse tipo de reivindicação permeou toda a discussão

que se desencadeou na década de 1950 em torno da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aprovada pelo Congresso Nacional em 1961, e foi um dos focos de intensa agitação estudantil na década de 1960 (SAMPAIO, 2000, p. 44).

Nos idos dos anos 40, Mato Grosso prosperava, particularmente Campo Grande, que havia construído a sua base econômica na agropecuária e se tornara um centro comercial dos mais bem-sucedidos,

Tendo se transformado também em centro distribuidor de mercadorias para todo o estado, Campo Grande, depara-se com um lado negativo que vem com a guerra, o do racionamento de certos gêneros de consumo essenciais às populações interioranas, como açúcar, trigo, gasolina, querosene e sal. São produtos que dependem do transporte marítimo das áreas produtoras até o Porto de Santos, de onde se destinavam para Mato Grosso, via estrada de ferro.

Para perceber a ascensão regional de Campo Grande a década de 40 registra a construção de uma estrada ligando esta cidade com o sul de Goiás, na região do Araguaia – povoado de Capela.

O presidente Vargas, quando de sua visita à região em julho de 1941, a chamou de *Capital Econômica de Mato Grosso*, uma cidade que apresenta uma *arrecadação tributária maior do que cinco capitais de Estado – Cuiabá, Natal, Teresina, Goiânia e Florianópolis* (GARDIN, 1999, p. 81)

Com o fim da Grande Guerra, veio o ocaso do Governo Vargas, e terminava também a gestão de Gustavo Capanema, Ministro da Educação que mais tempo ficou nessa função em todo o período republicano (11 anos). Nesse tempo, o país vivia a euforia do fim da guerra e da conquista da democracia.

É de lembrar que, de 1940 a 1945, “embora constituam exemplos isolados de cursos criados nesse período [...], existem então três traços marcantes do ensino superior privado, [entre eles] a criação de estabelecimentos no eixo Rio-São Paulo [...] e a predominância das iniciativas confessionais” (SAMPAIO. 2000, p. 47).

Em que pese a opinião de Niskier (1996, p. 316) ao afirmar que a massificação do ensino superior viria a acontecer a partir do final de 1945, até a votação da Lei de Diretrizes e Bases, em 1961, percebe-se que, nos anos que se seguiram ao fim do Governo Vargas, houve uma diminuição na participação da iniciativa privada na educação nacional, o que se deveu,

em grande medida, à criação de universidades estaduais, federais e particulares e a federalização de outras tantas instituições de ensino superior.

Já quanto às universidades católicas criadas depois de 1946 estabeleceram-se antes como um setor semigovernamental do que estritamente privado, tendo dependido, em maior ou menor grau, de financiamento estatal.

No Brasil, ainda que as instituições superiores católicas não se definam como semipúblicas, a política da Igreja Católica em relação à educação superior sempre foi de reivindicar para si *status* especial, seja como responsável pelo ensino em nome do Estado, como ocorria no passado recente (Década de 30), seja, pelo menos, como provedora de um setor confessional alternativo, financiado nos mesmos moldes do ensino público. (SAMPAIO, 2000, p. 48).

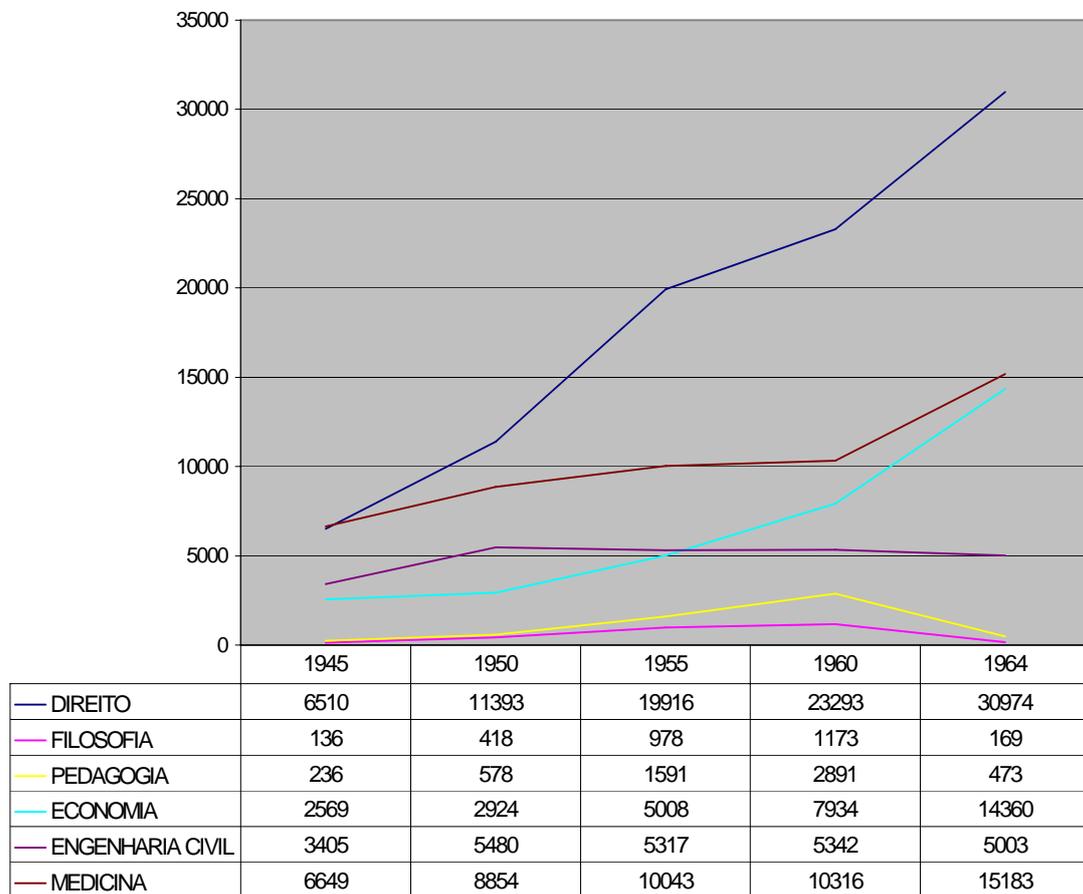
Ou seja, o ensino superior católico no Brasil desenvolveu-se como setor paralelo ao setor público. Sampaio, apoiando-se em Xavier, informa que esse paralelismo está na base da relação de dependência financeira que as instituições católicas sempre pleitearam e, em alguns períodos, efetivamente, conseguiram manter com o Estado. O paralelismo também se manifestava no modelo de universidade adotado por algumas instituições do segmento católico. Em um primeiro período, as instituições católicas foram contempladas com verbas orçamentárias do MEC. Depois, com a extinção dessas verbas, passaram a ocupar o primeiro lugar da lista das instituições não-federais que contam com apoio financeiro do Ministério da Educação e do Desporto. De acordo com o entendimento oficioso dos técnicos do MEC, que elaboram essa lista de prioridades, as católicas devem receber mais porque sempre tiveram recursos do MEC, além de serem instituições que usualmente ministram ensino sem visar lucros com a qualidade superior da maioria das IES (instituições de ensino superior) particulares (SAMPAIO, 2000, p. 49).

Por outro lado, é importante perceber a sintonia da expansão das faculdades privadas com as matrículas nos cursos de Direito. O aumento de alunos nos cursos jurídicos ocorre com muito maior vigor exatamente no período que vai de 1945 a 1964, como se pode ver pela

tabela abaixo. O número de alunos de 1945 (6.510) praticamente quintuplica (30.974) em menos de vinte anos. Enquanto que em outras carreiras, mesmo com o aumento da oferta, tal ritmo não se verifica. Caso emblemático é o do curso de Filosofia, que tinha 136 alunos em 1945, aumentando para 1173 em 1960, para em 1964 apresentar o mesmo número de 1945: 189.

## GRÁFICO N° 1

NUMERO DE ALUNOS POR CURSOS (1945-1964)



FONTE: CUNHA, 1989, p. 103-106.

O período que vai de 1945 a 1961 é marcado por grandes agitações políticas e pela desconcentração regional das instituições privadas, notadamente para o Oeste e Sul do país,

ao mesmo tempo que nos Estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul a interiorização se intensifica. Quanto aos cursos superiores, duas tendências se apresentavam:

Na primeira metade da década de 1950, os cursos que fundam as instituições privadas tendem a ser voltados para a formação de profissionais liberais (Medicina, Direito, Odontologia) e na área de ciências econômicas. De 1955 a 1961, os cursos são fundamentalmente voltados para a formação de professores, em faculdades de Filosofia, Ciências e Letras; em geral, essas faculdades tendem a se instalar no interior dos estados (SAMPAIO, 2000, p. 51).

#### 2.4 – A EXPANSÃO DO ENSINO PRIVADO A PARTIR DE 1960

A década de 1960 foi de grandes transformações. A demanda por ensino superior nesse período cresce assustadoramente, superando em muito a oferta. No setor privado estudavam mais de 90 mil alunos, de um total de 226 mil estudantes universitários. Niskier (1996, p. 386) informa que, a partir do início dessa década, o ensino superior sofreu uma expansão sem precedente, localizando sua fonte no governo de Juscelino Kubitschek, quando o mercado de trabalho se viu ampliado, exigindo do setor educacional o acompanhamento do modelo desenvolvimentista então implantado.

Nos trinta anos que se seguiram à criação das primeiras universidades, a sociedade mudou rapidamente, ampliando os setores médios próprios de uma formação social industrial e urbana. As demandas dessas camadas em ascensão foram, inicialmente, pela ampliação do ensino do grau médio. A satisfação de tal necessidade, ainda que limitada a setores restritos da sociedade, criou nova clientela para o ensino superior. O desenvolvimento das burocracias estatais e das empresas de grande porte abriu novo mercado de trabalho, fortemente disputado pelos setores médios. O diploma de ensino superior passou a significar garantia de acesso a esse mercado (SCHWARTZMAN, apud SAMPAIO 2000, p. 53).

A universidade da década passada, que sobrevivia nos anos 60 e representava as concepções ultrapassadas da década de 1930, recebia duras críticas. A principal dirigia-se a instituição da cátedra: o sistema de cátedra – em que cada matéria ou área do conhecimento é de responsabilidade de um professor vitalício, o catedrático, que tem o poder de decisão,

escolhendo e demitindo seus auxiliares –, era percebido como obstáculo a qualquer tentativa de organizar uma carreira universitária. Em substituição, propunha-se a organização de departamentos nos moldes da universidade americana e a organização da carreira aberta, determinada pela titulação acadêmica, a qual abriria espaço para jovens formados no exterior ou nos poucos centros de pesquisas existentes no país. O catedrático passou a simbolizar a universidade rígida e anacrônica (SAMPAIO, 2000, p. 54).

Levy, ao analisar o ensino privado na América Latina, distingue três grupos: universidades católicas, instituições laicas de elite e estabelecimentos privados de atendimentos de mercado. Afirma que essas instituições não correspondem a três “categorias” ou “tipos” de ensino privado, mas às três ondas de expansão do setor privado na América Latina e, portanto, à própria dinâmica público/privado no desenvolvimento dos sistemas de ensino superior nos países desse continente (LEVY, apud SAMPAIO, 2000, p. 23). A criação da Faculdade de Direito de Campo Grande, em 1965, mesmo sendo uma instituição escolar católica, não se encaixa na primeira fase de expansão do ensino privado, talvez a exceção que confirme a regra; ou de fato se enquadre melhor na segunda fase, como “instituição privada laica”, ainda que oficialmente confessional.

O ambiente cultural e acadêmico do início da década de 1960 foi vigoroso. As discussões que haviam sido iniciadas em 1950 perduravam e se aprofundaram. O projeto da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira havia muito tramitava no Congresso Nacional. Sua aprovação se deu em 1961:

As disposições da Lei nº 4.024 frustraram as expectativas dos “reformadores” do ensino superior dos anos 50. Uma vez que não alterava, de forma radical, a estrutura da universidade nos moldes das diferentes propostas do debate da época, a LDB de 1961 foi tímida. Ao permitir o ensino em instituições isoladas, o segmento da intelectualidade que defendia a estrutura mais orgânica de ensino universitário saiu derrotado (SAMPAIO, 2000, p. 55/56).

Pela nova LDB, a educação superior passou a ser algo de uniforme e homogênea, possibilitando sua expansão como se escola primária fosse.

O fato de a Lei de Diretrizes e Bases estabelecer a liberdade da iniciativa particular de ministrar ensino em todos os graus, assegurando aos estabelecimentos privados, legalmente autorizados, o reconhecimento para todos os fins dos estudos neles realizados veio dar grande impulso ao ensino particular, por um lado, atraído pela procura social da educação e, por outro, incentivado pela sanção pública generosamente estendida ao ensino privado sem outra exigência que a da autorização legal (TEIXEIRA, apud SAMPAIO, 2000, p. 56).

A partir de meados da década de 1960, a expansão do sistema de ensino superior, efetivamente, havia adquirido novas características. Pondera Niskier (1996, p. 386) que um fator relevante na expansão do ensino universitário foi a ampliação da rede escolar do 2º grau, que começou a pressionar o 3º grau com uma demanda de candidatos sempre maior que número de vagas oferecidas “... o ponto alto dessa pressão ocorreu em 1968, quando 125 mil candidatos não conseguiram vagas” (NISKIER, 1996, p. 386).

Sampaio (2000, p. 57), baseando-se em Martins, por sua vez, informa que em vinte anos (1960-1980), o número total de matrículas no ensino superior passou de cerca de 200 mil para 1,4 milhão, sendo os anos de 1968, 1970 e 1971 os que apresentaram maiores taxas de crescimento. Nesse período, a pressão do mercado pela ampliação do sistema era crescente. Os excedentes – aqueles que não conseguiam entrar nas faculdades –, em 1969, já eram 161.527, o que representava mais do que o total de matrículas em 1965.

No final da década de 60, o setor privado absorvia 46% das matrículas; no final da década seguinte, respondia por 62,3%. Nesses anos, as iniciativas laicas, que já dividiam com o segmento confessional a oferta privada de ensino superior desde a década de 1950, tornaram-se predominantes, dando nova configuração ao sistema (SAMPAIO, 2000, p.57).

O setor público, ainda que houvesse crescido no período, não o fez no mesmo ritmo do setor privado. No período 1960-1970, enquanto as matrículas públicas registravam crescimento da ordem de 260%, as matrículas do setor particular cresciam mais de 500%. Na década seguinte – 1970-1980 –, o crescimento do setor privado foi de 311,9% e o do setor público, de 143% (SAMPAIO, 2000, p. 57).

Entre a edição da LDB (1961) e a Reforma Universitária, Lei nº 5.540 (1968), foi dado o golpe militar, em março de 1964. Sob os auspícios do governo militar, portanto, como parte

da sua estratégia para endurecer ainda mais o controle sobre a sociedade civil, foi aprovada a Reforma Universitária.

A reforma de 1968 ocorreu em clima de intimidação e deterioração dos direitos civis, em contexto de abuso do aparato repressivo do Estado, de destruição dos órgãos de representação estudantil. Paradoxalmente, entretanto, essa reforma inspirava-se em muitas das novas idéias do movimento estudantil e da intelectualidade ao longo dos anos que precederam a LDB de 1961 (SAMPALIO, 2000, p. 58).

A Reforma universitária foi extensa e profunda. Entre outras medidas aboliu a cátedra; instituiu o departamento como unidade mínima de ensino e pesquisa e criou o sistema de institutos básicos. Quanto ao currículo estabeleceu sua organização em duas etapas – o básico e o de formação profissionalizante. Alterou o vestibular, decretando o sistema de crédito e a semestralidade. Na administração universitária estabeleceu o duplo sistema de democratização – um vertical, passando por departamentos, unidades e reitoria; outro horizontal, com a criação de colegiados de curso, que deveriam reunir os docentes dos diferentes departamentos e unidades responsáveis por um currículo; integrou escolas e institutos na estrutura universitária, além de institucionalizar a pesquisa e centralizar a tomada de decisão em nível dos órgãos de administração federal.

Lembrar que no início da década de 1960, o Brasil enfrentou uma forte crise, devido à desaceleração econômica e aos ciclos recessivos da economia internacional. Chegava-se ao fim do processo chamado Processo de Substituição de Importações – PSI, adotado pelo governo, guiado pela indústria de bens de consumo, principalmente de luxo (carros, eletrodomésticos, etc). As tentativas frustradas de um plano de estabilização entre 1961-1963 (Plano Trienal), que se iniciou no governo parlamentar de Tancredo Neves, gerou uma instabilidade social e econômica que levou ao Golpe Militar em abril de 1964.

O programa de estabilização econômica, implementado entre 1964 e 1967, tinha como meta reduzir a taxa de inflação e, simultaneamente, proporcionar o crescimento da economia

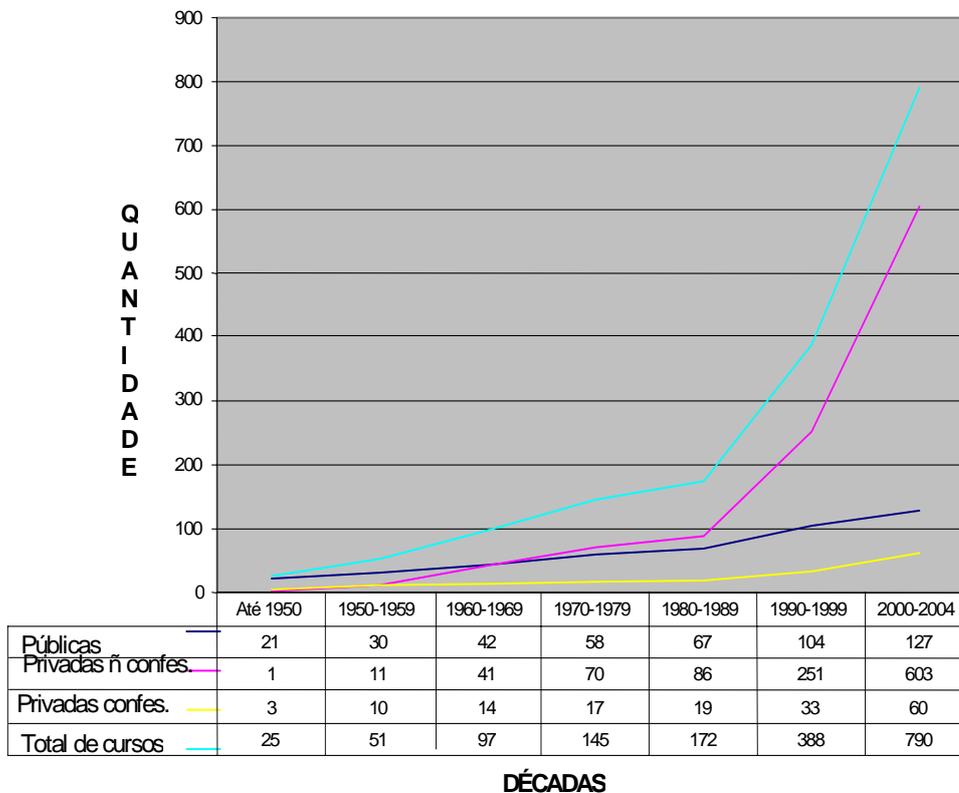
brasileira. Para isso, logo após o golpe, foi criado o Programa de Ação Econômica do Governo – PAEG, elaborado pelo Ministério do Planejamento, a cargo de Roberto Campos, de orientação conservadora. Dentre as pautas do programa de estabilização, estava a geração de empregos e o aumento da produtividade do trabalho, investimento na melhoria e qualificação da mão-de-obra. Provavelmente, esse programa governamental, uma vez que incentivava a melhoria da mão-de-obra, repercutiu na criação de cursos de direito no país. O PAEG deveria recuperar o crescimento interrompido no biênio 1962-1963 e, de início, combater a inflação e equilibrar o preço possibilitando o crescimento a partir de 1966.

Observa-se que o crescimento anual dos cursos de direito nesse período (1961-64) foi baixo em relação ao final dos anos de 1950, cuja média de crescimento tinha sido de 8,7%. Em 1961, o crescimento foi de 5,3% em relação ao ano anterior, a metade do crescimento do ano anterior. Em 1962 o crescimento foi de 1,7%; 1,6% em 1963; 1,6% em 1964. A partir de 1965 a taxa de crescimento volta a crescer, na proporção de 4,8%. O auge do crescimento se verificou em 1966, quando o crescimento foi de 15,2%. No ano seguinte o índice foi de 10,5%. Em 1967 o índice foi de 8,3%; em 1968 foi de 8,5%.

Durante o plano de estabilização, a taxa de crescimento acumulado dos cursos de direito foi de 32,1%. Já no período do “milagre econômico”, o crescimento foi de 45%. No Centro-Oeste, até antes da implantação do PAEG, havia cinco cursos de Direito. No final da década de 1960, houve a instalação de mais quatro cursos, todos privados. A estabilidade foi um fator importante para a iniciativa privada investir em cursos superiores no Brasil. Na Região Sudeste, por exemplo, durante a década de 1950, foram abertos 13 novos cursos de direito, enquanto que na década de 1960, foram abertos 28 novos cursos, sendo 25 privados. No Brasil, foram criados, na década de 1950, 27 cursos de Direito, enquanto que na década de 1960 foram criados 46 cursos de Direito, desses, 34 privados.

Durante a década de 1970, os cursos de Direito tiveram uma significativa expansão.

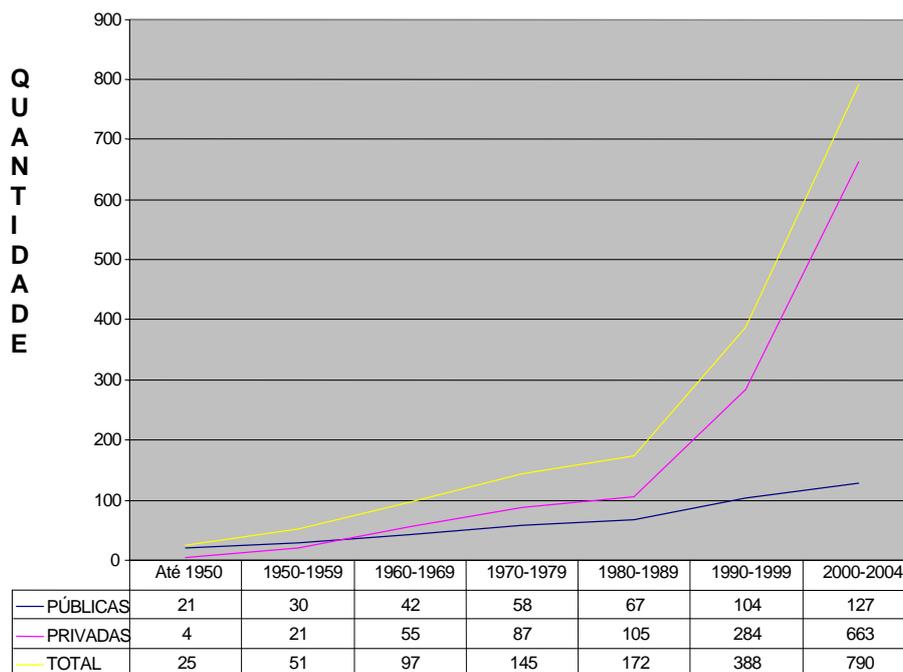
**GRÁFICO Nº 2**  
**EVOLUÇÃO DOS CURSOS DE DIREITO NO BRASIL (1950-2004)**  
 FONTE: INEP. [www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br)



**DÉCADAS**

**GRÁFICO Nº 3**

**EVOLUÇÃO DOS CURSOS DA REGIAO CENTRO-OESTE (1950-2004 )**  
 FONTE: INEP. [www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br)



**DÉCADAS**

Nesse período, foi percebido um crescimento acumulado de 61% em relação a 1960. Tal movimento ascendente chegou no seu auge em meados da década de 1970. Um dos fatores que explicaria tal situação foi o rápido crescimento da economia brasileira nesse mesmo período, conhecido como o “milagre econômico” (1968/73), cujas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) representaram em média 13,3% a.a.. Para se ter uma idéia, o crescimento do PIB em 1973 foi de 14%, e o de criação de cursos de Direito ficou em torno de 10,3%, em relação ao ano anterior.

Nos anos de 1970 foram criados 48 cursos de Direito, sendo 42 entre 1970 a 1975. Desse total, 32 estavam em instituições privadas. Após o período do “milagre econômico”, a sociedade brasileira enfrentaria uma série de imposições e limitações ao seu crescimento, o que levaria o país a mergulhar numa profunda recessão na qual as taxa de investimentos seriam muito mais baixas do que as verificadas no período do “milagre”.

É importante notar que essa expansão de cursos de Direito em instituições particulares representou uma significativa expansão de instituições religiosas no ensino. Na década de 1960, dos 54 cursos de Direito em faculdades privadas do país, 25% eram confessionais. Na década de 1970, esse montante se reduz para 20%. Percebe-se, portanto, o incremento gradativo dos cursos em instituições privadas laicas, especialmente a partir de meados da década de 1980.

É do início da década de 1960 a criação da Faculdade Dom Aquino de Filosofia, Ciências e Letras (1961), pelos padres salesianos, e da Faculdade de Farmácia e Odontologia (1962), pela comunidade laica, as duas, em Campo Grande, Mato Grosso.

Note-se que muitas faculdades que apenas ofereciam um curso, segundo Sampaio (2000, p. 51), em curto intervalo de tempo, acabaram por ampliar o número deles. Em geral, isso ocorreu nas escolas que já ofereciam cursos da área de ciências sociais aplicadas e/ou voltadas para a formação de professores, experiência que iria se repetir em Campo Grande

com a ampliação da Faculdade D. Aquino de Filosofia, Ciências e Letras, com a criação de novos cursos e de novas faculdades em torno desse núcleo, como a FADIR, em 1965; a Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administração, em 1970; os cursos de História e Geografia, na FADAFI, em 1971; Faculdade de Serviço Social, em 1972, e o curso de Psicologia, em 1975, também na FADAFI. Os cursos de Filosofia e Teologia foram criados em 1975 e 1977, respectivamente (PAVANELLO, 1999, p. 385).

#### Lembrar que

No final da década de 1950, o modelo híbrido, resultado de compromisso entre concepções antagônicas de ensino superior geradas nos anos 20 dava sinais de tensão. O modelo de universidade adotado na década de 1930 não romperia com as antigas escolas; ao contrário, preservando boa parte de sua autonomia, apenas acrescentou uma unidade que trazia uma formação nova: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Nesse modelo, a universidade dos anos 30 era uma aglutinação de escolas isoladas em que uma delas – a de Filosofia, Ciências e Letras – constituía uma miniuniversidade. O modelo expressava claramente o compromisso de manter os interesses das antigas escolas isoladas orientadas para a formação de profissões liberais. Na realidade, o que ocorreu com a universidade dos anos 30 foi uma sobreposição de modelos de ensino superior. A pesquisa não se institucionalizou dentro da universidade, salvo algumas exceções; por sua vez, as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, concebidas, inicialmente, como centro de altos estudos, acabaram tendo de incorporar uma função profissionalizante – a formação de professores para o ensino médio (SAMPAIO, 2000, p.53).

De qualquer modo, a expansão da iniciativa privada na seara da educação era evidente.

Essa decisão de se expandir mediante a criação de cursos voltados para a formação de professores não foi aleatória e respondeu, de acordo com Sampaio (2000, 51-52), à confluência de três fatores:

Primeiro, a vigência de uma legislação, a de 1931, cuja concepção de universidade se baseava na existência de um núcleo de Filosofia, Ciências e Letras em torno do qual seriam organizadas as demais escolas de formação para profissões liberais. Segundo, a existência de clientela motivada pelas novas oportunidades de acesso ao ensino superior e de carreira no magistério; ou seja, a relativa ampliação da rede de ensino público médio, nos anos 50, funcionou nas duas pontas do sistema: de um lado, aumentou a demanda por ensino superior e, de outro, alimentou o próprio mercado ocupacional para os egressos dos cursos de Filosofia, Ciências e Letras. Por fim, a estratégia das próprias instituições para se expandirem sem dispor de muitos recursos financeiros; esses cursos, em geral, tendem, até hoje, a funcionar baseados em recursos humanos.

O principal fator que levou o setor privado a responder com a expansão na oferta de vagas e de instituições foi a tentativa de corresponder exatamente às expectativas geradas pela população em geral, principalmente pelas classes médias urbanas. Para se ter uma idéia da magnitude desse expansionismo, é bom lembrar que, entre 1954-1960, “enquanto a população do Brasil passou de 41,2 milhões para 70,1 milhões, registrando crescimento de 70%, as matrículas aumentaram em mais de três vezes do período”; dessas, 44,3% correspondiam à iniciativa privada (SAMPAIO, 2000, p. 52).

Durante todo o período militar (1964-1985), a universidade ficou sob o tacão da reforma de 1968, além, é claro, das leis de segurança nacional, que invadiam o espaço universitário em busca de “subversivos”. Esse período, por seus próprios objetivos, foi bastante promissor para a iniciativa privada que investia em educação, principalmente para as organizações laicas.

Até 1980, as universidades privadas [...] representavam, em geral, metade do segmento universitário público: de 1946 a 1960, todas as iniciativas foram confessionais católica e presbiteriana; entre 1961 e 1980, as universidades criadas foram, na grande maioria de origem laica. Esse último período mostra dois fenômenos: a retirada do segmento confessional, sobretudo católico, da expansão do segmento das universidades; e o início de uma onda de reconhecimento de universidades particulares e laicas, que já funcionavam como escolas isoladas ou integradas desde os anos 50 (SAMPAIO, 2000, p. 71).

Para melhor entender essa fase, Sampaio (2000, p. 74) explica que, na realidade, as políticas para o ensino superior seguiram duas direções, nem sempre convergentes: a primeira na tentativa de preservar as universidades públicas de uma eventual massificação; a segunda, optando pela expansão do ensino público em regiões menos favoráveis para o financiamento privado do ensino superior.

Com a redemocratização do país, a nova Constituição (1988) manteve o princípio segundo o qual o ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as determinações da educação

nacional e sob autorização e avaliação do poder público. Hoje, a universidade vive sob a vigência da nova LDB (Lei nº 9493/96), que tratou do ensino superior em quinze artigos:

Destes, quatro trazem alterações significativas na regulamentação do ensino superior em geral e do privado em especial. Dois são de caráter geral: normatizam o modo de organização do sistema e sua subordinação ao órgão central competente. Os outros dois referem-se, especificamente, à organização universitária, regulamentando suas atribuições no âmbito da autonomia que lhe foi conferida por princípio constitucional (SAMPAIO, 2000, p. 140).

Foi, contudo, no início da ditadura militar que nasceu a FADIR, faculdade de cunho confessional, que sofreu as influências do período, concretas e simbólicas, em sua concepção e realização. No capítulo seguinte pretende-se apresentar o discurso de fundação da FADIR expresso, especialmente, nos documentos apresentados ao MEC, nas matérias jornalísticas dos próprios padres salesianos e em outras publicações. O discurso dos primeiros alunos, parte fundamental no discurso de fundação que hoje se conhece, também foi objeto de análise. De igual maneira apresenta-se o olhar da cidade da época em direção à educação, particularmente para o ensino superior, por meio das discussões produzidas na Câmara Municipal e em outros periódicos da cidade. Sem esquecer, no entanto, de apresentar, como introdução, as iniciativas pioneiras de criação de cursos superiores em Campo Grande, que se deu na década de 1930.

## CAPÍTULO 3

### OS ANTECEDENTES DA CRIAÇÃO E OS PRIMEIROS TEMPOS DA FACULDADE DE DIREITO DE CAMPO GRANDE-MT

Toda obra traz em si a chave de sua revelação. Todo estudo de interpretação, inclusive o da escola, deve começar com a identificação das chaves para decifrar o objeto. É, portanto, na própria constituição de uma instituição escolar em particular que se vão construir as categorias que a geraram e a moldaram, que lhe deram e ainda lhe dão significado e que lhe estabelecem o sentido de pertencimento a determinada sociedade e história.

É possível fabricar, em instituições como as escolas, inúmeras categorias de pesquisa para uma possível aproximação do seu real significado. Toda escola é um produto social e histórico de várias contribuições; toda escola é construção original e singular, posto que de qualidade diferente, e não apenas mero reflexo ou soma de partes isoladas. Nas palavras de Petitat (1989, p. 28):

A escola contribui para a produção da sociedade, pois depois de um certo nível da divisão do trabalho, a sociedade não pode mais produzir a si mesma – nem reproduzir-se – sem as escolas. Na história da civilização, as escolas às vezes precederam a escrita; mas na maior parte do tempo, as duas invenções caminharam juntas. Na escola aprendemos tanto o código da escrita quanto aquilo que a escrita codifica: antes de tudo, as leis da religião e do estado, e contabilidade. [...] O escolar – o futuro padre, funcionário público letrado ou mercador – parece ser necessário à produção-reprodução de grandes instituições políticas dominadas por uma ‘classe’ social maior que o clã familiar. [...] A produção-reprodução de uma grande religião ou da ciência exige instituições homogeneizadoras surprafamiliares. Isso resulta de uma necessidade estrutural.

De qualquer forma, aqui, busca-se reconstruir a história de uma escola, tendo-se em conta aquilo que a sensibilidade de Lessa (1999, p. 23) sugeriu: “Tudo é impressão. Minha, sua, nossa. Toda impressão deixa marcas. Chama-se de História o catalogar ordenado de cicatrizes. E contusões”, individuais ou coletivas.

### 3. 1 – O TEMPO ANTES DO COMEÇO

A análise do alcance e do significado da instalação de cursos superiores em Campo Grande deve passar, necessariamente, pelas duas iniciativas pioneiras ocorridas no final da década de 1920: a Faculdade de Odontologia e Farmácia e a Faculdade de Direito.

A primeira – Faculdade de Odontologia e Pharmácia – nasceu em 1929, por iniciativa de Jayme Teixeira, negociante de artigos dentários, que, baseado na situação geográfica e topográfica de Campo Grande, “previu que a cidade estaria destinada a ser a sede de estabelecimentos de ensino os quais beneficiariam todo o Estado, mais distritos bolivianos de Beny e Santa Cruz e grande parte do Paraguai” (FACULDADE ..., 1999, p. 62).

A Faculdade Matogrossense de Odontologia e Farmácia foi instalada na casa do dr. Agostinho, em sociedade com o dr. Pacífico Lopes de Siqueira. O reconhecimento da instituição aconteceu em 1930. Logo depois, foi transferida para o prédio da Avenida Afonso Pena em frente ao Colégio Joaquim Murtinho.

A Revolução Constitucionalista de 1932 mudou o rumo daquela instituição e, em razão do apoio que o sul de Mato Grosso deu à causa paulista, contrária ao governo central, foi anulado o seu reconhecimento.

As aulas a esperada inspeção foram suspensas e, em consequência, o reconhecimento invalidado. O prédio da Faculdade foi invadido pelo comando militar vencedor. Apenas uma turma formou-se na faculdade (FACULDADE ..., 1999, p. 62).

## ILUSTRAÇÃO Nº 5



[Provavelmente a sessão de criação da] 1ª Faculdade de Direito de MT – Década de 20 (FONTE: MACHADO, 2000, p. 71).

Aquela que viria a ser a primeira tentativa de criação de uma Faculdade de Direito em Campo Grande, por sua vez, foi resultado de um movimento social organizado por Henrique Corrêa, José Teixeira Filho e Eduardo Olímpio Machado, em 1929:

A criação da faculdade seguia os mesmos princípios da recém-criada faculdade de Odontologia e Pharmácia, criada no mesmo ano. O movimento [pela criação] durou de fevereiro a outubro daquele ano sendo interrompido por motivo de alterações políticas no País que resultaram na revolução de 1930, culminando com a mudança no governo Estadual, interrompendo os trabalhos da comissão organizadora da sonhada faculdade (CONTAR, 2005, s/p).

A sua instalação, no entanto, ocorreu em 1934 e deu motivos para a criação de outra Faculdade de Direito no Estado de Mato Grosso, a de Cuiabá, como relata Contar (2005, s/p.)

Como se sabe, havia uma grande disputa entre o norte e o sul em todas as esferas e não seria fácil o apoio dos interventores que sucederam Aníbal Toledo (quatro entre 1930 e 1934). Somente em 1934, sob a liderança do Dr. Eduardo Olímpio Machado, foi convocado o primeiro “vestibular”, marcando-se para meados de abril a sua realização. O edital publicado, era bastante curioso: exigia dos inscitos, além da identidade, um “certificado de vacina anti-variótica” e “certificado de aprovação nas

matérias do 5º ano (?) ano do curso secundário passada pelo Colégio Pedro II ou institutos congêneres equiparados” ou para os que “houvessem obtido aprovação nas juntas de exame ou certificado preparatório de Português, Francês, Inglês ou Alemão, Latim, Aritmética, Álgebra, Geometria, Geografia, Corografia, Elementos de Cosmografia, História do Brasil, História Universal, História Natural, Física e Química. Dezoito pessoas se inscreveram... A iniciativa do sul do Estado gera descontentamento no norte. Para não parecer golpe, o governo (interventor federal) finge adotar a Faculdade de Odontologia e Farmácia, promovendo a sua paralisação temporária e proibe a realização do vestibular de direito. Coincidentemente, cria em regime de urgência a Faculdade de Direito de Cuiabá em ato de 24 de março de 1934.

Apesar do esforço inicial, a primeira Faculdade de Direito de Campo Grande teve vida curta e não chegou a formar nem a primeira turma.

A segunda Faculdade de Direito – a FADIR –, trinta e um anos depois, passa necessariamente pela história da Faculdade Dom Aquino de Filosofia, Ciências e Letras no ano de 1961: a primeira faculdade da cidade que nasceu sob a batuta da Igreja Católica. Essa escola, que foi criada com o propósito voltado, principalmente, para formação de professores, começou a funcionar com dois cursos típicos de formação docente: Pedagogia e Letras Neolatinas.

Os padres salesianos, cumprindo as determinações nacionais da igreja, havia muito interiorizavam suas escolas de ensino primário e médio país afora. Em Mato Grosso na época da criação da FADAFI, a congregação mantinha em Campo Grande o Colégio Dom Bosco, pertencente à Missão Salesiana, desde 1930; Escolas Profissionais São José, de 1924, e Ginásio Santa Teresa (1899), em Corumbá; Patronato Salesiano Santo Antônio (1897), em Coxipó da Ponte; Liceu Salesiano São Gonçalo (1894), em Cuiabá; Patronato Salesiano e Ginásio Padre Carletti (1921), em Alto Araguaia; Instituto Nossa Senhora da Piedade (1916), em Araguaína; Instituto Bom Jesus (1934), Guiratinga; Colônia Internato Sagrado Coração (1901), em Merúri; Colônia São José (1906), nas aldeias dos índios Bororos e Xavantes, Colônia São Marcos (1958), na aldeia dos índios Xavantes; além de outras instituições de ensino no oeste paulista (MISSÃO SALESIANA, 1964, p. 3-5).

Verifica-se que da lista ainda não constava nenhuma escola de nível superior até que nova frente foi proposta: a criação dos primeiros cursos universitários em Mato Grosso.

Nos primeiros cursos criados, a primeira turma não passava de cinquenta alunos: trinta na pedagogia e dezoito em letras, o que, segundo argumento dos próprios salesianos, dificultava sua sobrevivência. Foi para sustentar e manter os cursos criados que a congregação resolveu criar um novo curso, que pudesse com as mensalidades auferidas dos alunos manter os mesmos. O curso escolhido foi o de Direito (FADIR, 1990, p. 6).

Ao que parece, no entanto, a razão que levou os dirigentes salesianos a escolher o curso de Direito foi a pretensão de criar uma universidade católica em Campo Grande. A legislação do ensino superior da época, não mais vinculada ao Estatuto das Universidades de 1931, determinava que a criação de universidades deveria ter como base uma Faculdade de Filosofia, em torno da qual outras faculdades ou institutos se agregariam, dentre eles, necessariamente, Direito, Medicina ou Engenharia:

A organização das novas universidades foi bastante facilitada pelo decreto-lei nº 8.457, de 26 de dezembro de 1945, promulgado pelo presidente provisório José Linhares. As exigências ficaram bem mais flexíveis do que as determinadas pelo Estatuto das Universidades Brasileiras, de 1931. Desde este estatuto, uma universidade precisaria ter, pelo menos três institutos de ensino. Mas, pelo novo critério, dois deles (e não os três) deveriam estar dentre os de filosofia (e não mais educação, ciências e letras), direito, medicina e engenharia. Se uma das três faculdades do núcleo gerador fosse de filosofia, a segunda deveria ser escolhida na lista acima, mas a terceira poderia não constar dela ‘uma vez que, por seus objetivos e organização, convenha aos interesses do ensino, a juízo do Conselho Nacional de Educação.’ Com isso, passava a ser possível instalar-se uma universidade a partir de uma faculdade de filosofia (até mesmo com apenas uma seção), uma faculdade de direito e a terceira de economia ou serviço social, por exemplo, sem as custosas faculdades de engenharia ou medicina (CUNHA, 1989, p. 94-95).

Observe-se, ainda, que os cursos seguintes criados pela Ordem Salesiana em Campo Grande foram o de Economia (Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administração – FACECA), em 1970, e o de Serviço Social (Faculdade de Serviço Social – FASSO), em 1972, além de outros cursos na própria FADAFI: História e Geografia, em 1971,

e Psicologia e Filosofia, em 1975, levando a crer que essas escolhas formavam parte de um plano estratégico de criação da primeira universidade católica de Mato Grosso.

Tanto assim que no dia 16 de outubro de 1965, em artigo comemorativo à autorização definitiva para o funcionamento do curso de Direito em Campo Grande, o Pe. Ariento Domenici, exultante de alegria, expressou-se nos seguintes termos:

Sim senhores! Ontem foi aprovado pelo Conselho Federal de Educação, reunido no Rio de Janeiro, a Faculdade de Direito de Campo Grande. Uma grande vitória conseguida pelos padres salesianos em benefício da cidade morena e de todo o Estado de Mato Grosso. [...] Já temos três faculdades funcionando (sic), esta aprovada e que funcionará em breve e a de serviço social, criada, mas ainda por funcionar. Logo mais se Deus quiser, teremos a Universidade Católica de Mato Grosso (DOMENICI, 1965-a).

A criação da Faculdade de Direito de Campo Grande, enquanto história de convergência de interesses e resultado de lutas internas e externas, pode ser interpretada a partir da relação que tem e teve com a cidade de Campo Grande; da composição e histórico do seu corpo discente; da origem e colocação dos seus ex-alunos; do perfil dos seus diretores e do objetivo educativo da Igreja Católica, melhor dizendo, da Missão Salesiana, para os fiéis da cidade.

### 3.2 – O LUGAR DA FADIR NO TEMPO DE CAMPO GRANDE

O olhar da cidade, nesta dissertação, está evidenciado, principalmente, nas discussões travadas entre os vereadores na Câmara Municipal de Campo Grande no período de 1960 a 1970. A ida às atas das sessões legislativas se justifica porque se entende que naquele espaço estavam representadas as forças políticas formais da cidade na época da criação da FADIR, que podem expressar o sentimento de alguns representantes da população em relação à

educação, à Missão Salesiana e, particularmente, ao processo de criação da FADIR. Também informa como o momento nacional refletiu-se na cidade.

É na década de 1950 que Campo Grande adquire os limites e as principais características geográficas que mantém até os dias de hoje: “No mês de dezembro de 1953 emancipam-se Jaraguari, Sidrolândia e Terenos” (CABRAL, 1999, p. 49). Grandes mudanças infra-estruturais vão marcar os próximos anos, incentivando o fluxo migratório do campo para a cidade; de outras regiões do país para o sul de Mato Grosso.

Com o incentivo ao transporte rodoviário, o asfaltamento da BR-163 e a construção da ponte sobre o Rio Paraná, eliminando a travessia por balsa, ganha-se grande mobilidade no transporte de cargas e passageiros, uma vez que não é mais preciso subordinar-se à rigidez dos horários de trem. Reforça-se, ainda, a ligação de Mato Grosso com o norte paranaense e com a região paulista da Sorocabana, ampliando-se as alternativas de comunicação. Mais uma vez, Campo Grande irá beneficiar-se de sua localização, visto que está situada no trajeto da rodovia que liga São Paulo e o sul do País a Cuiabá e região norte. Agora, converte-se em ponto de intersecção entre a linha férrea, no sentido leste-oeste, e a rodovia, no sentido sul-norte, vale dizer, potencializa ainda mais os recursos que dispõe (CABRAL, 1999, p. 50).

Ainda segundo Cabral, é nesse tempo que se forma novo fluxo migratório de sulinos para as áreas de lavoura do cerrado. Cada vez mais os gaúchos, catarinenses e paranaenses chegam em busca de terras agricultáveis, cujo preço, em comparação com as do sul do país, eram bastante convenientes.

O que se passava em Mato Grosso decorria, em grande medida, das políticas adotadas pelo governo central:

O modo pelo qual se desenvolvia o processo de industrialização provocou a intensificação da urbanização, da intervenção do Estado na economia, da monopolização e, por via de consequência, o deslocamento dos canais de ascensão das camadas médias, fenômenos esses que vieram a ter importantes consequências no campo educacional (CUNHA, 1989, p. 41).

Constata-se, inclusive pelos números abaixo, a vocação urbana do município de Campo Grande. Percebe-se que o maior crescimento da população da cidade no período

estudado começou a se dar em 1960, chegando, em 1980, ao seu ápice, quando a população urbana mais que dobrou. Enquanto, isso, a população da área rural se manteve praticamente a mesma nesses 56 anos.

**TABELA Nº 2**  
**EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA – CAMPO GRANDE – 1940/1996**

	1940	1950	1960	1970	1980	1991	1996
Rural	12.116	7.456	9.135	9.123	8.124	7.439	8.062
Urbano	23.054	31.708	64.934	131.110	283.653	518.687	592.007
Total	35.170*	39.164*	74.249	140.233	291.777	526.126	600.069
Taxa de Crescimento	—	11,4%	89,6%	90,1%	108,1%	80,3%	14,1%

FONTE: IBGE, apud CABRAL, 1999, p. 61. \* Computa a população do distrito de Campo Grande, equivalente ao atual município.

As pessoas que migraram para esse centro urbano e que ali viviam, na medida em que optaram por morar na cidade, ao invés do campo, também optaram por uma nova postura diante do mundo. Não é de hoje que se discutem as diferenças entre a “ideologia” da cidade e a “ideologia” do campo:

Entre o mundo rural e a cidade se estabelecem diferenças significativas, pois, de um lado, a cidade traz consigo a escola, na qual o tempo, à semelhança da indústria e do comércio, é cronometrado, bem como o conteúdo cultural selecionado pelo foco de poder que substituiu a Igreja – o Estado. Por outro lado, o mundo rural era demarcado por uma noção de tempo ligada às tarefas a serem realizadas, e a cultura tinha como expressão manifestações tipicamente rurais, nas quais o poder da Igreja, dos santos, entre outros, teve permanência longa. Ainda nesse sentido, a cultura escolar, disseminada em uma cidade em processo de urbanização e modernização, discursiva e física, tem a função de deixar patente a superioridade do progresso e da ação humana sobre a natureza (GATTI JR.; PESSANHA, 2005. p. 84).

Campo Grande, na época do início da FADIR, era uma típica cidade do interior, com uma população em torno de cem mil habitantes:

Possuía quatro cinemas, três estações de rádio, dois jornais diários e um canal de televisão, que iniciava suas atividades. A justiça local dispunha de três Juízes de Direito, drs. Leão Neto do Carmo, Ivon Moreira do Egito e Guy de Mesquita e dois Promotores: Nelson Fontoura e Carlos Bandeira. (...) Militavam cerca de sessenta advogados. O Fórum, mal alojado, encontrava-se no velho edifício da avenida Afonso Pena, onde funcionava o Tribunal do Júri e a Câmara de Vereadores. A 9ª Região Militar ainda mantinha grande efetivo na cidade, com seus quartéis lotados, o que fazia circular mais dinheiro, dava maior segurança à população, diminuindo esse ônus ao Estado, que dispunha de pequeno quadro policial (FADIR, 1990, p. 4).

Na Câmara Municipal, os vereadores dos primeiros anos da década de 1960 demonstravam grande preocupação com a educação, particularmente a secundária. Interessavam-se, principalmente, pelo acesso das pessoas mais carentes. Nesse sentido a câmara elevou o número de bolsas de estudos concedidos pela prefeitura de 30 para 40 a candidatos para os cursos Científico, Comercial Básico, Técnico de Contabilidade e Colegial Básico; requereu o funcionamento “em sua capacidade plena” do Colégio Estadual Campograndense e solicitou à Inspeção Estadual a “instalação de Cursos intensivos de aperfeiçoamento de nossos professores secundários”. Também entre as preocupações dos vereadores encontrava-se a criação de cursos noturnos de alfabetização de adultos ou mesmo de um ginásio municipal, também no período noturno (CÂMARA MUNICIPAL, Atas nº 1051/1219/1227/1365/1392).

Se assuntos relacionados à educação em geral eram corriqueiros, os relacionados à Missão Salesiana também eram usuais nos debates. Em fevereiro de 1961, apresentado o anteprojeto de lei, em regime de urgência, para declarar de utilidade pública da Missão Salesiana de Mato Grosso, foi travada ampla discussão sobre a necessidade do regime de urgência, que foi justificado em vista da implantação, no ano seguinte, da Faculdade de Filosofia na cidade. Em seu aparte, o vereador Vasconcelos ironizou, ao duvidar que nessa escola pudesse entrar algum silvícola (Ata n. 1171). Em junho do mesmo ano, por conta de um artigo no jornal “O

DEMOCRATA”<sup>6</sup>, cuja manchete era “A *gang* do Dom Bosco”, onde, pelo que se pôde inferir da transcrição da discussão, denunciava-se o uso de “maconha” por alguns alunos, deu-se outro acirrado debate e a moção de apoio à comunidade acadêmica daquele colégio foi aprovada por 7 a 2 (Ata 1211). O horário de funcionamento da Faculdade de Filosofia foi outra preocupação, o que levou à solicitação para que a mesma funcionasse no período noturno, em vista de “que maioria dos interessados trabalham no período diurno, aqueles que não podem encaminhar-se para outras cidades do país [...] para atendimento dos estudantes pobres, sem distinção de sexo” (Ata 1302).

Pedidos para a implantação de mais cursos superiores em Campo Grande igualmente foram objeto de deliberação, tanto assim que, em agosto de 1961, encaminhou-se requerimento ao Presidente da República para autorizar a criação de uma faculdade de Medicina na cidade, como a de Cuiabá, onde já funcionava, também, uma faculdade de Direito (Ata 1232). Em novembro, foi objeto de preocupação a Faculdade de Odontologia e Farmácia, pela demora na sua aprovação pela Assembléia Legislativa do Estado (Ata 1270), e em abril do ano seguinte, a implantação de uma Escola Superior de Agronomia e Veterinária (Ata 1312).

Detinham-se, além disso, em assuntos mais prosaicos como: pedido para a prefeitura retirar os arames farpados que protegiam as plantas nas calçadas, uma vez que estavam danificando as roupas dos transeuntes; apoio à campanha contra a poeira, promovida pela Associação dos Dentistas; solicitação de disposições à Delegacia de Polícia contra o abuso de bombinhas; requerimento de medidas contra o abuso de meretrizes na avenida Y Juca Pirama; providências no combate à onda de mosquitos; voto de fé e solidariedade à CDB pela conquista do bicampeonato e requerimento de medidas para extinção de saúvas que infestava a cidade. (CÂMARA MUNICIPAL, Atas do dia 1º/01/1960 a 5/06/1962).

---

<sup>6</sup> O editor do Jornal O DEMOCRATA, era o vereador Antônio Roberto de Vasconcelos.

Por outro lado, a política nacional e internacional acirrava os ânimos nas sessões plenárias. O grupo mais à esquerda, em março de 1960, após a repressão da polícia aos estudantes da Faculdade Nacional de Direito que protestavam contra o aumento do preço da passagem de bonde, chegou a aprovar uma moção de apoio aos estudantes e à UNE (cinco votos a favor e quatro contra), dividindo a Câmara ao meio (Ata 1061). Digna de nota foi a sessão, ocorrida em 27 de novembro de 1961, que outorgou título de cidadão campograndense ao Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola.

A atuação do Ministro das Relações Exteriores, Santhiago Dantas, quando defendeu “intransigentemente a autodeterminação dos povos, abstendo-se de votar sanções contra a República de Cuba”, foi objeto de apoio, tendo sido aprovado o requerimento somente com o voto de desempate do presidente (Ata 1300). Aprovaram também uma ajuda de dez mil cruzeiros aos grevistas da fábrica de biscoito Aymoré, em 1º.11.60.

Na nova legislatura (1963-1967), tendo como prefeito municipal Antônio Mendes Canale e vice Nelson Trad, os vereadores mais à direita, em 30 de novembro de 1963, realizaram uma sessão solene, com a presença do governador de Mato Grosso, em homenagem a Carlos Lacerda, Governador da Guanabara, em visita oficial à cidade.

A União Nacional dos Estudantes – UNE, cuja sede ficava na capital federal, vinha promovendo por essa ocasião os Seminários Nacionais sobre a Reforma universitária. Foram realizados no ano de 1961, em Salvador, em 1962, Curitiba, em 1963, Belo Horizonte. Também se empenhava pela democratização da estrutura administrativa das universidades, chegando a promover a histórica greve nacional pelo 1/3:

Mas, até 1962, a ação dos estudantes pela reforma universitária não se reduziu à realização desses Seminários e Encontros, e aos debates dentro das Universidades e entidades estudantis. De forma mais concreta, ela tem início com a exigência de participação de um terço (1/3) dos estudantes, com direito a voto, nos órgãos colegiados da administração universitária. Essa participação deveria ser regulamentada pelos estatutos das Escolas Superiores Isoladas e Universidades, uma vez que já estava assegurada pela Lei nº 4.024/61, em seu art. 78. [...] Não tendo sido aceita essa proposição pelas autoridades universitárias, foi realizada a famosa

“greve de 1/3”, de amplitude até então inédita no meio universitário brasileiro (FÁVERO, 1977, p. 49).

A luta dos estudantes se estendia também à democratização no acesso às universidades pela massa de trabalhadores brasileiros:

A grande problemática da vanguarda era exatamente a crítica à universidade, ao problema da cátedra vitalícia, elemento de cristalização do que havia de mais retrógrado na universidade. Era a crítica ao formalismo dos cursos, ao conteúdo dos currículos, totalmente distanciados dos problemas da grande maioria do povo. Como uma medicina elitizada, uma arquitetura que não dava resposta aos grandes problemas nacionais. E a grande aspiração, a grande reivindicação, era fazer com que ela desse resposta a esses problemas, era democratizá-la, era abri-la para o povo (ARANTES, 1980, p. 16).

Os ventos do projeto da direita brasileira já sopravam em Campo Grande. Na sessão da câmara municipal de 10 de março de 1964, a vinte e um dias da quartelada, ocorreu uma acalorada discussão acerca de um requerimento contrário a legalização do Partido Comunista no Brasil, nas palavras do requerente, vereador Cícero Faria: “Tôdas as Câmaras, tôdas as famílias vêm se manifestando contra a legalização do Partido Comunista. É um dever de cada brasileiro que se pronuncie contra a legalidade do Partido Comunista” (Ata 1463).

Na véspera do golpe militar, 31 de março, houve sessão na câmara. Como num presságio funesto, informou-se o recebimento de telegrama do deputado Rainieri Mazzili, respondendo questionamentos sobre a legalização do Partido Comunista. Da pauta, constavam outros assuntos: a instalação de aparelhos de refrigeração nos boxes do Mercado Municipal; aposentadoria de dois servidores municipais e a declaração de utilidade pública da Associação Cultural Brasil-Paraguai; além de um curioso pedido para interditar, nos domingos, das 19 às 22 horas, a rua 14 de Julho, entre a rua Dom Aquino e a avenida Afonso Pena (Ata 1469). No dia seguinte, no país, muito mais do que uma simples rua havia sido interdita.

Em 1º abril de 1964 um único requerimento foi lido e aprovado:

“[...] seja enviada uma mensagem telegráfica de aplausos e de apôio às classes Armadas, através de seus Generais Amaury Krueel e Olimpio Mourão Filho e aos Governadores Adhemar de Barros, Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, Ildo Meneghetti, Mauro Borges, Ney Braga e Fernando Corrêa da Costa pela atitude tomada por S. Excias. em favor da preservação da ordem, da disciplina, da hierarquia e do nosso regime democrático.[...] aa) Cícero de Castro Faria – PSP, Plínio B. Martins, João de Paula Ribeiro, Nelson Nacao, Wilson Maksoud e Munier Bacha (Ata 1470).

O Legislativo municipal, antes de terminar o mês de abril, sintonizado com os novos rumos da política nacional, apoiou a indicação do Ministro da Guerra Castelo Branco para assumir a Presidência da República no período 64/66; cassou o título de cidadão campo-grandense concedido a Leonel Brizola e exigiu do governo central o rompimento das relações diplomáticas com Cuba (Atas 1471/1472/1473/1475).

O relatório de atividades do prefeito apresentado à câmara resumia a situação da educação e reclamava do descaso do governo estadual com a situação local, nos seguintes termos:

No que se relaciona à Educação, estamos, de há muito, em entendimento com a Secretaria de Educação e Cultura do Estado, a fim de conseguirmos os recursos destinados à construção de uma Escola Integrada em nossa cidade. Temos necessidade de ampliar as salas de aula em nosso município, face ao crescentes [sic] aumento de número de matrículas. A construção de um Grupo Escolar localizado nas imediações das Vilas Taveirópolis, Belo Horizonte, Caiçara e outras se faz necessária, e a municipalidade já determinou o local para a construção de um novo estabelecimento de ensino, esperando receber a importância de 4 milhões, 248 mil cruzeiros, destinados a escola de que falamos para suplementá-la ao proceder a execução de obra de que nos referimos. [...] Os entendimentos que meus antecessores puderam levar a efeito junto ao INEP, para a construção de unidades escolares, o novo plano do Ministério de Educação nos impediu de fazê-lo, já que entregaram diretamente ao Estado os recursos para esse fim; contra cujo erro já tivemos oportunidade de verberar, citando como exemplo o caso da distribuição do fundo rodoviário nacional, cujos benefícios se tem feito sentir, desde que os municípios passaram a receber diretamente os recursos que lhe são destinados. Além do grupo a que nos referimos, esperamos poder construir neste ano, duas escolas rurais [...] O nosso Ginário Municipal – Prof. Arlindo Lima – já em perfeito funcionamento, abrigando 160 alunos [...] deixou de ser incluído no orçamento [...] e que nos levará também a vir pleitear desta Casa, na época devida, a abertura de crédito [...] (Anexo, Ata 1475).

Ao finalizar o mês de abril, o Ministério da Guerra, o II Exército e a 9ª Região Militar, comunicaram, em ofício, ao Legislativo municipal uma “DELEGAÇÃO DE ATRIBUIÇÕES”:

De acôrdo com a letra a) do Art. 1º do Ato do Comando Supremo da Revolução, de 14 de abril de 1964, publicado no N.E. de 17 do mesmo mês, e com autorização do Exmo. Sr. Gen. Cmt. da 9ª RM, delego ao Maj JULIO DE OLIVEIRA, as atribuições de proceder a diligências junto à Câmara Municipal de Vereadores de Campo Grande, devendo, para isto, consultar os respectivos anais e outros documentos que se fizerem necessários, no sentido de apurar possíveis atividades subversivas de membros daquela Câmara. Campo Grande, Mt 23 de abril de 1964.  
a) Adolpho João de Paula Couto – Coronel Encarregado do IPM (Ata 1478).

Digna de nota é a mensagem recebida pelos vereadores no dia 23 de junho de 1964, do General Geisel, então chefe de Gabinete Militar e Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional, informando aos vereadores a suspensão dos direitos políticos, por dez anos, do vice-prefeito Nelson Trad (Ata 1498), ex-dirigente da UNE. Em sua substituição foi indicado pela Câmara o vereador Munier Bacha, que prestou compromisso em 23 de dezembro do mesmo ano (Ata 1558).

O Capitão Farmacêutico Hercules Maymone, investido no cargo de Diretor da Faculdade de Odontologia e Farmácia, foi destinatário de congratulações por parte do Legislativo municipal (Ata 1504).

O Jornal do Comércio de 17 de julho de 1964, ao publicar os nomes de “vereadores indiciados nos IPM e incursos na lei de Segurança Nacional”, iniciou, provavelmente, a crise mais séria que câmara municipal de Campo Grande atravessou em toda sua existência. Os vereadores da Bancada PSD-PTB, Abel Freire de Aragão, Roger Assef Buainaim e William Maksoud, investigados e condenados nos inquéritos policiais militares – IPMs, foram submetidos, também, a um processo de inquérito interno. Depois de muita discussão, aprovada uma comissão especial de investigação, transformada em comissão de inquérito, após dois meses de trabalho (9.10.64), com direito ao desaparecimento e reconstituição do

processo, insultos e suspensões de sessões, chegou-se a uma conclusão: os parlamentares infringiram a Lei de Segurança do Estado, por promoverem atividades subversivas, e portanto, deveriam ser cassados.

A sessão aprovou a cassação por sete votos contar um (Atas 1506-1513/1529-1530). O voto contrário foi do vereador Plínio Barbosa Martins, alegando, entre outras coisas, que era

[...] profundamente triste verificarmos com quanta urgência se deseja votar o presente Projeto de Resolução [de cassação dos mandatos]. Incidirá a Casa num profundo erro se por ventura embrenhar-se na floresta densa de julgar seus colegas em matéria que não lhes compete. [...] Falar, argumentar para ouvidos surdos é o mesmo que embelezar para olhos cegos. Na Casa há um surdo e a minha argumentação de nada valerá. [...] Não podemos cassar os mandatos, porque eles não perderam os poderes políticos [...] Apelo aos meus colegas que fiquem bem com a sua consciência. Nós não temos o poder de julgar ninguém. [...] Se nós hoje vamos inventar uma falta política para poder cassar os mandatos aí então não seremos vereadores, seremos revolucionários, e eu não serei. Perdoem-me mas eu não votarei pela cassação. [...] Por isso a surdez de uns me embrutece, mas existe a esperança de que nem todos sejam surdos e queiram respeitar a lei que existe, portanto, façam aquilo que suas consciências determinam (Ata 1530).

Plínio Barbosa Martins, vereador, que na primeira hora apoiou o golpe militar, mas aos poucos foi-se distanciando dos ideais “revolucionários”<sup>7</sup>, esteve sempre próximo do projeto de criação da Faculdade de Direito. Eleito prefeito de Campo Grande dois anos após a criação da FADIR, 1967, seu nome tinha sido incluído como professor de Direito Penal, no Projeto para Autorização, mas no entanto foi rejeitado pelo CFE, por “insuficiência de títulos”. O seu nome novamente aparece vinculado à primeira turma, no convite de formatura, compondo a lista das autoridades, como Inspetor Federal.

Em 25 de junho de 1965, remando contra a maré, o juiz Leão Neto do Carmo (indicado como professor de Introdução à Ciência do Direito, no Projeto de Autorização da FADIR) concede liminar em mandado de segurança, reconduzindo os vereadores cassados. A câmara, após uma discussão se a decisão devia ou não ser cumprida, reintegrou os parlamentares já na sessão seguinte (Atas 1599/1600). Triste retorno, pois a volta durou menos que cinco meses, até a edição do Ato Institucional nº 2, de 17.10.65, aquele que

extinguiu os partidos políticos existentes e excluiu de apreciação judicial as resoluções de câmaras de vereadores que cassassem mandato eletivo a partir de 31 de março de 1964, confirmando-se a cassação (Ata 1613). Mais tarde, o próprio Tribunal de Justiça do Estado também confirmou a cassação, suspendendo os efeitos da liminar que protegia os vereadores (Ata 1637).

Oficialmente, a Missão Salesiana comunicou à câmara a criação e o início do funcionamento da Faculdade de Direito no começo de dezembro daquele ano (Ata 1623). No fim desse mesmo mês, a prefeitura, por sua vez, encaminhou projeto para a criação da Faculdade Municipal de Ciências Econômicas de Campo Grande, que não saiu do papel (Ata 1692). Importante dizer, no entanto, que o crescimento das vagas em instituições educativas privadas, em âmbito nacional, articulava-se com o endurecimento cada vez maior do regime

O período que tem início em 1965, já sob a vigência do regime autoritário no País, caracteriza-se pelo dismantelamento do movimento estudantil. Decreto-Lei nº 228, de 18 de fevereiro de 1967, do então presidente Castelo Branco, vedava “aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, racial e religioso, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares.” As universidades públicas eram vistas, pelo regime militar, como focos de subversão e foram mantidas sob constante vigilância. A luta do movimento estudantil contra o governo militar acirrou-se em 1968, na esteira das grandes manifestações estudantis da época, e teve desfecho com a repressão militar ao movimento [...]. É nesse contexto público de expurgo dos principais representantes do ensino superior público que se verifica a maior taxa de crescimento das matrículas privadas. Com efeito, uma das acusações básicas dirigidas ao regime militar foi exatamente a de que ele teria sido o promotor, na década de 1970, da expansão do setor privado em detrimento do público (SAMPAIO, 2000, p. 44).

A tradição que foi criada no Legislativo municipal – as sessões solenes em homenagem ao aniversário da “Revolução Democrática Brasileira” – iniciou-se em 1965 (Atas 1581/1640/1719/1778).

Novos tempos se avizinhavam da Cidade Morena: na sessão da Câmara Municipal do dia 31 de maio de 1966, enquanto eram enviados à Marluce da Rocha Manvailler, *Miss Mato*

---

<sup>7</sup> “Saímos de uma revolução que no início por ela me bati, mas que logo após discordei da mesma.” (Ata 1564)

Grosso, votos de sucesso no concurso que escolheria a *Miss Brasil*, solicitava-se, por outro lado, a extinção de pontos de charretes e a proibição do trânsito de veículos de tração animal pela 14 de Julho, expulsando a vila, que um dia fora, para a periferia da grande cidade, que desejava ser.

Parte do processo de transformação da vila em cidade grande, foi a criação dos cursos superiores. Dois grupos se destacariam: por um lado a comunidade leiga tenta levar a cabo a criação da primeira faculdade de Odontologia e Farmácia; por sua vez, grupos religiosos disputam a primazia na construção de cursos superiores confessionais. É um pouco do processo de criação de uma das faculdades, que a seguir discutimos.

### 3.3 – A HISTÓRIA DA CRIAÇÃO

O ano de 1965 tinha sido bastante agitado pelos lados do sul de Mato Grosso, também por conta da eleição para governador do Estado. Disputaram o governo, pela UDN, Lúdio Coelho e, pelo PSP, Pedro Pedrossian, que acabou ganhando o pleito. Ambos defendiam em suas plataformas a criação de uma universidade para Campo Grande.

Naquele ano, material “subversivo” encontrado na Biblioteca Municipal foi devidamente incinerado (QUEIMADO ..., 1965, p. 1); em Cuiabá, o Presidente da República Castelo Branco recebeu o título de cidadão mato-grossense (CASTELO ..., 1965, p. 1). Também, finalmente, a TV Morena recebia autorização para funcionar, colocando a cidade em contato com o mundo televisivo.

A Faculdade de Farmácia e Odontologia era a “coqueluche” do momento: noticiava-se desde o curso de habilitação para o vestibular e o desfile dos acadêmicos, com seus “vistosos uniformes”, até a passeata dos calouros em via pública.

No ano de implantação do curso de Direito, a ligação rodoviária entre Campo Grande e São Paulo ainda não era pavimentada, e era recente a instalação de telefones automáticos e do serviço interurbano na cidade. Em publicação comemorativa dos 25 anos da FADIR, em texto onde se evidencia a propaganda institucional, pode-se ler:

A congregação salesiana mantinha os melhores estabelecimentos de ensino, como os colégios Dom Bosco, Nossa Senhora Auxiliadora e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Aquino, com investimentos em prédios, mobiliário, material escolar e virtuoso corpo docente. Notava-se, entretanto, que faltavam novos meios para prosseguimento dos estudos, causa do estiolamento de muitas vocações aproveitáveis (FADIR, 1990, p. 4).

A Missão Salesiana, alicerçada, principalmente, nas idéias de dois de seus dirigentes, os padres Félix Zavattaro<sup>8</sup> e Ângelo Jayme Venturelli, havia fundado a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Razões financeiras, ou provavelmente razões de planejamento estratégico, levaram à abertura de novo curso superior:

Esta [a Faculdade de Filosofia], porém, necessitava de um suporte econômico que lhe permitisse atravessar com mais segurança os primeiros anos de vida. O caminho sugerido por Félix Zavattaro foi a multiplicação da semente, ou seja: criar-se novo curso. As discussões dividiam-se entre Direito e Economia. Cleómenes Nunes da Cunha, secretário geral da Faculdade Dom Aquino e bacharel em Direito, deu seu “voto de Minerva” ao preconizar os benefícios que um curso na área jurídica traria a Campo Grande (FADIR, 1990, p. 6).

Informam que a direção da FADAFI teve de fornecer bolsas de estudos para os estudantes da primeira turma para viabilizá-la, tão difícil era formar turmas para os cursos daquela faculdade (FADIR, 1990, p. 6). Na ata da reunião da Congregação da FADAFI realizada no dia 26 de fevereiro de 1964, foi sugerido “aos senhores professores que, no corrente ano acadêmico fôsse desenvolvida uma grande campanha junto à população da cidade e do Estado, visando divulgar, mais ainda a Faculdade de Filosofia, com a finalidade

---

<sup>8</sup> Pe. Félix Zavattaro, um dos idealizadores do Museu Dom Bosco, foi diretor do Colégio Dom Bosco, fundador da FADAFI e seu primeiro diretor, em 1965 era diretor da Rádio Educação Rural e do Jornal do Comércio em Campo Grande, estes últimos pertencentes à Arquidiocese da cidade.

de atrair um maior número de alunos para o próximo ano” (CONGREGAÇÃO ..., 1964, p. 9, verso).

A escolha pelo curso de Direito não foi tão tranquila. Padre Félix Zavattaro, então diretor do Jornal do Comércio, desenvolveu naquele diário uma campanha em favor do curso de Direito para envolver os campo-grandenses na luta, em detrimento do curso de Economia, defendido pelo Chanceler da Missão Salesiana em Lins. (FADIR, 1990, p. 6) É quase certo, contudo, que a razão da escolha recaiu sobre o curso de Direito por razões estratégicas. Para a criação de uma universidade, eram necessárias três faculdades: uma de Filosofia, outra escolhida entre Medicina, Engenharia ou Direito e mais uma de escolha livre. A congregação, que já contava com uma faculdade de Filosofia, como segunda faculdade optou pela de Direito, muito menos onerosa na implantação, comparada com os cursos de Medicina ou Engenharia (CUNHA, 1989, p. 94-95).

Aponta-se, ainda, uma outra causa para a escolha do curso de Direito pelos salesianos: o interesse dos batistas na criação desse curso superior. Esses religiosos, liderados pelo Pastor Ney Ângelo Pereira, diretor da Escola Batista de Campo Grande, desejavam instituir um curso de Direito em sua congregação, tanto que já estavam em plena campanha para sua criação. A escolha pelo curso de Direito pelos padres católicos adquiriu, portanto, um caráter de “guerra santa”, com vitória para os salesianos.

Nesse sentido, Rosa (2002, p. 70), uma das fundadoras da FADAFI, ao biografar o Pe. Félix Zavattaro afirma:

Em 1965, ao saber que os Batistas queriam abrir uma faculdade de Direito em Campo Grande, com autorização do Padre Inspetor Leonardo Jacuzzi, [Pe. Félix] publicou no Jornal do Comércio a manchete: “*Salesianos abrem Faculdade de Direito em Campo Grande*”. A força da mensagem em primeira página causou a desistência dos Batistas e foi responsável pela criação da Faculdade de Direito, que funciona hoje na Universidade Católica Dom Bosco (ROSA, 2002, 70).

A manchete do dia 15 de outubro de 1965, de fato, foi muito mais enfática: *Missão Salesiana vence batalha: aprovada a Faculdade de Direito.*

No final do ano de 1968, volta à baila o interesse dos batistas em administrar uma faculdade. Por conta de um requerimento dos vereadores Rodolfo Pinho e Francisco Pedra, fica-se sabendo que a Faculdade Municipal de Ciências Econômicas, “criada” também em 1965, ainda não havia sido instalada, e sua criação era objeto de questionamento do tipo: “2ª) É verdade que a Lei que criou a referida Faculdade, determina praticamente a doação da referida Faculdade ao Prof. Ney, da Fundação Batista?” (Ata 1803). Como se sabe, essa faculdade nunca foi implantada na cidade.

#### ILUSTRAÇÃO Nº 6



PRÉDIO DO COLÉGIO DOM BOSCO ONDE INICIALMENTE SE INSTALOU A FACULDADE DE DIREITO (FONTE: Folheto “Campo Grande – Mato Grosso” – IBGE, 1969.

O processo para a autorização do curso tinha sido demorado e penoso, como relata seu primeiro diretor, o Pe. Ferreira:

[...] Os meses iniciais do processo correspondentes ao ano passado fôram realmente demorados. Meses sem nenhum progresso no processo. Depois, a 1ª discussão veio a 9 de julho de 1965. Entretanto a discussão não resolveu definitivamente a questão. Baixou em diligências, faltaram-nos seis professôres.

Continuamos voltando mensalmente ao Rio e, a 17 de setembro deste ano, apresentamos nova documentação e, novamente baixou outra diligência, sobre quatro professores e sobre o Regimento que ainda não tinha sido adaptado à “Lei Suplicy”, corremos a Campo Grande, elaboramos nova documentação, voltamos ao Rio e veio então a 3ª discussão.

Aprovou-se em 15 de outubro de 1965. É nossa data áurea, nosso marco, áureo, que representou a aprovação da nossa Faculdade. Aprovação! Tudo aprovado: a Mantenedora: Missão Salesiana, com a sua capacidade financeira e sua capacidade educacional. Foram aprovadas as instalações e os equipamentos, que os senhores bem conhecem, em nossa Faculdade de Filosofia Dom Aquino. E, depois, a nossa biblioteca geral da Missão, sediada em nossa Faculdade, e que possui 14.000 volumes, embora de Direito possua apenas 1.180, porque estamos no início da nossa obra. Foram aprovados todos os professores apresentados nesta Segunda diligência e, assim, surgiu a aprovação final. Agora este processo terá, ainda, um breve roteiro, sem maior importância; será referendada a aprovação pelo Diretor do Ensino Superior. O Ministro da Educação homologará esta aprovação e o presidente da República assinará. Depois disso sairá publicado no Diário Oficial e a nossa Faculdade estará, então, juridicamente instalada, embora possamos adiantar que a discussão e a aprovação, no Conselho Federal de Educação é um ponto alto, importante, insubstituível. Portanto a Faculdade já existe (DOMENICI, 1965-b).

A criação da FADIR, por consequência, foi muito comemorada, tanto que em matéria jornalística, se pode ver, além do júbilo do articulista, a exultação de toda a comunidade salesiana pela conquista da aprovação do curso:

Não foi fácil conseguir essa aprovação, mas hoje, podemos anunciar para todos aqueles que conosco estavam ansiosos para esta realização, que graças a Deus, mais esta Faculdade terá Campo Grande e o seu funcionamento legal terá início no próximo ano acadêmico de 1966.

Campo Grande, tenho certeza, integra-se por este passo gigante, feito no caminho glorioso de sua transformação, em mais um centro mato-grossense: o centro cultural do Estado [...].

Os benefícios incalculáveis que em todos os sentidos, promanam desses centros de estudo ao povo e à terra da cidade morena, somente os nossos sucessores estarão em condições de avaliá-los, mas desde já, todos nós que estamos metidos no trabalho educacional e na formação cultural, moral e cívica das gerações, sentimos o alcance extraordinário desta promoção que foi objeto a cidade morena.

Salve, Faculdade de Direito de Campo Grande! Salve e obrigado aos heróis dessa façanha! A eterna gratidão do povo de Campo Grande, e a gente de Mato Grosso, ao revdo. Pe. Leonardo Jacussi, inspetor da Missão Salesiana de Mato Grosso, que com sua autoridade e com seu descortínio acerca das necessidades culturais de nosso Estado, deu grande incentivo aos entes por ele encorajados e autorizados, e que trabalharam para este fim (DOMENICI, 1965-a).

Domicini (1965) agradece às pessoas que trabalharam diretamente na aprovação do curso como Pe. Félix Zavattaro, Pe. Jayme Venturelli e Cleómenes Nunes da Cunha que “preparou o Regimento Interno, que mereceu os elogios dos sisudos conselheiros do Conselho Fiscal [sic] de Educação”, além de agradecer ao Pe. Pedro Alves Ferreira, que

[...] colocado pela obediência religiosa na chefia da incipiente Faculdade de Direito de Campo Grande, trabalhou este ano inteiro qual formiguinha persistente e teimosa. Nunca desanimou, perante as dificuldades, nunca deixou de fazer hoje, o que era até possível deixar para o amanhã, para que o processo não parasse, para que as dificuldades não se avolumassem, para que a Faculdade de Direito fôsse, como afinal é, uma realidade. Sete vezes, por sete mês (sic) consecutivos, foi êle ao Rio de Janeiro, enfrentando os “cobras”, esclarecendo dúvidas, engolindo amargo de seis decepções para anunciar, na sétima oportunidade, o canto da vitória final. Obrigado, pe. Pedro Ferreira, dd. Diretor da Faculdade de Direito de Campo Grande! Salve, herói desta jornada gloriosa! Que o seu trabalho para o futuro de nossa Faculdade, seja glorioso como foi votorioso (sic) o seu trabalho, para a sua aprovação. Viva a Faculdade de Direito de Campo Grande! (DOMENICI, 1965-a).

O atordoamento e a alegria pela conquista transparecem, ainda, nas próprias palavras de seu primeiro diretor quando da concessão de entrevista à Radio Educação Rural, transcrita por Domenici (1965-b) no Jornal do Comércio:

Sôbre o cursinho: nós anunciaremos, pela imprensa falada e escrita, portanto por tôdas as nossas rádios e jornais da cidade, a data exata do início do cursinho. Faremos o cursinho, teremos o cursinho, é claro, mas eu acabo de chegar do Rio e estou ainda zozado da viagem e é claro que não posso dizer aqui, com datas fixas, o início do cursinho. Mas êle virá (DOMENICI, 1965-b).

Assim também se evidenciava, naquela ocasião, nas palavras do diretor, a tentativa de vincular a vitória da Congregação a uma vitória da cidade:

Sirvo-me do momento para apresentar, à laboriosa população de Campo Grande, aos seus exímios magistrados e juristas, os parabéns da Congregação Salesiana que, por meio dêles, servindo-nos da cooperação de todos, conseguimos para Campo Grande, este imenso marco áureo no campo educacional; uma Faculdade a mais, um centro a mais de estudos superiores que colaborará para o maior aprimoramento de tôdas as inteligências do nosso grande Estado Central, do nosso querido Mato Grosso. Despeço-me apresentando a todos êstes votos, êstes desejos ardentes, de que a nossa Faculdade de Direito de Campo Grande, funcione, dentro das diretrizes emanadas pelo Ministério da Educação e possa trazer, a todos os habitantes de Mato Grosso, um maior nível de instrução e, ao mesmo tempo um muito maior progresso material, para o nosso Estado (DOMENICI, 1965-b).

Os professores da FADAFI também se uniram ao sentimento de júbilo que grassava na comunidade salesiana, e registraram em ata do dia 24 de novembro de 1965 votos de

congratulações à recém-criada Faculdade de Direito de Campo Grande, o que foi aprovado por unanimidade (CONGREGAÇÃO ....., 1962, p. 11, verso).

Por sua vez, quando o Pe. Ferreira (in DOMENICI, 1965-b) esclareceu que o cursinho preparatório para o vestibular e o próprio curso seriam ministrados no período noturno, deixou claro a que fração de classe social se destinava. Essa questão – o horário de funcionamento do curso – já havia gerado uma controvérsia no Conselho Federal de Educação, quando da aprovação de funcionamento da faculdade. Tal empecilho, logo foi superado, com a promessa de se iniciar o curso no período noturno para, “em breve”, transferi-lo para o turno diurno, o que, de fato, só veio a ocorrer em 1993, com a criação do turno matutino para o curso já na Universidade Católica Dom Bosco:

Brevemente exporemos ao público e êste cursinho, então, será a preparação próxima de todos os nossos distintos, futuros, estudantes de Direito. Exporemos também, os programas do cursinho e da Faculdade e, podemos adiantar, que a Faculdade de Direito bem como o cursinho preparatório funcionarão à noite. O parecer do relator do Conselho Superior (sic) fez uma ressalvazinha quanto a Faculdade funcionar à noite. Mas, nós apresentamos as nossas razões, dizendo que muitíssimos dos nossos estudantes trabalham em Campo Grande, tem já um determinado ritmo de vida que os obriga a fazer êsse curso universitário à noite e, adiantamos, ainda, que futuramente, por ordem do Conselho Superior, a Faculdade deixará de funcionar à noite e passará a funcionar de dia. Entretanto agora, tanto o cursinho, como o início e os primeiros anos da Faculdade serão todos à noite (DOMENICI, 1965-b).

Curiosamente, outro jornal da cidade, Correio do Estado, não noticiou a criação da FADIR com o mesmo entusiasmo demonstrado pelo concorrente. Apenas registrou no dia 1º de dezembro, em página interna, o recebimento de ofício, de 1º de novembro, da Missão Salesiana informando sobre a criação do curso de Direito.

### ILUSTRAÇÃO Nº 7



PRIMEIRA TURMA DE DIREITO NA ESCADARIA DO PRÉDIO NA RUA 14 DE JULHO – 7/12/1966 (FONTE: Arquivo pessoal Ferdinando Urizar)

O início do funcionamento do curso, em 1º de março de 1966, também não mereceu destaque no jornal *Correio do Estado*. Foi, no entanto, a aula inaugural proferida pelo governador recentemente eleito, Pedro Pedrossian, na Faculdade de Farmácia e Odontologia que foi manchete naquele dia (AULA ..., 1966, p. 1).

A missão daquela nova academia seria, segundo anotações do depoimento de Cleómenes Nunes da Cunha (2004), a formação dos líderes católicos para a sociedade mato-grossense, particularmente, para a cidade de Campo Grande. Muito de acordo com a orientação básica dos salesianos mundo afora, qual seja, a formação de “bons cristãos, honestos cidadãos, glória dos lugares onde moram, decoro da família a que pertencem, [e que ganham] honestamente o pão da vida com o suor e com o trabalho” (DOM BOSCO apud NEGRÃO, 1999, p. 200). Contraditoriamente, muitos dos ex-alunos da FADIR que se tornaram líderes, pondera Cunha, tornaram-se críticos da Missão Salesiana, especialmente, de suas instituições escolares.

Esse foi o resultado de um processo demorado, iniciado anos antes e que importa agora descrever e analisar.

A primeira providência para a criação do curso de Direito foi a preparação dos documentos a serem encaminhados ao MEC. Segundo as fontes consultadas (Cunha, 2004) houve dois pedidos de autorização: um para garantir o prazo, protocolizado em 24 de junho de 1964, e outro, a versão final mais completa, protocolizado em 30 de junho do mesmo ano.

Os documentos arquivados na Biblioteca da Universidade Dom Bosco são, provavelmente, a cópia da 2ª versão entregue ao MEC, visto que traz impresso carimbo de protocolo datado de 30 de junho de 1964. É oportuno esclarecer que estes são os documentos que dão a base às análises a seguir realizadas. Utilizam-se, ainda, os pareceres do CFE de nº 774/65, com seus dois adendos datados dos meses de setembro e outubro de 1965, respectivamente (todos em anexo).

Apresentado em dois volumes, o pedido de autorização possuía no primeiro: requerimento para funcionamento; descrição sucinta da entidade mantenedora; relação dos membros da diretoria da Missão Salesiana e da diretoria da futura Faculdade de Direito; fotocópias dos estatutos e atas da criação da Missão e da nomeação dos seus diretores; balancete do último exercício financeiro; laudo dos imóveis; descrição dos edifícios onde seria implantada a faculdade, justificativa demonstrando a necessidade do curso para o meio cultural da cidade e região; certidões de propriedade, e plantas, dos imóveis; lista dos livros da biblioteca; proposta de regimento interno da faculdade e fotografias dos prédios.

Num segundo volume foram encaminhados a organização didática, identificando as cadeiras do currículo escolar e seu titular, e breve *curriculum vitae* dos professores, que além dos diplomas e certificados, eram acompanhados de atestados de idoneidade moral. Emblemático o fato de que em todos aqueles atestados um dos avalistas tenha sido o prefeito da época, Antônio Mendes Canale, demonstrando com isso o bom relacionamento que a

Missão Salesiana mantinha com o Poder Executivo local e evidenciando o interesse dos dirigentes da cidade pela instalação do curso jurídico na “capital econômica” de Mato Grosso. Os outros signatários dos referidos documentos foram dois dos três juizes da comarca, que compunham o corpo discente da futura faculdade, Leão Neto do Carmo e Yvon Moreira do Egito. Deve-se levar em conta a afirmação de Cunha (2004) de que a cidade e suas autoridades não estavam envolvidas naquele processo de criação da Faculdade de Direito, reforçando com essa afirmação o caráter isolado daquela decisão estratégica tomada pelos salesianos.

Por outra parte, e de acordo com o deputado federal Edison de Brito Garcia, em notícia do Correio do Estado (25/10/65), informava-se a liberação de “70 milhões para os cursos universitários” da cidade, previstos no orçamento de 1966. A partilha do montante se daria da seguinte forma: 30 milhões para a Faculdade de Farmácia e Odontologia; 20 milhões para a FADAFI e os outros 20 milhões para a FADIR. Nota-se por essa notícia a articulação dos salesianos, que dez dias após a criação e antes de ser implantada, já conseguiram viabilizar dotação orçamentária destinada à futura escola de Direito (CAMPO GRANDE ..., 1965, p. 1).

A formação da juventude do sul de Mato Grosso, até aquele momento, era difícil e se dava, preferencialmente, em São Paulo, Rio de Janeiro ou Curitiba, segundo afirmação de ex-alunos da FADIR:

[...] os jovens sul mato-grossenses tinham como opção concluir os cursos científico e contabilidade, ou migrar para os grandes centros em busca de formação superior: São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba, onde a AME, Associação Mato-grossense de Estudantes chegou a contar com mais de 400 associados (FADIR, 1990, p. 13).

Garcia (1986, p 37) em suas memórias faz referências às dificuldades enfrentada nos primeiros tempos de sua formação em São Paulo, quando estudava na Faculdade de Direito do Largo São Francisco:

Com o mais elevado propósito de manter viva a presença da terra matogrossense, em solo paulista, organizamos, os estudantes matogrossenses, residentes em São Paulo, a União Matogrossense de Estudantes em São Paulo – UMESP, que tinha por finalidade propugnar por um maior intercâmbio entre os estudantes de São Paulo e Mato Grosso, difundir conhecimentos sobre as possibilidades naturais e econômicas do Estado, e, ainda, proporcionar aos estudantes pobres de Mato Grosso a oportunidade de, em São Paulo, prosseguir em seus estudos, com a criação do Departamento do Estudante necessitado, e a instituição da Casa do Estudante.[...] A sociedade procurava manter-se bem informada das coisas que se passavam no Estado. Havia uma incessante busca de informações que eram transmitidas aos colegas, na tentativa de fazê-los sempre lembrar que, estudantes, hoje, tinham um compromisso com a terra, futuramente (GARCIA, 1986, p. 37) .

A primeira turma do curso de Direito da FADIR, autorizada a funcionar com 150 vagas, começou com 99 alunos, dos quais 60 se formaram (FADIR, 1990, páginas centrais): “Quatrocentos e cinquenta candidatos, de Campo Grande e do interior haviam disputado as cento e cinquenta vagas oferecidas. O vestibular, criteriosamente elaborado, fora rigoroso. Sendo assim, a direção optou pelo nível de qualidade, não apenas pelo número” (FADIR, 1990, p. 7).

Vários são os posicionamentos que indicam ter sido a instalação da Faculdade de Direito importante fator na construção do futuro Estado de Mato Grosso do Sul, a própria Missão Salesiana afirmou que :

A Faculdade de Direito exerceu papel fundamental na construção da área jurídica, contribuindo com filhos ilustres para ocupar cargos de responsabilidade e importância. Muitas outras searas puderam e ainda podem contar com bacharéis em Direito; mesmo que não estejam na militância direta do setor jurídico, eles contribuem para o aprimoramento técnico dos profissionais que participam do desenvolvimento da capital e de todo o jovem Mato Grosso do Sul (FADIR, 1990, p. 12).

João Pereira da Silva (1990), ex-secretário de Estado de Justiça e ex-professor da FADIR, é da mesma opinião: “A FUCMT, portanto, melhorou o padrão jurídico da cidade, bem como preparou profissionais para a execução das tarefas administrativas do nosso

Estado” (SILVA, in FADIR, 1990, p. 13). Opinião compartilhada por Eduardo Machado Metello (1990), agropecuarista e ex-docente daquela instituição:

Na história de nosso Estado encontramos marcos de ouro, reconhecidos pelo seu povo, na corrida para o desenvolvimento: O do pioneirismo, a Estrada de Ferro NOB; Os da integração, a 9ª Região Militar e a Base Aérea; O da industrialização, Urubupungá; O da modernidade, o asfalto para São Paulo; O da independência política, a Divisão do Estado; O da agricultura, a soja; Os da pecuária, o braquiária e o Nelore; E o marco da cultura, que solidificou todos os outros, com a fundação das escolas superiores, especialmente a Faculdade de Direito (FADIR, 1990, p. 13).

Reflexão idêntica à de um dos seus ex-alunos, René Siufi (1990), ex-presidente a OAB-MS:

A cidade e o Estado foram altamente beneficiados com a seqüência de profissionais que a Faculdade de Direito colocou no mercado local. Mesmo que nem todos tenham abraçado a carreira jurídica, o curso contribuiu para o aprimoramento intelectual de inúmeras pessoas, em seus diversos campos de trabalho (FADIR, 1990, p. 8).

O caráter ideológico foi lembrado por um dos ex-funcionários da Faculdade de Filosofia, Cleómenes Nunes da Cunha (1990), quando afirmou que a finalidade da criação do curso de Direito em Campo Grande foi, e continua sendo, “a formação de líderes que sejam realmente cristãos e, como tal, exerçam papel preponderante junto à nossa sociedade” (FADIR, 1990, p.18).

Houve uma dúvida quanto à denominação da Faculdade. Na cópia de documento enviado ao Ministério de Educação, incluído do pedido de autorização referido, constava a denominação “Faculdade matogrossense de Direito”; no entanto, na capa do citado documento, aparecia: “Faculdade matogrossense de Direito **de Campo Grande, MT.**” (grifo nosso); e ao final de outro documento – Histórico da Missão Salesiana – em parágrafo denominado *IMPERATIVO*, lemos:

A Missão Salesiana de Mato Grosso, pioneira do ensino primário, secundário, técnico industrial, comercial e superior em Mato Grosso, fundadora de núcleo de civilização em Merúri, Sangradouro, Poxoréu, Guiratinga, Alto Araguaia, São Marcos, pretende ampliar sua Missão Cultural, fundando e mantendo a Faculdade **Matogrossense** [a palavra em negrito aparece riscada a lápis, numa possível tentativa de correção] de Direito, de Campo Grande, Mato Grosso, na certeza de estar com isso, concorrendo para concretizar um antigo anseio da “Capital Econômica” do Estado, além de colaborar com os poderes constituídos para fazer chegar aos distantes rincões da Pátria os benefícios do ensino superior (MISSÃO SALESIANA, 1964, p. 5).

Na construção do nome da nova faculdade – que ora demonstrava vocação de independência fortalecendo o qualificativo “de Campo Grande”, ora precaução, mantendo a vinculação ao *status quo*, denominando-se apenas “matogrossense” –, manifestava-se a crise que os cidadãos do sul de Mato Grosso viviam naqueles anos: a oscilação do desejo de mudança ou de permanência. É de se lembrar que Cuiabá já possuía, na época, a sua Faculdade Mato-grossense de Direito, fundada em 1934.

A FADIR teve um total de onze diretores entre 1965 a 1993, todos sacerdotes salesianos, com formação universitária na Itália. Dentre eles encontramos um doutor em Direito Civil pela Faculdade de Direito da USP, um mestre em Direito Tributário pela PUC-SP e dois especialistas: o primeiro em Direito Canônico e outro em Direito Administrativo. A maioria tinha formação jurídica, tendo sido, um deles, formado pela própria FADIR. Pelo currículo dos diretores, percebe-se uma preocupação da Missão Salesiana com a qualificação profissional do seu quadro profissional. No primeiro período, que vai da criação, em 1965, à criação da Federação Universitária Católica de Mato Grosso, em 1971, a FADIR teve três diretores, todos falecidos: Pe. Pedro Ferreira, de 1965 a 1966; Pe. Walter Bochi, de 1967 a 1969, e Pe. José Scampini, que até hoje foi quem mais tempo permaneceu no cargo, de 1970 a 1977.

A nova escola de Direito nasceu sob a vigência do modelo do currículo mínimo nacional. Em 1962, o CFE havia criado um currículo mínimo para o ensino jurídico, permitindo a construção de currículos plenos parcialmente diferenciados por região ou por

escola. A duração do curso se manteve em cinco anos, nos quais deveriam ser estudadas, no mínimo, as seguintes matérias: Economia Política; Medicina Legal; Introdução à Ciência do Direito; Direito Civil; Direito Comercial; Direito Constitucional; Direito Administrativo; Direito Financeiro e das Finanças; Direito Penal; Direito do Trabalho; Direito Internacional Privado; Direito Internacional Público; Direito Judiciário Civil e Direito Judiciário Penal.

A implantação desse novo modelo, estruturado já na perspectiva de uma autonomia parcial das IESs, em realidade não alterou muito a estrutura vigente. Na prática continuou existindo um curso com rigidez curricular. Além disso, as matérias listadas demonstram a manutenção da tendência, implementada principalmente a partir da Reforma Francisco Campos, de transformar o Ensino do Direito em formador de técnicos do Direito. Nesse currículo, a única matéria destinada a uma análise mais ampla do fenômeno jurídico era a Introdução à Ciência do Direito. O novo modelo, que passou a vigorar em 1963, embora sua maior flexibilidade em relação aos anteriores, não foi capaz de introduzir mudanças significativas no Ensino do Direito vigente no país.

Pelo seu tecnicismo, foi mais um passo no sentido da despolitização da cultura jurídica. Nota-se nele, a tentativa de transformar os Cursos de Direito em cursos estritamente profissionalizantes, com a redução – para não falar em quase eliminação – das matérias de cunho humanista e de cultura geral. Foram elas substituídas por outras voltadas para a atividade prática do advogado do foro, dando continuidade à tentativa de tecnificação do jurídico, que já havia sido iniciada na República Velha (RODRIGUES; JUNQUEIRA, 2002, p. 25).

Diferenças podem ser apontadas entre o currículo indicado no documento originário de pedido de autorização e o que foi efetivamente aprovado pelo CFE. Uma delas é a transformação da disciplina de Direito Civil em Direito Civil e Romano; outra foi a tentativa de ampliação da disciplina de Direito Constitucional para Direito Constitucional - História do Direito e Teoria do Estado, que recebeu parecer negativo: “A cadeira é excessivamente ampla, não se justifica a inclusão nela da História de Direito.” (Parecer 744/1965). Também merece destaque a inclusão das duas disciplinas que, por sua natureza e o conteúdo tradicional em escolas católicas, definiram o caráter confessional da FADIR, quais sejam: Cultura Filosófica e Cultura Religiosa.

Para cumprir o que determinava o currículo mínimo vigente na época, indicaram-se os professores para a futura FADIR. Chama a atenção na composição do corpo docente

apresentada ao MEC, que, do total de 23 professores, quase a metade (dez) formou-se no Estado do Rio de Janeiro: sete pela Faculdade Nacional de Direito e um pela Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil e dois pela Faculdade de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro, na época Estado da Guanabara. Havia ainda um professor formado por faculdade localizada em Niterói, RJ. Tal composição fez com que a cultura daquela tradicional instituição escolar se estendesse à nascente faculdade de Direito, tanto é assim que “com o incentivo dos novos diretores, os docentes oriundos da Faculdade Nacional do Rio de Janeiro estabeleceram contato com seus antigos mestres e passaram a trazê-los a Campo Grande para a realização de proveitosos cursos de reforço e aperfeiçoamento” (FADIR, 1990, p. 8).

Dessa maneira, não é incorreto afirmar que a Faculdade de Direito de Campo Grande, recebeu, em seu nascedouro, influências marcantes da histórica Universidade do Brasil, hoje, Universidade Federal do Rio de Janeiro, uma vez que a sua tradição foi construída, inclusive, pelo quadro docente formado por egressos daquela universidade.

Tal constatação não anula, no entanto, outro foco cultural importante: a influência paulista/paulistana, visto que nove dos primeiros professores eram formados em faculdades paulistas, um pela Faculdade de Direito da USP; dois pela PUC de São Paulo e quatro em faculdades (de teologia) de Lins.

Nota-se, por outro lado, que dos 23 professores que compuseram a lista inicial enviada ao Ministério, quatro tinham sido alunos e outros quatro eram professores do Colégio D. Bosco. Conhecedores, portanto, da prática pedagógica salesiana que se queria levar, ao lado da FADAFI, em grau superior aos mato-grossenses do sul.

Quanto à naturalidade dos mestres inaugurais sobressaem-se os campo-grandenses, num total de seis, dos onze naturais de Mato Grosso, os demais eram de outros estados. Exceção feita aos três professores de origem italiana, todos padres salesianos.

O perfil profissional daqueles professores é motivo para reflexão: seis deles (26%) eram ou tinham sido advogados de bancos comerciais ou públicos; outros quatro advogados de outras instituições, totalizando quase a metade daqueles futuros professores. Pode-se inferir, dessa composição do quadro de professores, que essa categoria profissional estava bastante interessada na implantação do curso, contribuindo, talvez, para a construção de um curso muito mais pragmático do que teórico.

Outra categoria funcional que merece atenção é a dos magistrados, que perfazia o número de cinco (incluído um desembargador aposentado), notando-se que todos tinham atuado (ou estavam atuando) em comarcas situadas ao sul do Estado, com algumas exceções pontuais como Santo Antônio de Leverger, Lageado e Cáceres, cidades do norte de Mato Grosso. Estes profissionais, com os dois adendos ao pedido originário, de setembro e outubro de 1965, aumentaram de número, incluindo-se no quadro docente mais sete ex-magistrados, sendo que três ex-desembargadores.

Audidores de Guerra e substitutos, servindo junto à 9ª Região Militar, eram quatro. Eram ou tinham sido professores 69,5%, deixando antever, ao MEC e à sociedade do sul de Mato Grosso, que o quadro docente era dotado de profissionais habilitados na pedagogia e práticas do ensino. Merece destaque o fato de que um dos professores era ex-presidente da seccional da OAB em Campo Grande e presidente do Diretório Regional da UDN; outro, advogado do PSD, além de outro que foi Presidente da Câmara dos Vereadores da cidade. De modo transversal, a política partidária se fazia representar naquele movimento, e se podia identificar nos professores as principais forças políticas da época, num claro apoio à abertura do novo curso superior na cidade: a Faculdade de Direito.

A tentativa de construção de uma escola nitidamente profissionalizante fica evidente ao se analisar a vinculação profissional do quadro docente. Nesse sentido muito contribuiu o

posicionamento dos conselheiros do CFE ao aprovar o parecer que autorizou o funcionamento da FADIR, que na sua conclusão expressava

Depreende-se dos estudos feitos o empenho sério e responsável da entidade mantenedora em aproveitar as melhores possibilidades de uma cidade próspera, como é Campo Grande, para vencer as limitações culturais que ainda contrastam com essa prosperidade.

Num meio com tais características uma Faculdade de Direito não pode deixar de ser essencialmente profissional, destinada a formar militantes do fôro, e não juristas. O elenco de professôres propostos se mostra capaz de atender a essa finalidade, admitindo-se que a instituição venha a procurar vigorosamente o seu aperfeiçoamento. Parece-nos este o seu propósito, que poderá confirmar-se depois de vencida a fase probatória, iniciada com a autorização.

A aprovação dos nomes indicados baseou-se predominantemente, nos seguintes fatos e critérios: o caráter profissional da Escola, dado o ambiente a qual vai servir, a importância accidental, para o caso de cadeiras como o Direito Internacional, e o nível intelectual dos professôres indicados, que lhes permitirá a conveniente integração nos seus campos de ensino. Embora reconheça a Câmara não se encontrarem os últimos nomes apresentados no mesmo nível de identificação com as respectivas disciplinas, que os indicados para as outras matérias do curso.

### ILUSTRAÇÃO Nº 8



PRIMEIRA TURMA DE DIREITO EM SALA DE AULA – 07/12/1966.  
(FONTE: Arquivo Pessoal Ferdinando Urizar).

Das 150 vagas abertas, somente 99 foram preenchidas. Há uma diferença entre as fontes, quanto à informação do número de candidatos que se apresentaram para o primeiro

vestibular. Na Revista da Faculdade de Direito de Campo Grande – FADIR: 25 anos, 1990, consta que foram 450 candidatos, já no Jornal Tribuna Universitária (Informativo do DACLOBE – Diretório Acadêmico Clóvis Beviláqua) nº 1, p. 2, registra-se que foram apenas 166 vestibulandos. De qualquer forma, foram classificados 101, dos quais 99 matricularam-se.

No decorrer do curso, 38 alunos desistiram ou mudaram de faculdade, preferindo principalmente, cursos vagos oferecidas por faculdades localizadas em São Paulo ou Minas Gerais (Depoimento de URIZAR, 2005).

Da turma inicial, formaram-se 61, e, destes, 38% eram de mulheres. A grande maioria dos alunos, na época do vestibular, trabalhava no período diurno. Professor era a profissão que mais aparecia entre os calouros, onze no total, nove dos quais eram mulheres. Logo em seguida aparecem os sete comerciantes; seis bancários e seis pecuaristas. Segundo Urizar (2005), a maioria da turma era de classe média: “[...] classe média exatamente, e inclusive 50% era retardatária, aqueles que terminaram o curso secundário, que não havia faculdade. Então ficamos esperando, esperaram e então, 10, 15 anos [...] temos inclusive aposentado”

Na primeira turma encontravam-se, ainda, médicos, delegados de polícia, fiscal de rendas, musicista e, também, aqueles que não precisavam trabalhar (8%). Atualmente, apenas 37% estão inscritos no OAB/MS, sendo que 16% nunca advogaram; destes a maioria é formada por mulheres. Da primeira turma, 84% estão vivos.

Para estudar o discurso de fundação da FADIR, ouviu-se, também, a voz dos alunos. Para tanto, utilizou-se o Jornal Tribuna Universitária, que se autodenominava “Porta Voz dos Acadêmicos de Direito de Campo Grande”. Emblemático que em seu primeiro número, do dia 12 de março de 1967, trouxesse na capa duas matérias principais, uma assinada por um militar e outra por um padre. Em certa medida, esses dois sujeitos representam as forças que atuaram de forma decisiva na construção da cultura escolar daquela escola naquele tempo: o Exército e a Igreja. Um dos artigos: “Liberdade abre as asas sobre nós” era assinado, exatamente, por um

membro da Comissão Geral de Inquérito da 9ª Região Militar, o médio Hugo Pereira do Vale, aluno da primeira turma, da qual também faziam parte outros militares, inclusive dois delegados de polícia. Na matéria referida, o militar-“juiz” informava que estavam “ [...] em busca da conquista de liberdade em sua plenitude, porém, com honestidade.” Para adiante afirmar que da FADIR

“[...] sairão os legisladores e os administradores do futuros alicerçados que estarão nos sentimentos de justiça, construirão a grandeza esplendorosa da pátria. [Porque] Queremos trabalhar, não sob o azougue da tirania nem tão pouco (sic) na depreciante licenciosidade da anarquia. Queremos uma organização austera, honrada e plena de virtudes cristãs. Eis porque dizemos: “Liberdade, abre as asas sobre nós” (VALE, 1967, p. 1).

O outro artigo, assinado pelo Pe. Jair Gonçalves descrevia as vantagens de Campo Grande, prevendo que a mesma se transformaria, em curto espaço de tempo em uma “Cidade Universitária”, deixando entrever o projeto para a criação de uma universidade católica na cidade.

As aulas da primeira turma da FADIR tinham se iniciado no dia 1º de março de 1966, em ato presidido pelo seu diretor, Pe. Pedro Ferreira, no antigo Teatro do Colégio Dom Bosco, situado na Rua 14 de Julho esquina com a Avenida Mato Grosso.

Conta um dos presentes à solenidade de implantação da FADIR, pontuando desde aquele ato inaugural o rígido sistema que viria a ser implantando no curso, que a cerimônia estava marcada para as oito da noite, horário em que ainda nem todas as autoridades estavam presentes. Diante da insistência do Pe. Pedro Ferreira em iniciar a cerimônia, foi-lhe informado que o bispo ainda não havia chegado, diante do que o diretor disse:

“ – O bispo está sabendo do horário. São oito horas. Vamos começar.”

Por sorte o bispo chegou a tempo para compor a mesa de autoridades.

Segundo descreve a Tribuna Universitária

Ao primeiro dia do mês de março do inesquecível ano de 1966, no auditório da Faculdade (sic), comparece satisfeito e sorridente, o Pe. Dr. Pedro Alves Ferreira, para ministrar a sua primeira, das magistrais aulas, da Cadeira de Introdução à Ciência do Direito, que magnificamente dirigiu todo o 1º ano. (AGE, 1967, p. 2)

Quanto aos professores, na opinião dos alunos, era de se “observar e elogiar a pontualidade” dos mesmos, além do “alto padrão com que dirigiram e orientaram a aprendizagem; o amor e a dedicação pela Faculdade, além de um cuidado especial com todos os alunos (AGE, 1967, p. 2).” Não mencionam na publicação, no entanto, uma discussão havida com um dos professores de Economia Política, por seu posicionamento machista, que causou inclusive a sua substituição.

A propósito, vale lembrar as recomendações que Dom Bosco fazia aos seus professores e alunos nas escolas profissionais:

*Aos mestres de oficinas:* Rápida distribuição do trabalho – Exijam silêncio razoável durante o trabalho e tenham o maior cuidado para impedir toda espécie de más conversas – Procedam seus alunos no bom exemplo, tanto na oficina como no cumprimento de seus deveres religiosos – Tomem nota exacta dos trabalhos (data, preço, encomenda) e das compras – *Aos alumnos:* Pontualidade em chegar à oficina e em ocupar bem o tempo, porque nos laboratórios é preciso trabalhar e não divertir-se – Cuidado com os utensílios e submissão ao mestre de oficina, diligência na aprendizagem do ofício que lhes servirá de ganha-pão (DOM BOSCO apud NEGRÃO, 1999, p. 2004).

Não foi difícil aos alunos se enquadrarem no esquema de disciplina implantado, que tampouco era tão rígido assim, com professores “austeros porém delicados, exigentes porém compreensivos” (AGE, 1967, p.2).

Uma influência marcante na organização salesiana sempre foi o militarismo. Segundo Azzi (1983, p. 97-98), tal influência se estruturou no início do século XX, com Olavo Bilac à frente de uma campanha nacionalista e militarista. Um acidente, ocorrido em 26 de outubro de 1915, em que alunos do Colégio Santa Rosa morreram, e um dos sobreviventes resgatou a bandeira da barca antes que afundasse, “serviu de base para que se promovesse uma exaltação da educação salesiana em termos de patriotismo.”

Dois eram os objetivos principais: em primeiro lugar evitar que o aspecto trágico do desastre, onde faleceram 21 alunos, além do salesiano Otacílio Nunes, tomasse conta da opinião pública, com conseqüências prejudiciais à vida do Colégio Santa Rosa; em segundo lugar, enfatizar a Congregação de Dom Bosco, embora de origem italiana, estava profundamente imbuída do sentimento nacionalista, evitando-se assim qualquer represália contra os salesianos vindos dos países envolvidos no conflito [Primeira Guerra Mundial] (AZZI, 1983, p. 97-98).

A influência do militarismo se faz notar em vários momentos, por exemplo, no controle rígido da freqüência dos alunos:

A Faculdade não transige com a freqüência, tendo inclusive o conhecido médico dr. Hugo Pereira do Vale, que é também concluinte do curso de bacharelado (sic) de Direito, carregado uma dependência pelo fato de ter mais uma falta do que o permitido, falta esta cometida quando foi à Holanda em missão oficial do govêrno brasileiro, representar o Brasil, num conclave de Expedicionários (ASSIM ...,1970, p. 4)

Por outro lado, segundo Urizar (2005), esse mesmo aluno, Hugo Pereira do Vale, demonstrando sua influência junto ao governo federal, por meio de contatos que manteve junto ao Ministério da Aeronáutica, conseguiu que pousasse em Campo Grande o avião *Constellation* para com isso dar uma “carona” a um grupo de estudantes que gostariam de participar de evento jurídico na Bolívia. Assim de fato ocorreu.

### ILUSTRAÇÃO Nº 9



ALUNOS DA 1ª TURMA À FRENTE DO AVIÃO *CONSTELATION*, ACOMPANHADOS DE HUGO PEREIRA DO VALE (ao centro) E DE JOÃO PEREIRA (1º à direita). AEROPORTO DE SANTA CRUZ – BOLÍVIA – 7/12/1970 (FONTE: Arquivo Pessoal Ferdinando Urizar).

Pode-se ver presente a marca do militarismo, ainda, quando se sabe que o nome da Turma foi Paulo Jorge Simões, que exercia na época o cargo de Auditor Militar da 9ª Região Militar, e que os homenageados foram o Presidente Médici, o Ministro da Educação Jarbas Passarinho e o Governador Pedro Pedrossian. Outro fato que denota esse vínculo com as coisas castrenses foi o convite feito ao próprio Comandante da 9ª Região Militar – General Plínio Pitaluga – para participar das solenidades de formatura, especificamente, do jantar de confraternização, realizado em 16 de dezembro de 1970, no Clube Libanês, quando o mesmo proferiu a palestra sobre o “valor do Advogado na Sociedade Contemporânea” (ASSIM ..., 1970, p. 4).

Vigorava nesse tempo a Lei nº 4.464/64, conhecida como Lei Suplicy, que controlava com mãos de ferro as atividades estudantis, interferindo inclusive na sua organização, tanto que substituiu a UNE e UEEs por DNE e DEEs; proibiu atividade política nas faculdades e definiu os pré-requisitos na representação estudantil. Destacam-se os seguintes artigos:

[...]

**Art. 12º** As Faculdades e Universidades assegurarão os processos de reconhecimento das contribuições dos estudantes.

§ 1º O regimento do Diretório Estadual de Estudantes poderá prever a perda dos mandatos de representantes de Diretórios Centrais e de Diretórios Acadêmicos, bem como o regimento do Diretório Central poderá estabelecer a perda de mandato dos representantes dos Diretórios Acadêmicos, quando os órgãos representados não efetuarem regulamente o pagamento das contribuições que lhe competem.

§ 2º Os órgãos de representação estudantil são obrigados a lançar todo o movimento de receita e despesa em livros apropriados, com a devida comprovação.

§ 3º Os órgãos de representação estudantil apresentarão prestação de contas, ao término de cada gestão, aos órgãos a que se refere o artigo 15, sendo que a não-aprovação das mesmas, se comprovado o uso internacional e indevido dos bens e recursos da entidade, importará em responsabilidade civil, penal e disciplinar dos membros da Diretoria.

[...]

**Art. 14.** É vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de carácter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares.

[...]

Ainda assim o Diretório Acadêmico Clóvis Beviláqua (DACLOBE) foi criado. O Regimento Interno do DACLOBE também trazia traços que indicavam aspectos burocrático-militares. Ora seguindo determinações legais, ora não, o regimento se mostrou extremamente formal, descendo a detalhes sobre questões de ordem e o tempo destinado a cada orador. Em nenhum momento aparecem objetivos usuais de um diretório, como a defesa dos interesses dos estudantes, da cidadania, de Mato Grosso ou do Brasil. Pelo contrário, incorporam instrumentos utilizados pelo governo ditatorial da época, como por exemplo as decisões de cúpula e secretas e “cassações” de membros da diretoria:

[...]

Art. 7 – As reuniões do COLEGIADO serão de acordo com o art [espaço] dos Estatutos: ORDINÁRIAS, EXTRAORDINÁRIAS; essas poderão ser públicas e secretas.(ESTATUTO, 1966, p. 2)

[...]

Art. 83 – Completado o número de faltas exigidas pelos Estatutos do Daclobe, sem justificativa, o mandato do membro assim enquadrado, será cassado ex-offício. (Idem, p. 10)

Art. 84 – Cassado o mandato do membro do Colegiado, que completar o limite de faltas não justificadas será dado posse ao suplente. (idem)

[...]

Além disso, há uma clara tentativa de invenção de uma tradição regulando-se algumas práticas por regras, de natureza ritualística e simbólica com vínculos com um passado remoto, visando inculcar valores e normas de comportamento:

Art. 31 – As deliberações serão tomadas por votação adotando-se a do antigo SENADO ROMANO, ou seja: Polegar da mão direita para cima – indica APROVAÇÃO – Polegar da mão direita para baixo indica desaprovação. (ESTATUTO, 1966, p. 31)

Com esse estatuto e nesse clima, foram realizadas as primeiras eleições para o DACLOBE, com “propostas e mais propostas, porque a política, era, praticamente, meio cerceada” (URIZAR, 2005):

Aceito o projeto, aprovado o estatuto, cuidou-se, desde logo, de formarem-se os partidos que deveriam concorrer no pleito para a direção da organização nascitura. Dividiu-se, pois, a classe em dois partidos: a União Acadêmica Democrática Cristã e o Partido Acadêmico Liberal, ambas com planos e pretensões relevantes. Em disputa

essencialmente (sic) democrática, sagrou-se vencedora , por maioria de sufrágios, a UNADDEC, cabendo-lhe, conseguintemente, a honrosa e importante missão de preencher, em primeiro lugar, os cargos do nosso já então existente Diretório Acadêmico Clóvis Beviláqua, iniciando, assim, um programa intenso de atividades a que nunca deverão faltar ânimo, verdade, justiça e solidariedade (CARVALHO, 1967, p. 2).

Na edição da Tribuna Universitária de agosto de 1967, dois posicionamentos divergentes se apresentam: enquanto por um lado René Siufi, que havia perdido as eleições do DACLOBE, defendia a participação dos estudantes “da vida pública, das manifestações, mesmo que tumultuadas, para que não surjam mais tarde como velhos adolescentes, quando deveriam ser adultos novos em políticas” (SIUFI, 1967, p. 3), seu colega, Pedro M. F. Netto se posicionava contra “os extremados”:

As conseqüentes arruaças, tumultos, greves, badernas e o que é pior: insultos desafios às autoridade (sic) constituídas, tem demonstrado – que o estudante ainda não aprendeu e empregar a sua mocidade. Sômente pela busca incessante do saber, da disciplina, ordem, dos reais direitos e da reta razão; é que êle atinge sua digna personalidade (NETTO, 1967, p. 4).

A Tribuna Universitária nº 11, de maio de 1969, tem uma postura totalmente diferente: traz assuntos de interesse científico (A conquista do Espaço) e jurídico (Advocacia, profissão espinhosíssima; Assistência jurídica Dom Bosco; O juri; etc.) ao lado de assuntos religiosos (Páscoa universitária) além de poesias e máximas para bem viver, numa clara despolitização do movimento estudantil.

É de se notar, no entanto, que o diretório ainda desenvolvia duas campanhas de chamamento da opinião pública: a primeira, e mais importante, pela criação na cidade da Universidade Federal, cujo comitê foi presidido pelo acadêmico da primeira turma Juarez Marques Batista, e a segunda, não menos importante, pelo asfaltamento da rodovia que liga Campo Grande ao Porto XV (RELATÓRIO...,1968, p. 9-12).

Entre as atividades relatadas, consta um quadrangular de futebol promovido entre “Profissionais Liberais”, “Universitários – filhos de C. Grande que estudam fora”, DACLOBE e AABB: o diretório ficou com o 3º lugar.

No final da década de 1960, a aproximação das entidades vinculadas à Missão Salesiana com o poder público era bastante estreita. Exemplo disso são os requerimentos dos estudantes à Câmara Municipal: enquanto o DACLOBE e o DAFEZ solicitam a declaração de utilidade pública (Ata 1714/1800), junto com o Centro Acadêmico Hércules Maymone, requeriam também a doação de mil cruzeiros novos, cada um, para a “aquisição de livros técnicos, científicos e didáticos para suas bibliotecas” (Ata 1786). A Comissão de Estudantes da FADAFI também se utilizou da câmara para solicitar auxílio, de mil e quinhentos cruzeiros novos, para as despesas de viagem “a ser empreendida com o fito de encaminhar o processo de reconhecimento daquela escola superior” (Ata 1799). A própria Faculdade de Direito se valeu do poder público para receber em doação um terreno, como consta do Ofício nº 20/778 da Prefeitura Municipal (Ata 1740); assim também a Missão Salesiana, de um outro terreno, para a construção de um templo no Bairro Santo Antônio. (Atas 1800/1847).

Em 1968, enquanto o AI-5 estava sendo gestado, o Legislativo local discutia construção de pontes; interdição de matadouro; utilização de tabelas e balanças em padarias e o encascalhamento de ruas. Segundo Fausto (2000, p. 480)

A partir do AI-5, o núcleo militar do poder concentrou-se na chamada comunidade de informações, isto é, naquelas figuras que estavam no comando dos órgãos de vigilância e repressão. Abriu-se um novo ciclo de cassação de mandatos, perda de direitos políticos e expurgos no funcionalismo, abrangendo muitos professores universitários. Estabeleceu-se na prática a censura aos meios de comunicação; a tortura passou a fazer parte integrante dos métodos de governo.

Ainda no governo Médici, uma indicação na Câmara de Vereadores sugere a adoção do nome de “Guadalajara” para alguma rua ou praça de Campo Grande, em homenagem àquela cidade mexicana pela conquista da Copa do Mundo de Futebol. Em outubro, uma

última referência à comunidade acadêmica católica da cidade – o requerimento para que fossem “enviados votos de congratulações e louvor aos Diretórios Acadêmicos da Faculdade de Economia, de Direito, Filosofia e do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Estadual de Mato Grosso, pela participação no Concurso *Miss* Universitária, realizada em benefício do Sanatório São Julião” (Ata 1912).

### ILUSTRAÇÃO Nº 10



PÁTIO DO COLÉGIO DOM BOSCO E DA FADIR [Notar a bandeira nacional acima da imagem de Dom Bosco)

A instalação da Faculdade de Direito foi em um prédio na Rua 14 de Julho. A partir da inauguração oficial de ferrovia (31/10/1914), essa rua passou a ser a de maior extensão entre todas as existentes no caminho para a estação e também a mais movimentada, portanto, preferida para instalação de lojas. A 14 de Julho, que já se chamou Aníbal de Toledo e João Pessoa entre 1930 e 1944, nasceu com vocação para o comércio e a ferrovia foi sua mola propulsora, transformando-a no maior corredor econômico da cidade. A sua evolução se deveu, segundo Oliveira Neto (apud CANTO, 2004, p. 13), tanto pela chegada da estrada de ferro e a construção da estação, aliadas ao passeio público (hoje Praça Ary Coelho), quanto pela construção do relógio na confluência com a Av. Afonso Pena.

Dos cursos carnavalescos do início do século [XX] às grandes manifestações políticas e culturais do final da década de 1970, a população campograndense sempre identificou a 14 de Julho como aquela rua onde as coisas aconteciam. As paradas cívicas e militares, os grandes comícios, o footing dos jovens nos fins de semana, os passeios, as compras, as procissões religiosas, tudo tinha lugar certo e hora certa. No imaginário do campograndense, a identidade da rua estava relacionada ao poder, riqueza e decisão (OLIVEIRA NETO, apud CANTO, 2004, p. 13).

Episódio significativo verificou-se entre os professores da FADAFI, antes da implantação da FADIR. Reunidos na congregação, no dia 24/11/1965, após desejarem votos de sucesso ao novo curso, em nota ao final da ata ressaltaram: “Ao ser dado o voto de louvor à Faculdade de Direito, que entraria em funcionamento no próximo ano, entenderam os professores da Faculdade de Filosofia que deveriam ter a mesma remuneração que os futuros professores da Faculdade de Direito” (CONGREGAÇÃO..., 1965, Ata nº 11, p. 12, verso).

Na reunião seguinte o diretor informou o aumento dos vencimentos em 100%, passando dessa forma, o professor da Faculdade, a perceber, por hora/aula, cinco mil cruzeiros. A decisão foi adiada na espera do posicionamento dos professores do Direito, para então, segundo os professores, serem os salários equiparados (idem, Ata nº 10, p. 13 frente e verso). Outro critério sugerido pela direção atrelava o salário ao número de alunos (idem, Ata nº 11, 15/04/1966, p. 14 verso). Na reunião do dia 31 de maio de 1966, esse critério foi rejeitado pelos docentes, que a seu favor argumentavam: “Se a religião cristã preconiza a justiça social em todas as esferas não se pode admitir que as desigualdades comecem numa Faculdade Católica, que se destina a formar líderes e que se distingue por ser em seu gênero a mais antiga e respeitada do Estado” (CONGREGAÇÃO..., Ata nº 12, 31/05/1966, p. 17).

Em sua justificativa o representante da direção, no mesmo documento, afirmou que: “A Faculdade de Filosofia não consegue dar o que os professores exigem, uma vez que a sua arrecadação não cobre nem o pagamento dos professores.”

Os alunos também se manifestaram, demonstrando apoio à atitude assumida pelos professores de não aceitar que a remuneração fosse condicionada ao número de acadêmicos, deixando sua posição transcrita na ata do dia 31 de maio de 1966.

Diante da intransigência da direção, o impasse levou aos professores da FADAFI a pedir “demissão coletiva” naquela mesma reunião:

Antes de ser encerrada a sessão a Prof<sup>a</sup>. Maria da Glória solicitou ao sr. Vice-diretor que a atitude dos professores fosse encarada como um brado de alerta em favor da Faculdade e pediu que daqui para a frente a Mantenedora velasse melhor pela Faculdade de Filosofia, a fim de que ela crescesse e prosperasse (CONGREGAÇÃO..., Ata nº 12, 31/05/1966, p. 17).

Na reunião seguinte, 4 de junho, o vencimento dos professores foi reajustado para 10 mil cruzeiros, a ser pago quando a Faculdade dispusesse de recursos (Ata nº 13, 1966); na de 3 de dezembro, os professores da FADAFI se colocaram à disposição da faculdade para ministrar aulas graciosamente, até que a equiparação com os vencimentos dos professores da FADIR se efetivasse (Ata nº 14, 1966, p. 20, verso). Na outra reunião, do dia 4 de março do ano seguinte, não se tocou mais no assunto (Ata nº 15, 1967). Há no livro um grande espaço com folhas em branco, sendo que a próxima reunião registrada foi a do dia 21 de novembro de 1976.

Hoje os ex-alunos da primeira turma da FADIR não fazem parte da elite que ocupa os principais cargos públicos da cidade e do Estado, o que não quer dizer que ex-alunos de outros anos não o façam. Dos 61 egressos, destacam-se: duas procuradoras da Defensoria Pública, uma promotora de Justiça Militar, uma auditora da Justiça Militar e um embaixador nos Estados Unidos. Também é de registrar que apenas 37% da turma de 1970 estão inscritos na OAB/MS.

E importante observar, no entanto, que no Tribunal de Justiça do Estado, dos 25 desembargadores atuais, dois são oriundos da FADIR; nem um, todavia, da primeira turma.

Destacam-se os Estados do São Paulo (oito), Paraná (seis) e Minas Gerais (cinco) como os estados com maior número de magistrados (<[www.tj.ms.gov.br](http://www.tj.ms.gov.br)>, em 25 de julho de 2005).

No Legislativo, em âmbito federal, dois senadores são advogados e ex-professores da FADIR; na Câmara Federal, dos 8 deputados, dois são advogados – um foi professor da FADIR –, além de um outro que é ex-acadêmico de Direito na mesma instituição. Da Assembléia Legislativa (com 24 membros), seis informam que são bacharéis em Direito, sendo que um formou-se pela FADIR. No Legislativo local, dentre os 21 vereadores, quatro são graduados em Direito, três dos quais formados pela FADIR. Nenhum da primeira turma. (biografias: <<http://www2.camara.gov.br/deputados>>, <<http://www.al.ms.gov.br/deputados/>>, <[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)>, <<http://www.camaraonline.ms.gov.br/vereadores.asp>>, acessado em 21 de julho de 2005).

Entre os 61 prefeitos municipais da cidade de Campo Grande, até os dias de hoje houve nove médicos (inclusive o atual), sete engenheiros e 13 advogados. Além de comerciantes, militares, pecuaristas e um rábula. No governo estadual, dos sete governadores desde 1977, houve dois engenheiros contra quatro advogados e um acadêmico de Direito (PEREIRA, 1999, p. 274-288; DOCUMENTO, 2000; SALGADO, 2001. p. 77-83; CAMPESTRINI;GUIMARÃES, 2002, p. 256-261).

Para refletir sobre o discurso de fundação da FADIR, e sobre a sua proposta de criação de uma escola exemplar, que transmite a marca da distinção aos seus egressos, a seguir apresenta-se, como uma síntese provisória, a conclusão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS – O LUGAR DOS BACHARÉIS

### ILUSTRAÇÃO Nº 11



FOTO OFICIAL DA FORMATURA DA PRIMEIRA TURMA – ALBUM FOTOGRÁFICO  
(FONTE: Arquivo pessoal Ferdinando Urizar).

A Faculdade de Direito de Campo Grande, futura integrante das Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso – FUCMT, como se viu, foi autorizada a dar início às suas atividades a partir do ano de 1966, pela homologação pelo Ministro de Educação do Parecer CFE/MEC n. 774 de 9 de julho de 1965, aprovando Dec. de Autorização nº. 59.150/66. O parecer foi relatado por Alceu Amoroso Lima, que na época estava na presidência do Conselho Federal de Educação. O reconhecimento da Faculdade de Direito ocorreu em 23 de março de 1969, com o Parecer CEF/MEC nº 64.234, quando contava 63 alunos na primeira série, 43 na segunda e 65 na terceira. A sua incorporação à Federação Universitária Católica de Mato Grosso, antecessora das Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso, deu-se em 1971 quando a mesma foi criada, sob os auspícios da Reforma Universitária (Lei 5.540/68).

Integrava a Federação a Faculdade de Direito, a Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administração e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

No discurso de fundação muitas foram as razões apresentadas para a criação da Faculdade de Direito de Campo Grande: umas expressamente assumidas pelos próprios salesianos, outras constatadas nas entrelinhas dos discursos e atitudes dos criadores. O motivo apresentado pelos idealizadores da FADIR foi a necessidade de criar um curso que ajudasse na sustentação da FADAFI, que não conseguia manter-se por conta própria. Dados significativos são que a primeira turma (1962) dos dois cursos da FADAFI (Pedagogia e Letras) iniciou com 48 alunos, e a primeira turma de Direito, quatro anos depois, começou com mais do que o dobro: 99 alunos. A situação econômica pela qual atravessava a FADAFI também se evidencia quando o seu diretor sugere aos professores que “fosse desenvolvida uma grande campanha junto à população da cidade e do Estado, visando divulgar, mais ainda a Faculdade de Filosofia, com a finalidade de atrair um maior número de alunos” (CONGREGAÇÃO ....., 1964, p. 9, verso).

Outra motivação que se constatou para a criação da FADIR foi o fato dos batistas de Campo Grande também estarem desenvolvendo uma campanha para a criação desse curso na cidade. Uma espécie de guerra santa se instalou na comunidade religiosa da época, de onde saíram vitoriosos os católicos.

O projeto para a fundação de uma universidade católica ao sul de Mato Grosso também é outra razão que pode ser destacada. Exigia-se, no mínimo três faculdades: a de filosofia, uma de livre escolha e outra entre Direito, Engenharia e Medicina. Optou-se pelo curso de Direito, em detrimento dos outros, por sua relativa facilidade na implantação, deixando transparecer, dessa maneira, o projeto de longo prazo dos salesianos para essa região do país.

O prestígio que o bacharel em Direito teve, e ainda tem, na sociedade brasileira também deve ter influenciado na escolha dessa faculdade, visto que o curso de Economia, mesmo sendo a opção inicial do chanceler da Missão Salesiana da época, foi preterido em favor do Direito.

Naturalmente, a tentativa de criação de uma escola exemplar, que ao mesmo tempo produzisse bons cristãos e cidadãos honestos, também pode ser listada como razão importante para os salesianos inaugurarem a FADIR. Fazia parte dessa proposta a construção de um grupo de elite que pudesse ocupar os principais cargos de direção da cidade.

O fato é que a FADIR foi autorizada a funcionar em 1965 e foi implantada no ano seguinte. Pode-se apontar entre as características dessa escola superior o fato de ter sido gestada pela cúpula do grupo dirigente dos padres salesianos da época, ao contrário da Faculdade de Farmácia e Odontologia, desse tempo, que envolveu a comunidade local em ampla campanha, constatada através dos discursos nas sessões legislativas da Câmara Municipal e dos jornais da época. De toda maneira, a Faculdade de Direito conseguiu atrair apoio das autoridades constituídas, evidenciadas na dotação orçamentária recebida do governo federal antes mesmo de ser autorizada, além da doação de um terreno público pela Prefeitura Municipal. Outros sinais dessa aprovação se verifica nos documentos apresentados ao MEC para sua autorização: o prefeito municipal e dois juízes da cidade atestando a idoneidade moral de todos os professores indicados, além da própria constituição desse corpo docente, da qual se sobressaem os juízes e desembargadores.

A tentativa de imprimir na nova instituição a marca regional também pode ser observada, veja-se, por exemplo, a escolha do nome da escola, que diferentemente das outras instituições mantidas pelos salesianos (Colégio Dom Bosco, Externado São José, Faculdade Dom Aquino de Filosofia, Ciências e Letras, etc.) não traz homenagem a santos ou clérigos,

mas apenas evidencia o nome da cidade: FACULDADE DE DIREITO DE CAMPO GRANDE.

Característica fundante da escola, ser confessional, apresenta-se nas disciplinas como Cultura Teológica e nas atividades extra-curriculares (Páscoa Universitária, por exemplo). Observa-se-a, também, no fato de todos os seus diretores, e grande parte dos professores, terem sido padres, além do fato da missa, em determinado dia da semana, integrar as atividades acadêmicas. Outro indicativo da qualidade religiosa dessa instituição se verifica na presença, em todas as salas de aula, da imagem de Nossa Senhora Auxiliadora e do crucifixo.

Traços de militarismo, entendido como tendência administrativa rígida hierárquica e burocrática, igualmente se pode constatar nos primeiros anos da FADIR. Exemplo dessa postura, relatado em capítulo anterior, evidenciou-se em episódio de inflexibilidade quanto à justificativa de faltas dos alunos. A proximidade que a época propiciava com os militares e a própria tradição salesiana, igualmente, contribuíram para que militares compusessem os quadros de alunos e professores, e ainda fossem, pelos primeiros alunos, homenageados e escolhidos como nome de turma.

Lembrar, ainda, como característica, que, até pouco tempo, o curso de Direito era exclusivamente noturno, visto que a grande maioria dos seus alunos trabalhavam no período diurno, mostrando a que fração da população o curso se destinava. Outra particularidade é de que essa escola foi direcionada mais para o aspecto profissional do que para a “teórica”, uma vez que, o próprio Parecer nº 774/65 (2º adendo) do CFE orientava: “Num meio com tais características uma Faculdade de Direito não pode deixar de ser essencialmente profissional, destinada a formar militantes do fôro, e não juristas.”

Afirma-se que a história sempre se repete, ainda que seja com outra qualidade. Neste caso em menor escala: enquanto no Brasil-Colônia, rural, as famílias mandavam seus filhos para estudar em Coimbra, o Brasil-Império, mais urbano, construiu faculdades onde formava

a sua juventude. Campo Grande que, no início, formava seus filhos no Rio de Janeiro ou em São Paulo, com o processo de urbanização, viu-se obrigada a fundar seus próprios cursos superiores. O processo de crescimento da cidade foi uma das razões pelas quais Campo Grande apoiou a criação dos cursos superiores; foi uma tentativa de se distanciar da imagem de vila e consolidar o seu projeto de cidade mais letrada do Estado.

Mais um motivo que levou às autoridades a apoiar a criação da FADIR foi a possibilidade de capacitar e formar novos funcionários para a administração pública local, particularmente para o Judiciário. De mais a mais, a cidade também necessitava dos cursos superiores para os egressos dos cursos médios que, na época, avolumavam-se.

Entre os motivos que levaram aos primeiros acadêmicos a procurarem a FADIR estão: a busca por uma profissão reconhecida socialmente com a qual pudessem ganhar a vida; a possibilidade de poderem estudar em Campo Grande, em uma faculdade que permitisse, para a grande maioria, continuar trabalhando no período diurno, e, por fim, pertencer a uma elite que traz a marca da distinção.

A construção da marca da distinção que define uma elite, que pode ser “honesta e cristã”, é realizada pelos próprios integrantes. Todos os elementos simbólicos e concretos que de alguma maneira imprimem diferença ao grupo são importantes e devem ser cultuados. Devem ser incorporados, a ponto de se perder a sua origem histórica; devem ser pensamentos que não se pensam; devem parecer naturais, uma tradição, enfim. A liturgia da produção simbólica é de competência dos iniciados, com jargão, indumentária e rituais próprios.

Os “sistemas simbólicos” distinguem-se fundamentalmente conforme sejam produzidos e, ao mesmo tempo, apropriados pelo conjunto do grupo, ou pelo contrário, produzidos por um corpo de *especialistas* e, mais precisamente, por um campo de produção e de circulação relativamente autônomo: a história da produção e de circulação do mito em religião (ideologia) não se pode separar da história da constituição de um corpo de produtores especializados de discursos e de ritos religiosos, quer dizer, do progresso da *divisão do trabalho religioso*, que é, ele próprio, uma dimensão do progresso da divisão do trabalho social, portanto, da divisão em classes e que conduz, entre outras consequências, a que se *desapossam* os laicos dos instrumentos de produção simbólica (BOURDIEU, 1989, p. 13).

A instalação da Faculdade de Direito no prédio na Rua 14 de Julho, onde também funcionava o Colégio Dom Bosco, já tradicional na cidade, sinalizou as pretensões dos salesianos quanto ao que desejavam para a FADIR. O lugar da instalação da escola foi, portanto, adequado para a construção de uma futura elite: em uma rua que todos identificassem como sendo a que conferia, nas palavras de Oliveira Neto (apud CANTO, 2004, p. 13), a identidade com o poder, a riqueza e a decisão, elementos concretos que irão, pouco a pouco, dar a marca da distinção ao grupo que lá se formou.

O tratamento diferenciado dado aos professores da FADIR, em detrimento dos da FADAFI, é outra característica que vai moldar a cultura escolar daquela faculdade de Direito. Todo o episódio de discussão sobre a diferença salarial entre os dois grupos de professores leva a supor que o corpo docente da FADIR acabou imprimindo um diferencial no tratamento que recebeu da congregação. E também não é demais supor que essa marca acabou contagiando o corpo discente e os futuros bacharéis na sua relação com a faculdade.

Por outro lado, o que se verifica, em certas instituições educativas, segundo Almeida (2003, p. 137), é que o conhecimento escolar é um importante regulador da estrutura da experiência, contribuindo de maneira decisiva para modificar a representação que o aluno tem de si mesmo e que os outros têm dele. As escolas oferecem espaços propícios para a constituição de redes de influências e núcleos de formação de poder estruturados por relações de amizade ou alianças matrimoniais e para a aprendizagem dos modos de gestão das relações (como tratar as pessoas, gerenciar um grupo de trabalho, exercer o poder, etc.). Mas, além disso, oferece os elementos necessários para o desenvolvimento de estilos de vida associados a posições de *status* concretizadoras das fraturas sociais.

Os egressos da FADIR, exemplificados pela primeira turma, modificaram a representação de si mesmos, para eles e para a cidade, posto que ao se formarem bacharéis de

Direito, hoje fazem parte de uma elite estruturada por relações profissionais e de amizade, assim como passaram a integrar o campo jurídico como um dos seus elementos constitutivos.

Para Bourdieu (1998)

O campo jurídico é o lugar de concorrência pelo monopólio do direito de dizer o direito, quer dizer, a boa distribuição (*nomos*) ou a boa ordem, na qual se defrontam agentes investidos de competência ao mesmo tempo social e técnica que consiste essencialmente na capacidade reconhecida de *interpretar* (de maneira mais ou menos livre e autorizada) um *corpus* de textos que consagram a visão legítima, justa do mundo social (p. 212).

e também é

[...] espaço social organizado no qual e pelo qual se opera a transmutação de um conflito directo entre partes directamente interessadas no debate juridicamente regulado entre profissionais que actuam por procuração e que têm de comum o conhecer e o reconhecer da regra do jogo jurídico, quer dizer, as leis escritas e não escritas do campo – mesmo quando se trata daquelas que é preciso conhecer para vencer a letra da lei (p. 229).

Contribuiu, portanto, a FADIR na estruturação do monopólio do Direito pelos profissionais jurídicos, posto que imprimiu, por meio do ensino, a formação de um grupo considerável de bacharéis: futuros advogados, juízes, desembargadores, delegados, promotores, defensores e parlamentares da cidade:

A constituição do campo jurídico é inseparável da instauração do monopólio dos profissionais sobre a produção e a comercialização desta categoria particular de produtos que são os serviços jurídicos. A competência jurídica é um poder específico que permite que se controle o acesso ao campo jurídico, determinando os conflitos que merecem entrar nele e a forma específica de que se devem revestir para se constituírem em debates propriamente jurídicos: só ela pode fornecer os recursos necessários para fazer o trabalho de construção que, mediante uma selecção das propriedades pertinentes, permite reduzir a realidade à sua definição jurídica, essa ficção eficaz. O corpo dos profissionais define-se pelo monopólio dos instrumentos necessários à construção jurídica que é, por si, apropriação; a importância dos ganhos que o monopólio do mercado dos serviços jurídicos assegura a cada um dos seus membros depende do grau em que ele pode controlar a produção dos produtores, quer dizer, a formação e, sobretudo, a consagração pela instituição escolar dos agentes juridicamente autorizados a vender serviços jurídicos e, deste modo, a oferta de serviços jurídicos (Bourdieu, 1998, p. 233).

A FADIR, ao propiciar esse espaço social em que se formam integrantes do grupo que detém “o monopólio do acesso aos meios jurídicos herdados do passado [que contribui] para fundamentar a cisão social entre profanos e profissionais”, unge com a marca da distinção os

seus bacharéis e se consagra como uma escola exemplar para Campo Grande, contribuindo para a produção da estabilização das relações de classe.

A identificação de mecanismos através dos quais a escola brasileira contribui de maneira específica para a produção de um sentimento de pertencimento ao grupo e de diferença dentro do grupo aponta para a força do modelo histórico de estabilização das relações de classes ao longo das gerações que resultou do encontro entre a auto-reprodução do sistema escolar e a reprodução dos grupos sociais (ALMEIDA, 2003, p. 146).

Não esquecer, no entanto, que mesmo entre bacharéis existem diferenças, visto que “[...] a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação a cultura dominante” (BOURDIEU, 1989, p. 11).

Assim, seguindo o lema extraído da frase que o rei de Sodoma disse a Abraão – *da mihi animas caetera tolle* (Gen, 14, 21) – os salesianos, por meio da FADIR, talvez tenham conseguido “salvar” as almas dos seus alunos e imprimir-lhes as marcas da distinção e do “bom cristão”. Uma coisa é certa: construíram laços simbólicos e afetivos, inclusive com aqueles que, por opção ideológica, posicionam-se diferentemente, pelo simples fato de que estes, também, freqüentaram suas escolas.

## FONTES

AGE – Acadêmico de Direito. Os números e a nossa Faculdade. **Jornal Tribuna Universitária** nº 1, Campo Grande, 12 de março de 1967.

ASSIM foi a formatura da primeira turma da Faculdade de Direito de CG. **Jornal Diário da Serra**, Campo Grande, 27 de dezembro de 1970, p-4-5.

AULA proferida pelo Governador Pedrossian. **Jornal Correio do Estado**, 1º/03/1966, p. 1.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. **Atas das sessões legislativas de nº 1051 a 1805**, no período compreendido entre 03/02/1960 a 29/10/1970.

CAMPO GRANDE: 70 milhões para os cursos universitários. **Jornal Correio do Estado**, Campo Grande, 25/10/1965, p. 1.

CARVALHO, Nei Sant'Anna de. Reflexões. In **Jornal Tribuna Universitária** nº 1, Campo Grande, 12 de março de 1967.

CASTELO Branco cidadão matogrossense. **Jornal Correio do Estado**, 02/07/1965, p. 1.

CONGREGAÇÃO dos professores da Faculdade FADAFI. **Atas das reuniões**, entre 13/03/1962 a 04/03/1967.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Parecer nº 774/65; Parecer nº 69/69 e Parecer nº 393/71. **Documenta**.

CUNHA, Cleómenes Nunes - **Depoimento** concedido em 31 de maio de 2004 – Campo Grande – MS.[não gravado]

ESTATUTO DO DACLOBE. DIRETÓRIO ACADEMICO CLÓVIS BEVILÁCQUA, 1966.

DOMENICI, Ariento. Faculdade de direito de Campo Grande. **Jornal do Comércio**. 16 de outubro de 1965-a

\_\_\_\_\_. A cidade: Faculdade de direito. **Jornal do Comércio**. 21 de outubro de 1965-b

FACULDADE DE ODONTOLOGIA E FARMÁCIA. **Correio do Estado**, Campo Grande, 1999. Caderno especial em comemoração ao Centenário de Campo Grande, p. 62.

FADIR - Revista da Faculdade de Direito de Campo Grande - **FADIR: 25 anos**. Campo Grande, 1990, FUCMT.

MISSÃO SALESIANA. **Pedido de Reconhecimento**. Campo Grande, 1964, Missão Salesiana.

NETTO, Pedro M. F. A hora e a vez dos extremados. **Jornal Tribuna Universitária** nº 5, Campo Grande, agosto de 1967.

QUEIMADO o material subversivo da Biblioteca Municipal. **Jornal Correio do Estado**, 10/10/1965, p. 1.

RELATÓRIO das atividades do Diretório – período 23/10/66 a 15/03/68. Campo Grande, **DACLOBE**, 1968.

SIUFI, René. A obrigatoriedade de participação. **Jornal Tribuna Universitária** n° 5, Campo Grande, agosto de 1967, p. 3.

URIZAR, Ferdinando José. **Depoimento** concedido em Campo Grande – MS, 08/07/2005.

VALE, Hugo P. do. Liberdade abre as asas sobre nós. **Jornal Tribuna Universitária**, Campo Grande, 12 de março de 1967.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

ALMEIDA, Ana Maria F. Um colégio para a elite paulista. In NOGUEIRA, Maria Alice; \_\_\_\_\_ (org.). 2ª ed. **A escolarização das elites: um panorama internacional da pesquisa**. Petrópolis, Vozes, 2003.

ARANTES, Aldo. **24ª Gestão: A resistência da UNE à tentativa de golpe em 1961. História da UNE: depoimentos de ex-dirigentes**. V. 1. São Paulo, Livramento, 1980.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MS, <<http://www.al.ms.gov.br/deputados/>>, em 21.07.2005.

AZZI, Riolando. **Trajetória da educação católica no Brasil (1844 a 1944)**, disponível em <<http://www.eduline.com.br/aec/trajetoria/posicao.htm>>, acessado em 16.04.05.

\_\_\_\_\_. **A cristandade colonial: mito e ideologia**. São Paulo, Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. **Os salesianos no Brasil: à luz da História**. São Paulo, 1983.

BARROS, Abílio Leite de. Crônicas de uma vila centenária. In **Campo Grande: 100 anos de construção**. Campo Grande, Matriz, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o poder simbólico**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989.

BUFFA, Ester.: NOSELLA, Paulo. **Escola de Engenharia de São Carlos - os primeiros tempos: 1948-1971**. São Carlos, EdUFSCar, 2002.

\_\_\_\_\_. **Schola Mater: a antiga escola normal de São Carlos**. São Carlos, EdUFSCar,, 2000.

\_\_\_\_\_. **A escola profissional de São Carlos**. São Carlos, EdUFSCar, 1998.

BRASIL. Lei nº 4.464 de 09 de novembro de 1964 (Lei Suplicy).

CABRAL, Paulo Eduardo. Formação étnica e demográfica. In **Campo Grande: 100 anos de construção**. Campo Grande, Matriz, 1999.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE,

<<http://www.camaraonline.ms.gov.br/vereadores.asp>> em 21.07.2005.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, <<http://www2.camara.gov.br/deputados>> em 21.07.2005.

CAMPESTRINI, Hildebrando; GUIMARÃES, Acyr Vaz. **História de Mato Grosso do Sul**. 5ª ed. Campo Grande, Instituto Histórico e Geográfico de MS, 2002.

CANTO, Sheila. 14 de Julho, o maior corredor econômico da cidade. **Jornal Correio do Estado** – edição especial: Campo Grande, 105 anos. 25/08/2004, p. 13.

CARVALHO, José Murilo de. **A escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória.** 2ª ed. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002.

CASTRO, Afonso de. **Formação Salesiana: trabalho, educação e ética.** Campo Grande: UCDB, 2003.

CHAUI, Marilena. **Escritos sobre a universidade.** São Paulo, Ed. Unesp, 2001.

COLÉGIO DOM BOSCO (Piracicaba). <<http://www.db-piracicaba.com.br/dombosco/datas.asp>>, acessado em 16.04.2005.

COLÉGIO DOM BOSCO <<http://www.salesianos.com.br/dombosco/fotos.htm>>, acessado em 17.11.2003

COLÉGIO SALESIANO SÃO GONÇALO. Institucional.

Em <[http://www.cssg.g12.br/institucional/inst\\_quemsomos.asp](http://www.cssg.g12.br/institucional/inst_quemsomos.asp)>, acessado em 16.04.2005.

CONTAR, Eduardo. **A Babel que deu certo.** Campo Grande, 2005. No prelo.

COSTA, Edinamar Aparecida da Silva. **Reflexões sobre a formação didático pedagógica e atuação docente nos cursos de graduação em Direito de Uberlândia.** Dissertação / Mestrado em Educação do Centro Universitário do Triângulo. Orientação: Décio Gatti Jr. Uberlândia, 2000.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade crítica.** 2ª ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1989.

DAYRELL, Juarez. A escola como espaço sócio-cultural. In DAYRELL, Juarez (org.).

**Múltiplos olhares sobre educação e cultura.** Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1996. p. 127-193.

DOCUMENTO. REVISTA ARCA nº 7. Encarte. **Arquivo Histórico de Campo Grande,** MS, 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Conhecimento e cultura na escola: uma abordagem histórica. In DAYRELL, Juarez (org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura.** Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1996. p. 127-193.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo, Edusp, 2004.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **A universidade brasileira em busca de sua identidade.** Petrópolis, Vozes, 1977.

FERREIRA, Olavo Leonel, História do Brasil. São Paulo, Ed. Ática, 1995

FORQUIN, Jean-Claude. Pedagogia, sociologia e cultura..In **Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos.** 7ª ed. t. II. Rio de Janeiro, José Olympio, 1985.

\_\_\_\_\_. **Ordem e Progresso.** 3ª ed. v. II. Rio de Janeiro, José Olympio, 1974.

FURTADO, Alessandra. Cristina. A educação escolar católica em Ribeirão Preto – SP: um estudo sobre o colégio Nossa Senhora Auxiliadora (1918-1960). **Revista Plures-Humanidades** V. 4, nº 1. Ribeirão Preto, 2003.

GARCIA, Edison de Britto. **Quase memórias**. 1ª Parte. Campo Grande, s/ ed.,1986.

GARDIN, Cleonice. **Campo Grande: entre o sagrado e o profano**. Campo Grande, EdUFMS, 1999.

GATTI JUNIOR, D. Reflexões Teóricas sobre a História das Instituições Educacionais. **Ícone**, v.6, n.2, julho/dez, 2000.

GATTI JUNIOR, Décio; PESSANHA, Eurize Caldas., in \_\_\_\_\_; INÁCIO FILHO, G. **História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas, Autores Associados; Uberlândia, EDUFU, 2005.

GIMENO SACRISTÁN, J. Escolarização e cultura: a dupla determinação. In: SILVA, L. H. AZEVEDO, J. C. & SANTOS, E. S. dos. **Novos Mapas Culturais. Novas Perspectivas educacionais**. Porto Alegre, Sulina, 1996.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

INEP.<[www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br)> , acessado em 23.02.2005.

JULIA, D. A Cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, SBHE. n.1, Jan/jun, 2001.

LEITE, Luis-Philippe Pereira. **A obra dombosquiiana e o oeste brasileiro**. Cuiabá, Liceu de Artes e Ofício de São Gonçalo, 1983.

LESSA, Ivan. **Ivan vê o mundo**. Rio de Janeiro, Objetiva, 1999.

MACHADO, Paulo Coelho. **A grande avenida: pelas ruas de Campo Grande**. Campo Grande, Prefeitura Municipal; FUNCESP; UBE, 2000.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo Nexos: História das instituições educativas**. Bragança Paulista, Ed. Universitária São Francisco, 2004.

\_\_\_\_\_. As cidades e a educação em Portugal. **Educação Unisinos**, vol. 5, nº 9, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, jul/dez, 2001.

\_\_\_\_\_. Contributo para a História das Instituições Educativas – entre a memória e o arquivo. In FERNANDES, R., MAGALHÃES, J. (orgs.). **Para a História do Ensino Liceal em Portugal**. Actas dos Colóquios do I Centenário da Reforma de Jaime Moniz (1894-1895). Universidade do Minho, Braga, 1999.

\_\_\_\_\_. Um Apontamento metodológico sobre a História das Instituições Educativas. In SOUZA, C., CATANI, D. (orgs.) **Práticas Educativas, Culuturas Escolares, Profissão docente**. II Congresso Luso-brasileiro de História da Educação. São Paulo, Escrituras, 1998.

MULTIRIO <[www.multirio.rj.gov.br/historia](http://www.multirio.rj.gov.br/historia)>, acessado em 15.06.2003.

NEGRÃO, Ana Maria Melo. Educar para a cidadania através de valores católicos: Liceu Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora. In NASCIMENTO, Terezinha A. Q. Ribeiro do [et al.].

**Memórias da educação: Campinas (1850-1960)**. Campinas, Ed. UNICAMP, 1999.

NISKIER, Arnaldo. **Educação brasileira: 500 anos de História (1500-2000)**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Consultor, 1996.

NOBRE, Marcos; REGO, José Márcio (org.). **Conversas com filósofos brasileiros**. São Paulo, Editora 34, 2000.

NOGUEIRA, Maria Alice; ALMEIDA, Ana Maria F. *Apresentação*. \_\_\_\_\_ (org.). 2ª ed. **A escolarização das elites: um panorama internacional da pesquisa**. Petrópolis, Vozes, 2003.

PAVANELLO, Vitório. *Arquidiocese*. In **Campo Grande: 100 anos de construção**. Campo Grande, Matriz, 1999.

PEREIRA, Joaquim Sebastião. A evolução político-administrativa de Campo Grande. In **Campo Grande: 100 anos de construção**. Campo Grande, Matriz, 1999.

PEREIRA, Luiz. **A escola numa área metropolitana: crise e racionalização de uma empresa pública de serviços**. São Paulo, 1967.

PESSANHA, Eurize. Caldas (Coord.). **Um estudo comparativo sobre a cultura escolar de instituições escolares exemplares constituídas no processo de urbanização e modernização das cidades brasileiras** PROJETO DE PESQUISA - TEMPO DE CIDADE, LUGAR DE ESCOLA: (1880-1970), CNPq nº 481397/2004-3, 2004.

PESSANHA, Eurize Caldas;. DANIEL, Maria.Emília. Borges; MENEGAZZO, Maria. Adélia. Da história das disciplinas escolares à história da cultura escolar: uma trajetória de pesquisa. Rio de Janeiro, **Revista Brasileira de Educação**, Set/Out/Nov/Dez 2004 N. 27. ANPED.

PESSANHA, Eurize. Caldas;.DANIEL, Maria.Emília. Borges; SILVA, Fabiany. Tavares Cássia; MENEGAZZO, Maria. Adélia. **CD-Rom – XXVI Reunião da ANPED** (Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação ), 2003.

PESSOA, Fernando. **O eu profundo e os outros eus**. São Paulo, Nova Fronteira, 1980.

PETITAT, André. A escola e a produção da sociedade. **Revista Educação e Realidade** Nº 14. Porto Alegre, jul/dez, 1989

RAMA, Angel. **A cidade das letras**. São Paulo, Brasiliense, 1985.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei; JUNQUEIRA, Eliane Botelho. **Ensino do Direito no Brasil: diretrizes curriculares e avaliação das condições de ensino**. Florianópolis, Fundação Boiteux, 2002.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Vozes, 1983.

ROSA, Maria da Glória Sá. Félix Zavattaro: o padre salesiano que marcou a cultura e foi precursor do ensino superior em Campo Grande in **Personalidades: coletânea de textos**. Série Campo Grande, ano IV, 2002.

SALGADO, Edgar Monteiro. **Mato Grosso do Sul e a Mesopotâmia do Prosa e Segredo**. Campo Grande, E. M. Salgado, 2001. P. 77-83.

SAMPAIO, Helena. **Ensino Superior no Brasil: o setor privado**. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 2000.

SAMPAIO, Maria das Mercês Ferreira. **Um gosto amargo de escola: relações entre currículo, ensino e fracasso escolar**. São Paulo, 1998.

SENADO FEDERAL <[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)>, acessado em 25.01.2004 e 21.07.2005.

SOCIEDADE DOM BOSCO <<http://www.donbosco.es/SDB/>>, acessado em 06.11.2003

SODRÉ, Nelson Werneck. **O que se deve ler para conhecer o Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

SOUZA, Fátima de. **Templos de Civilização: a implantação de Escola Primaria Graduada no Estado de São Paulo –1890/1910**. São Paulo, Ed. UNESP, 1998.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Em <[http://www.uc.pt/prospecto/n\\_hist/index.html](http://www.uc.pt/prospecto/n_hist/index.html)>, acessado em 09.02.05.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação é um direito**. São Paulo, Editora Nacional, 1967.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GOSSO DO SUL <[www.tj.ms.gov.br](http://www.tj.ms.gov.br)>, acessado em 25.07.2005

VARELA, Julia e ALVAREZ-URIA, Fernando. **Arqueologia de la escuela**. Madrid, Ed. La Piqueta, 1991.

VIÑAO FRAGO, Antônio. El espacio y el tiempo escolares como objeto histórico. **Revista Contemporaneidade e Educação**, ano V. n.7, 1º sem/2000.

VIÑAO FRAGO, Antônio; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade (a arquitetura como programa)**. Rio de Janeiro, DP&A, 1998.

WIRTH, Morand. **Dom Bosco e os salesianos**. São Paulo, Editorial Dom Bosco, s/d..

## ANEXOS

### 01 – DEPOIMENTO DE FERDINANDO JOSÉ URIZAR – CAMPO GRANDE – MS - 08/07/2005.

Arnaldo (A) – Nosso objetivo é descobrir quem eram os alunos que fizeram o 1º vestibular em 66 e concluíram em 70. Eu tenho a lista aqui dos formandos. Eu gostaria que se o SP pudesse acompanhar aqui ai eu vou tomando nota aqui eu não conheço todas essas pessoas e nem sei se elas estão atuando.

Ferdinando (F) – eu conheço. Essa 1ª já faleceu Álvaro Inácio eu não sei mais ele foi aluno

A – ele teve algum cargo público ?

F – não! A Acinay era diretora quando estudava ela era diretora de uma escola Municipal, isso quando acadêmica, depois eu não sei o que aconteceu com ela, depois ela faleceu mais tarde.

Álvaro Inácio de Souza também não exercia algum não sei mais ele foi aluno. Ele não exercia nenhum cargo talvez seja um dos mais antigos na época era um dos mais velhos.

Bom! Ana Maria Barbosa sim também. Antônio Alves faleceu também. Grande pecuarista.

A – pecuarista Antônio?

A – essa doutora Ana Maria faleceu

F – não. Quem faleceu é o Prado. Ana Maria não sei, parece que era professora mas não tenho certeza

Arthur Antonino era comerciante, você quer saber o que eram antes né?

A – é, na época o que é

F – Ari Rodrigues de Souza

A – e se mais tarde eles assumiram algum cargo público?

F – sei Ari Rodrigues de Souza era de Camapuã, era pecuarista também. Ascario Nantes também

A – pecuarista?

F- Ascário Nantes, o que ele fazia antes? Olha esse eu não sei, ele não era ... era meio pecuarista sabe? Bendito de Campos Castro era Coronel da Polícia Militar, Coronel Delegado né? mais da reserva já Carine Michequer.

A – Carine é uma Senhora?

F – é uma senhora baixinha, ela faleceu também

A – não lembra, na época ela era

F – professora. Claudionor Boyelho, esse eu não sei, foi embora, eu não sei

F – Darci Cardoso Terra é... ela era musicista né? Professora de musicista na época e hoje ela é defensora, ela é Procuradora da Defensoria Pública. Dolivar Age Monteiro, ele era farmacêutico militar farmacêutico

A – farmacêutico

F – depois ele se aposentou também não .... mas militar e farmacêutico . Edson Carlos de Souza Rosa, ele mexia muito com negócio de transporte de ônibus sabe esse negocio de ônibus transporte coisa assim, transporte municipal, Lili Amaral

A – é uma senhora ou um senhor?

F- é uma senhora. Ela é qualquer coisa, se não me engano ela é defensora publica, não sei não tenho certeza mas. Ely Betina Ramão Amarilha era, ela era professora e depois foi promotora. Eunil Pereira de Souza.

A – Eunil era...

F – Mulher. Ernesto Garcia de Souza era professora aposentado. Faies Ana Risi era comerciante.

A – O senhor era na época?

F – contador do Senai

F – Frederico Luiz de Freitas era também contador Genilda Ribeiro da Silva, não sei, essa eu não sei Genise Vieira Mônica Filartiga ela era Genise, eu sei que depois ela foi datiloscopista da Polícia Federal, ela se aposentar com esse, é isso né? Datiloscopista da Polícia Federal? É isso né? German ... era médico

A – já era médico naquela época?

F – já era médico. Nilda Neves Gonçalves, não me lembro dela. Henrique Pires de Freitas que que eram? Como chamavam os irmãos dele as metralhas lembra dele não? Não! Tinham dois irmão que eram dourados eram os Freitas. Eles era já advogados os dois e ele era pecuarista, porque na época parece que depois ele foi pecuarista. Hugo Pereira Vale, esse é médico, era médico

A – morreu?

F- já morreu. Ivone Alves Ribeiro, hoje ela é Defensora Pública, procuradora deve ser, é como essa outra

A – Da Defensoria Pública,

F – Defensoria Pública, deve ser procuradora

A – É Ivone mesmo. Ela não é parente da Ivone Ribeiro Alves lá não nê?

F- Não sei, eu não sei porque. Itsume Murakami. Secretária na época. Na época era secretária, depois disso.

A – era secretária

F – Itsumi Murakami, ta certo, era secretária. Ivan Sales de Melo era funcionário do Banco do Brasil. Jarí Fernandes era tenente da Polícia Militar. João Batista Pereira também

A – tenente também?

Também . João Bosco de Castro era Secretário do Dom Bosco, João Jucemar da Rocha era Contado. Jorge Benjamim Curi era fiscal de rendas do Estado.

A – mas ele era fiscal?

F – era na época era fiscal de renda do Estado. Conhece ele? Não?

A – não senhor

F – hoje é tributarista

A – eu me pergunto se para ser fiscal na época não era necessário ser advogado?

F – não

A – já era fiscal não? Então ele trabalhava tranquilo que se chamava coletoria?

F – talvez, talvez seja. O nome eu não sei. Mas ele era fiscal de renda

A – de renda

F – é

A – ele não é médico não né?

F – não. Ele é advogado só. José Bonifácio Amorim dos Santos, ele na época era Secretário do SENAI. Juarez Marques Batista, ele era Bancário Lucila Cipriatra, era professora também, deve ser professora Cipriatra nê? Luiz Felipe Santa Rita de Ataíde Castro, esse era bom vivante, não trabalhava, talvez era o mais moço da turma ele é

A – filho de pecuarista talvez?

F- não, não, ele é filho de general

O pai dele era general, Luiza Bonazara Alves, eu não sei o que ela era não. Maria Aparecida de Almeida, também não conhecia, Não sabia o que que ela era. Maria Aparecida Moura. Maria de Lourdes Cruz Macedo também, essas eram até moças sabe e a gente não sabia muito delas. Aqui ta aqui quantos tem aqui?

A – sessenta e um

F – sessenta e um, então ta certo é isso mesmo Maria de Lourdes Zeola. Essa aqui Maria de Lourdes Zeola ela não terminou com a gente aqui

A – ah! Ta

F – ela foi transferida. Marilsa Lucia Fortes de Souza era professora e hoje é juíza auditora militar. Mario Eugenio Perón, também eu não sei o que era, ele é não sei o que é, Meirtes Figueiró, também não formou com a gente aqui não

A – é uma senhora?

F – é hoje é Meirtes Figueiró. É homem

A – é menina

A – é menina. Uma moça. Néscio Cardoso, era militar da reserva, quando tava fazendo o curso. Ney Santana de Carvalho era do Banco do Brasil Nil Fun... Boateiro, era Major do Exército. Oscar Salazar de Moura era cartorário, como é?

A – Cartorário

F – cartorário do 5º ofício. O que morreu agora. Otavio Alves de Souza era dos correios e telégrafos

A – funcionário dos correios

F – Renê Siufim eu não sei o que era na época

A – talvez filho de pecuarista

F – Renê, não é esse Renê que ta agora que é criminalista. Eu não sei onde que ele trabalhava. Que que ele fazia antes. Pode ser até filho de comerciante. Rosa Sadi, já morreu também porque que ta anotando assim?

A – são mulheres

F – Ah! São mulheres

F – Rosa Sadi também faleceu ela era proprietária de hotel, sócia de um hotel, sócia de um hotel Rio Hotel Cia proprietária de um hotel. Darcy Santana é jornalista.

A – hoje é jornalista. E era também na época?

- F – era na época e continua sendo.... De Oliveira Soares, se não me engano era do correio viu. Tereza Guimarães Onário, essa já morreu de acidente era filha de pecuarista. Tereza Maria Barbosa, essa eu não sei Vandair de Jesus era Militar reformado, Vilma Luiza, Vilma Helena Kaviek, eram bancário.
- A – muito bem
- F – esse é oque lembra +/- 61 não falta ninguém aqui você pegou?
- A – a lista completa? Há, há, há
- F- esse deve ser mais ou menos.
- A – eu peguei nessa publicação saiu a lista
- F – Aqui?
- A – É na pagina central saiu
- F – a lista pessoal nê?
- A - do pessoal todo. É, eu tenho +/- o roteiro aqui
- F- depois eu vou te dar algumas coisas pra, sobre a faculdade a criação da faculdade, cei essas coisas.
- A – já já tenho tudo, toda a papelada aqui! É a origem do senhor é de pecuarista
- F – não, não, eu na época era contador
- A- o senhor era contador
- F – era contador na época
- A – e o senhor.... é a família do senhor era de?
- F – é de Ponta Porá
- A – Ponta Porá. O senhor trabalhava? Na época o que o senhor fazia...
- F – sim, era contador do Senai
- A – o senhor já trabalhava ou seja, não podia fazer a faculdade de dia tinha que fazer a noite
- F – não, só a noite, todos eles aí é só a noite
- A – todos nê?
- F – tinha algumas pessoas talvez ai as mais moças
- A – talvez pudessem
- A – a gente então não erra em dizer que que a classe era classe média, não era a classe mais abortada da cidade que foi fazer faculdade de Direito?
- F – não, classe média exatamente é inclusive 50% era uns retardatários, aqueles que terminaram o curso secundário, que não havia faculdade. Então ficamos esperando, esperando 10, 15 anos, entendeu? Então nessa turma nós temos aqui médicos, 2 médicos nê? Temos farmacêuticos, temos oficial do exercito, oficial da policia militar, quer dizer gente já inclusive aposentada
- A – já com uma idade mais avançada
- F – já na altura dos 50 anos. O Coronel Couto por exemplo era delegado, ele tinha nessa base 48\50 anos, então era a turma dos nê? Isso correspondia 50% talvez resto já era essas moçinhas mas tudo classe média nê?
- A – normal. Entraram 150 alunos
- F – entraram? Não, nós fizemos o seguinte houve um pré-vestibular
- A – sim
- F – em novembro\65 a fevereiro\66 menos de três meses houve um pré-vestibular
- A – um cursinho?
- F – um cursinho pra pré-vestibular, desse participaram 144 candidatos muito bem, destes nas inscrição para o vestibular participaram 166
- A – 166
- F – 166
- A – para 150 vagas
- F – é, vaga eram 150, mas na realidade dos 166 que participaram do vestibular, apenas 99 se inscreveram quer dizer, começaram no 1º ano
- A – 99
- F – 99
- A – ah! Certo
- F – esses foram os 1ºs alunos nê?
- A – o Senhor não saberia me dizer porque que esses outros candidatos
- F – Ah! Muitos porque não preencheram as condições nê? Outros desistiram por qualquer motivo entendeu? Mas houve sempre...
- A – começaram 99?
- F – começaram 99
- A – formaram 61. desses 99 porque que desistiram?
- F – ah! Muitos foram, pediram transferência, nê? Por exemplo nós temos aqui Milton Santos Pereira é Senador aqui. Levi Dias o superintendente aqui da telefônica Nilton Gandi, chamava ele era superintendente da telefônica e esses mais alguns outros aí talvez uns 6 ou 7 elementos transferiram para Uberaba a época que

tinham num curso vaga e aqui a presença era obrigatória, entendeu? E eles achavam no literalmente que não tinham condições de fazer isto, então transferiram pra lá porque era curso vago. Então esses são uma... as outras desistiram, foram desistindo né? Não eram vocacionadas pra profissão né?

A – perfeito

F – e essas transferências né? Eu sei que a formatura foram 61 agora de 99 61 2\3. é

A – como é que era e como é que foi a instalação da faculdade.

F – bom! Eu tenho que a instalação ocorreu aí eu talvez aí em meados de 1965 em que a missão salesiana conseguiu a aprovação no Ministério da Educação. Isso foi em 1965 mais ou menos a partir disso então dói-se formando quadro de professores porque na época era muito exigente. Nós estávamos no período revolucionário. Então o Ministério da Educação era muito rigoroso na qualidade dos trabalhos dos professores e no próprio vestibular. Eles acompanhavam. Depois eu vou dizer a você. Vou te dar um exemplo do que era o rigorismo da época. Então nesse período tudo é, nós tivemos praticamente dentro de setembro talvez de 65 a março quando houve vestibular e já iniciou. Nós não tínhamos nem estavam preparando as salas ficou até muito bonitas mas encima da Igreja Dom Bosco que é no próprio prédio. Era uma sala especial

A – entrada pela Igreja

F – a entrada era pela 14, logo depois da Igreja entendeu?

F – e no 1º e 2º andar fizeram salas muito bonitas, dias eram belíssimas as salas né? E lá nos começamos e terminamos lá e depois a partir da 3ª, 4ª turma parece que ampliaram que tinham em outros andares. Mas nós começamos lá e eu tava dizendo a professores eram os melhores profissionais da época. Nós tínhamos aqui um exemplo de desembargador que o José João de Azevedo. Depois eu vou lembrar o nome dele João Azevedo exemplo desembargador catedrático de direito processual civil. Tinha o Dr. João Lacerda ex-desembargador aqui também são os mais antigos, eu tô citando os mais antigos, e depois vinha o Eduardo, Eduardo Machado Metello, João Pereira da Silva e outros que vinham mas foram selecionados tudo com rigor e, era tão rigoroso que nós tínhamos que ter um limite máximo de presença, caso contrario ficava de 2ª época por qualquer coisa.

A – o limite mínimo de falta era

F – um exemplo que eu vou dar, esse Dr. Hugo Pereira do Vale, que é escritor e expedicionário ele foi convocado, talvez pelo Ministério do Exército, na época, ministério da guerra, ele foi convocado para representar o Brasil em Haia num seminário, sobre ex-combatentes da 2ª guerra. Isso era mês de novembro mais ou menos

A – de que ano o Sr. Lembra? 1º 2º ano

F – talvez seja 2º ano de 67. ele pediu tava marcado nessa prova para novembro, ele pediu, solicitou um adiamento. A faculdade diz que não tinha amparo legal, ele recorreu ao ministério da Educação não conseguiu, recorreu ao ministério da guerra, não era possível, isso era problema exclusivo da faculdade. Só ela poderia ter resolvido. Ele não teve dúvida foi embora, ficou em 2º época. Não havia, e era período revolucionário. Não assumindo aquele rigor não podia faltar era coisa né? Agora...

A – e esse rigor vinha dos padres ou vinha de onde?

F – vinha dos padres, dos próprios padres e da fiscalização do ministério né? O ministério fiscalizava mesmo então os padres também era, coisa nova e tal. O padre, 1º diretor vosso pai o padre Pedro Alves Ferreira, um goiano, era formidável, ele nos acompanhou o 1º ano todinho, ele foi professor de introdução e ciência do Direito, difícil uma matéria para todo mundo muito difícil. Mas ele nos acompanhou até o 1º ano, depois então ele deixou com o Padre Scampini. E nos tivemos então esse período que foi o início de tudo né? Em 1966\67. em 67 em 66 nos já criamos o Daclobe que é o Diretório Acadêmico Clóvis Bevilaquia. O Diretório foi que deu uma boa alavancagem nos trabalhos a, quer dizer, o nível, o ambiente universitário começou através do daclobe não havia nada ainda era a 1ª talvez na época se houvesse a faculdade de filosofia, e letras e o Instituto de Bioquímico, setor de ciências bioquímicas da farmácia e odontologia, eram as únicas faculdades da época. Muito bem, então o daclobe foi formado 2 partidos na época da eleição do daclobe, partido Unadep era União Acadêmica Democrática Cristã e o outro era o partido da universidade liberal a Unadec ganhou foi eleito Juarez

A – no outro lado quem tava?

F – no outro lado René Siufi, Ascário Nantes exatamente isso aí, eu me lembro bem esses eram da outra parte eu era da Unidéc e quem mais, Dora Terra, é eu vou te dar depois essa relação aí. Bom então

A – mas a diferença, como tava no período revolucionário, a discussão se dava em torno de que? De propositos ou de política?

F – não. Propostas, mais propostas porque a política, praticamente ela era meio cercada né? Era problema então não havia grandes né? Embora para o daclobe tenha feito, olha grandes avanços em campanhas né? Campanhas por exemplo coral universitário, quer dizer teatro universitário começou é jogos universitários o daclobe que começou iniciou tudo três campanhas fundamentais na época em pouco tempo praticamente

criação da universidade federal de Mato Grosso com sede em Campo Grande, não tinha muito bem, essa foi uma campanha espetacular 30 mil assinaturas hein?

A – Encampada pelo Daclobe?

F – iniciada e encampada pelo Presidente da Comissão, eu vou te dar todos os nomes das pessoas, todos que participaram, inclusive o Presidente da comissão foi Juarez Marques Batista. Ele participou com um, me parece com mais de 30 mil assinaturas conseguiu para solicitar ao Ministério da Educação e ficou uma questão de tempo apenas para criação. A outra foi a junta de conciliação e julgamento, que era uma atividade que todo mundo esperava há muito tempo mas não vinha, daí então também foi outra e uma outra que também era fundamental para o estado que era o asfaltamento da BR 161- Campo Grande Porto 15 que é hoje Bataguassu, essa foi uma campanha também a nível de estadual praticamente, então, foram todos feitos pelo Doclobe e tem uma relação aí que eu vou te passar sobre todas as campanhas, sobre tudo o que foi feito. Então, realmente deu aquela porque a partir formal da Universidade ela continuou formal.

A – mas não existia, a gente saber por exemplo que o Dr. René, o Dr. Nantes, eles são vinculados ao partido Comunista, hoje a gente pode dizer isto com tranquilidade, não sei se na época se sabia, ou se eles eram, ou militavam, e essa discussão existia no meio dos estudantes?

F – não, não existia, existia apenas, como você mesmo está dizendo, você citou e eles procuram entrar num partido diferente nê? Praticamente foram, por exemplo não sabia que eles eram do partido comunista, com isso...então eles criaram um partido liberal, acadêmico liberal e a outra parte foi pro Unadec então a Unadec realmente é que passou ne e eu participei do Conselho deliberativo e comecei a fazer muita coisa também a parte administrativa, balanço, essas coisas, eu vou te mostrar, você vai levar isso pra tomar entendeu?

A – tirar uma cópia... se o Sr. Me permitir

F – ai você faz a matéria encima disso aí sem precisar tanto. Muito bem, então com relação a isso você vê que num 1º é o daclobe foi fundamental nessas iniciativas que foram feitas e depois disso não tomei conhecimento de mais nada que tivesse acontecido. E é o fato que a gente tem esse trabalho que ta registrado, e inclusive no 1º relatório do daclobe que nós fizemos e o Juarez ele é um sujeito dinâmico nê? Trabalhador, ele fez o relatório da gestão dele entendeu?

A – eu queria saber o seguinte : eu conversando com o vereador indo lá em Ponta Porá, atualmente ele é promotor. Ele foi da turma de 75 mais ou menos se não me falha a memória ele disse que os calouros eles eram obrigados a usar uma boina, eu não sei exatamente se foi só a turma dele. O senhor se lembra de alguma pratica desse tipo, dessa... com relação...

F – não

A – com relação à exigência da vestimenta, era necessário ir com paletó e gravata, existia essa rigidez?

F – não, não. Só alguns alunos, os professores, todos eles iam sempre de gravata e alguns alunos, como exemplo esses dois médicos o Hugo Pereira do Vale o outro Boliviano, como é que chama ele o Dr. Esse que eu disse até agora são os dois médicos, eles iam o Dr. Hugo usava uma gravatinha borboleta ele o outro formal eles todo dia estavam assim no frio um capacete de por cima nê, já formados nê? Médicos nê, então a gente tinha, mas não que fosse obrigado isso, não havia obrigatoriedade nisso, Nem esse boné aí. Não existia não. Talvez tivessem feito isso depois.

A – o Sr. Se lembra como era os exames

F – eu acho que era só escrito, o oral não tinha não, não me lembro de ter, não me lembro pode até ter , mas foi uma coisa tão coisa que não aconteceu, a gente lembra que estudava muito entendeu porque tinham realmente porque as provas eram fiscalizadas mesmo, tinha um bedel lá andando entre as carteiras nê? E tudo isso em função desse período pré-revolucionário nê? que o ministério da Educação participava ativamente, então era o rigor com os professores nê? Escolhidos com competência e os alunos naturalmente o vestibular nê que era ... veja que com 166 passaram 99, só e se formaram 61 eu lembro que na 1ª turma, talvez no 1º ano. Em introdução a ciência do direito, ficaram mais de 20 da 2ª época

A – o Padre Agraite era seu professor?

F – foi, foi um tempo só

A – me contaram que ele era exemplo de rigidez

É, era muito rígido e por essa rigidez é que ele ficou incompatível com o pessoal, então aí ele se afastou. O Padre Agraite era muito. Ele professor já

A – era aula de filosofia

F – ele era, ele dava economia, economia não, é economia política

A – vocês tiveram aula de religião?

F – tivemos, de religião e de filosofia

A – quem que dava aula de religião, o senhor lembra?

F – religião? Não, religião não é ...

A – cultura teológica?

F – cultura teológica e cultura filosófica esse caiu inclusive no vestibular cultura teológica

A – teológica?

F – teológica, eu lembro q eu foram 250 perguntas

A – mas cultura teológica caiu no vestibular?

F – pêra ai um pouquinho, péra ai, se foi, agora até preciso.

A – acho que foi sociologia

F – foi no decorrer, não foi no vestibular não, no decorrer, nós tivemos, parece 2 anos de cultura teológica e filosófica, depois conseguimos eliminar porque era muito pesado nê

A – e o que se estudava em cultura teológica?

F – toda parte teológica da igreja é, eu lembro que foram 250 perguntas que fizeram numa prova, parece que no vestibular não. Porque no vestibular não podia ter entrado isso. Eu sei que eu lembro que peguei 250 perguntas assim pra poder ler aquilo e praticamente decorar porque era difícil. Na época era e foi um período que eu não me lembro agora se foram 2 anos ou até mais viu, então nós tivemos cultura teológica

A – o senhor na época era católico?

F – era e sou nê?

A – o senhor acha que os salesianos eles é tinham como missão também é, digamos assim, criar alguma cultura cristã entre os alunos?

F – não, não, era me parece que não não tinham essa intenção, a intenção era apenas introduzir alguma coisa da religião pra que nê? Alguém nos domássemos conhecimento disso, mas que houvesse assim uma imposição não só que nós tínhamos é que estudar e fazer provas, agora não havia obrigatoriedade de ninguém quem fosse batista, tinha gente que era batista, mas se enquadrava dentro do sistema sem nenhuma. não me parece que houvesse que tinha alguma intenção de interferir na consciência dos alunos

A – é, atualmente o senhor continua católico nê, era e continua católico? O senhor acha que os salesianos influenciaram nesse sentido? Na sua formação?

F – não, eu não acredito que tenha a influencia pode servir muito mais quando nem no primário, secundário, mas na parte acadêmica

A – o senhor estufou no Colégio Dom Bosco?

F – estudei, eu fiz o contador no Colégio Dom Bosco. 2º grau o contador eu fiz no colégio dom bosco

A – a maioria desses colegas do senhor do 1º na, era originários do dom bosco?

F – não, não todos muitos eram do Oswaldo Cruz, outro de fora entendeu outro se formaram até fora, não era, mas havia muita gente, sim porque, como eu to dizendo a metade era essa meninada que eram mocinhas e rapazes nê? e que e que não eram tão mocinhas nem rapazinhos mais já eram de uma certa idade, então esses participaram naturalmente do Dom Bosco, tinham essa coisa, mas agora nós no tempo do contador eu lembro que a gente tinha que no recreio que ir la na missa la pra ouvir o padre Pedro Coletti. Ele dava a sua preleçãozinha, mas nunca obrigando a ninguém a ser de modos que a eles, falaram que claro que com a como era uma iniciativa deles eles tinham que participar alguma coisa da religião, deve ser até da congregação.

A – o senhor acha que essa turma, ou essa criação da faculdade de direito melhor dizendo, ela de alguma maneira esteve vinculada ao desejo do sul do MT particularmente de Campo Grande na Divisão do Estado?

F- não, não que parece que ela tivesse alguma coisa assim a, eu entendo que a própria juventude daquela época ansiava por um curso superior que não existia, quer dizer, todo mundo ficava no 2º grau e pronto parava, ai vinham outras pessoas de fora falando de faculdade e mas aqui ficávamos, então havia essa sede de saber, realmente, nê?

A – houve um movimento da cidade pela faculdade de direito? Como houve por exemplo pela UFMS pelos seus cursos?

F- a Divisão era latente para todo mundo mas não o daclobe não iniciou nada nesse sentido eram simpatizantes naturalmente nê? Todo mundo era simpatizante mas não houve um trabalho da Universidade que eu saiba a não ser que houvesse a direção o presidente do daclobe, mas no relatório dele ele não conta nada disso então não me parece que tenha havido alguma coisa.

A – a gente pode dizer que a faculdade de direito foi a principal faculdade o principal curso de nível superior dessa época aqui na cidade?

F – sim, porque depois disso como eu disse só tinha ciências biológicas, farmácia e odontologia e a própria

A – filosofia

F – filosofias e letras nê? Eu não me lembro de outra faculdade que houvesse na época então era realmente que há que mais

A – o curso si destacava?

F – si destacava sim, havia muita gente candidatos, são 166 candidatos pra havia é claro um numero bom de vagas mais 166 candidatos que participaram e outros tantos que queriam participar mas não puderam

A – é incorreto afirmar que formou uma elite na cidade, uma elite intelectual, uma elite pensante aqui na cidade a faculdade de direito nesses anos todos?

- F – eu diria que sim, porque você vê hoje grandes nomes da parte jurídica estão ai nê? São promotores, são defensores públicos, juizes e são elementos que fazem a opinião publica também nê? Mas e ela, ela tem a com trinta e quatro anos não é possível que ela tenha uma contribuição a dar e ela realmente deu, deu porque aqueles que participaram aqueles que chamam de retardatários já eram pessoas influentes já na época nê? Então eles aprimoraram aquilo e a própria divisão do estado também recebeu alem disso recebeu-a
- A – eu fico imaginando, porque com a Divisão do estado se exigia novos funcionários qualificados, pessoas com nível superior e sobre tudo na área jurídica e com uma faculdade aqui já funcionando ela assim em 66 nê, em 70 a 1ª turma com sete turmas formadas de certa maneira e tinham uma reserva
- F – assim era tinha os quadros nê
- A – os quadros
- F – quadros formados
- A – que não precisavam importar, quer dizer, o senhor acha que isso contribuiu de certa maneira
- F – exatamente, também não deixa de ser, eu não diria decisivamente mas contribuiu com a mão de obra os quadros para isso nê, que ai são os elementos, não são só aqueles elementos da 1ª turma, mas os outros que vieram depois nê? Todos estão ai nê? De alguma forma contribuindo com os quadros de pessoal, de modos que é, isso é certo que houve a contribuição
- A – o lema de uma escola salesiana é formar cidadãos honestos e bons cristãos esse é o lema de Dom Bosco. O senhor acha que a Fadir a faculdade de direito formou bons cidadãos e formou bons cristãos?
- F – bom, ele, eu é
- A – o senhor primeiro sentiu que é uma faculdade de direito, era uma escola salesiana, tinha esse peso, assim de
- F – sim tinha, tinha, tinha porque ela imprime em todas as coisas, as coisas que fazem sempre imprime aquela aquele, jargão deles nê? Próprio nê? Então a gente sente que ta até entre eles a parte dos professores nê então é uma disciplina rígida e eles determinavam que tinham que ser nê? Então é uma coisa a vontade, então a missão salesiana ela tem essas normas que todos devem cumprir e até certo ponto é nê? a gente entende todo mundo entende isto, elas tem influencia sim, sem duvida, agora quanto ao moral e ao caráter das pessoas, acho que ai depende muito de cada um. São todos de maior idade, todos sendo pessoas de já adulta então não acho que, é claro que ela dá uma diretriz nê? Agora todos estão formados a faculdade já não tem essa influencia, tanta influencia assim.
- A – Dr. Urizar, pra gente concluir assim a nossa entrevista o senhor acha que, o que o senhor acha do trabalho da missão salesiana na área de educação aqui?
- F – muito importante, ela desempenhou um papel muito importante na, porque quando não havia nada aqui, nem escolas, então ela que começou, quer dizer, quantos, alunos não saíram, esse grandes é profissionais da área aqui, da medicina, odontologia, farmácia, do próprio direito, são todos oriundos da do Dom Bosco. Essa é esses (ininteligível), profissionais hoje estão todos aposentados, possuem o primário no dom bosco aqui, agora naturalmente que aqueles mais abastados foram depois pra fora estudar, mas o primário todos fizeram por aqui então ela desempenhou realmente um papel importantissimo na educação, alavancou todo o sistema educacional nê? Por isso essa influencia.
- A – a gente pode dizer então que é a formação da nossa elite, ela teve
- F – grande influencia
- A – o colégio dom bosco
- F – ah! Não tenha duvida
- A – principalmente pelo colégio dom bosco
- F – não tenha duvida
- A – em segundo lugar talvez pela faculdade de direito
- F – e depois nê como complemento a faculdade de direito
- A – na pesquisa a gente percebeu que os alunos, a juventude aqui do estado ela ia ou estudar no Rio de Janeiro ou em Curitiba ou em São Paulo, em menor grau em São Paulo
- F – exato
- A – e até por conta disso é a faculdade de direito tem uma vinculação nesse começo com a faculdade do Rio de Janeiro muito mais do que com a de São Paulo
- F – sim
- A – com a do Largo de São Francisco em função de as palestras por exemplo dos professores, eram os professores do Rio de Janeiro é que vinham em função de os professores terem vinculo com o Rio de Janeiro. Isso é verdadeiro?
- F – é verdadeiro sim
- A – é
- F – também não deixa de São Paulo ter participado de de alguma coisa, não eram tão distantes assim, agora em função disso que você está dizendo que os professores aqui eram oriundos de São Paulo e do rio de janeiro naturalmente vinham mais de lá também nê?

- A – do Rio  
 F – do Rio de Janeiro também. Do Rio Grande do Sul, Paraná também vinham  
 A – Cuiabá não havia muito vinculo  
 F – não  
 A – e já existi faculdade de direito lá?  
 F- já, parece-me que já. Direito  
 A – pelo que me consta, parece-me que sim  
 F – será que tinha faculdade de direito lá? Porque não tinha nem Universidade federal lá na época nê?  
 A – não, Universidade federal não, ainda não  
 F - não tinha nê?  
 A - não  
 F – lá a faculdade de direito era na Universidade federal  
 A – é, mas tinha uma que depois ela acaba-se federalizando, acaba integrando-a  
 F – essa eu não conheço  
 A – o senhor já ouviu falar numa faculdade, num curso de direito na década de 20 aqui na cidade?  
 F – curso de direito?  
 A – é, que foi criado aqui  
 F – eu lembro que tinha um curso de farmácia, é esse é antigo, agora de direito, não, direito eu não tenho noticia disso não é, tanto é que existi num livro do Dr. Paulo Coelho Machado, ele publica a foto do curso, só que ele não fala muito sobre isso, ele fala que foi o primeiro curso de direito aqui da cidade e é da década de 20 mas não chegou a formar a turma inteira.  
 F – é, esse eu não lembro, nem que tinha sido criado o curso de direito aqui. O de farmácia sim. Porque tem ate fotografias  
 A – é. O de direito tem uma fotografia, eu achei  
 F – É? Dessa turma que não formaram  
 A – é, da instalação do curso  
 F- da instalação do curso  
 A – ah! Uma pergunta, o senhor assistiu a instalação da aula inaugural do curso? Em março de 66?  
 F – devo ter assistido sim, sim, devo ter assistido agora eu não me lembro quem que deu essa aula inaugural, parece que foi um professor que foi nosso, ele era muito ligado ao professor Dr. João Pereira da Silva, da mesma religião dele  
 A – que religião que era?  
 F – adventista, alguma coisa assim  
 A – assim, esse professor, ex-desembargador não era, católico  
 F – não. O desembargador era outro, era João Pereira da Silva, esse outro era João, era um desembargador, João Lacerda Azevedo  
 A – a tah!  
 F – era ex-desembargador já, era sócio do Eduardo Machado Metello. Trabalhavam no mesmo escritório, era nosso professor, esse era, mas esse outro rapaz veio de São Paulo inclusive ele é de São Paulo ou de Curitiba, de São Paulo  
 A – pra aula inaugural  
 F - pra aula inaugural.  
 A – adventista?  
 F – ele era adventista  
 A – que interessante né? Dava aula inaugural de uma escola salesiana  
 F – é, e ele foi nosso paraninfo, o que foi patrono, paraninfo, foi ele também ele ta na nossa fotografia, eu não sei porque mas que ta nosso patrono parece, agora essa aula inaugural  
 A – foi no teatro é do Colégio Dom Bosco. Se não me falhe a memória existia um prédio na esquina, que não era a biblioteca atual, era um potro prédio antigo  
 F – mas desapareceu esse auditório que ta ai? Esse tem auditório hoje  
 A – é, mas não é esse ai que foi instalado a aula inaugural. Foi no teatro do colégio dom bosco  
 F – teatro do colégio Dom Bosco.  
 A – o Dr. Cleomenes conta uma história interessante  
 F – ah! Ele, sabe muita coisa, ele foi o secretario da faculdade  
 A – foi, foi, eu conversei com ele  
 F – Ah! Eu preciso até retornara falar com ele  
 F – é bom retornar a falar com ele. Ele foi secretario, ele começou com o processo de criação da faculdade, foi ele quem começou.  
 A- Ele contou uma história engraçada que é a seguinte: É, já estavam marcada para as 20h a instalação da abertura da Seção, o Bispo não tinha chegado e o Padre Pedro falou assim, e aí uma outra pessoa fla pra ele

que o Bispo não chegou ainda já são quase 8 h aí ele falou assim o Bispo sabe o horário 8 h a gente começa a Cerimônia, ou seja, a rigidez, sendo implantada naquele momento assim sabe?

F- Exatamente, era assim mesmo

A- Mas o Bispo chegou a tempo

F- Ainda chegou a tempo. Pois é, essa rigidez eles sempre mantinham nê? O Padre Zavattaro, por exemplo, Felix Zavattaro, foi um dos professores nossos ele era muito rígido nê? É, teve um Padre que, Padre José, não lembro isso aí, ele foi até transferido, tá até pra Três Lagoas, na época, mas ele não chegou a terminar o curso com a gente mas ele era muito, ele com ele mesmo sabe? José Gonçalves ele é de Campo Grande mesmo.

A- O Padre José Scampini ele entra em que no?

F- Ele entra, não sei agora,

A- Parece que no 2º ano

F- No 2º ano já ele entrou

A- Ele fica muito tempo na Direção da Faculdade

F- Ficou até o final, o final da nossa turma ele estava

A- Sim, até inclusive dele nê?

F- Sim.

A- ele falece nê?

F- ele faleceu em sessenta, não aí eu não lembro direitinho quando ele faleceu porque nós terminamos o curso com ele

A- E ele era muito rígido?

F- Ele é um sujeito nê? É aquela disciplina salesiana nê? Ele era muito correto nas coisas tal, rígido, com rigor, a gente sentia porque

A- Juventude

F- Juventude sempre quer fazer mas ele mantinha quilo lá era muito é muito rigoroso

A- Contavam que ele era muito inteligente, muito culto.

F- Sim é estudioso

A- Estudioso.

F- Muito estudioso, o Cleomenes deve Ter conhecido melhor ainda ele, ele conhece , porque ele começou, o Cleomenes começou o processo praticamente da faculdade foi ele que começou

A- Perfeito.

F- E depois ele foi então Secretário também, ele também como Deputado ele também ajudou alguma coisa a ao daclobe, que o daclobe também andou solicitando alguma coisa na época a ele participou também

A- A vinculação dos nosso políticos com a faculdade? Existia por exemplo o Plínio, o Plínio era foi professor nê?

F- O Plínio era prefeito na época

A- O Canale era o Prefeito.

F- o Canale nê? Ele era, o Plínio era o Inspetor Federal, Inspetor Federal, mas eu nunca ví ele lá na faculdade, ele era Inspetor Federal, quer dizer, então tinha essa coisa, e ele participou da dessas campanhas por exemplo, do asfaltamento ele participou ativamente

A- O Daclobe conseguia mobilizar a cidade, inclusive?

F- Conseguia.

A- Não ficava só com os alunos?

F- Essas campanhas que se fazia entendeu? Fazia com os alunos mas o aluno é aquela coisas entendeu? Aquele marasmo, você não puxa ele, houve até no jornal, eu tava lendo um dia desses, o Daclobe não faz isso, o daclobe é parado é um marasmo a[í o Daclobe responde pra ele no jornal A Tribuna mas não depende do Daclobe e o aluno que tem que fazer isso não é o Daclobe que tem que puxar alguém. Nas festas eu lembro até que fala em algum lugar aí, a gente tinha que levar a listinha de presença senão o pessoal não ia, entendeu? Então que tem qualquer coisa escrito você vai levar se dá uma lida porque é melhor do que tô falando aqui você vai conseguir aí entendeu? E independente disso é foi uma época muito boa pro Estado, inclusive porque com a criação da Faculdade realmente teve essa parte, uma nova mentalidade nê?

A- É.

F- Porque nós sentimos realmente, hoje a coisas estão muito diferentes nê? Mas na época nós não tínhamos nem asfalto, nem estrada asfaltada de campo Grande a Porto XV era um desastre, não tínhamos aqui universidade, não existia nê? E além disso outras coisinhas a nível municipal até do Estado a gente participava porque Cuiabá não queria, não tomava conhecimento de Campo Grande? Nós tínhamos que fazer tudo aqui isso, tudo isso foi crescendo assim nê? Foi nessa efervescência que houve justamente por isso nê? O Estado era outro já.

A- Já não se vinculava mais

F- Já não se vinculava. Não tinha vinculação nenhuma praticamente nê? Mesmo porque a nossa arrecadação ia toda pra lá e de lá vinha só, os nossos Delegados aqui, delegado de Polícia aqui tinha que meter a mão no bolso pra botar gasolina no carro pra fazer diligência, que não vinha nem isso, então, mas que essa divisão foi um nê?

Eu participei da última, Dr. Paulo Machado teve uma reunião porque ele era Presidente da Associação Pró-divisão do Estado, então ele fez onde hoje era a Câmara que a Câmara Municipal era ao lado da Prefeitura, A Prefeitura era na esquina onde é o Banco do Estado, não

A- Banco do Brasil?

F- Não. Banco Bradesco, lá na 14 e a Calógeras.

A- Ah! Sim, sim

F- Logo depois era uma casa uma residência e aí era a Câmara de Vereadores. Eu lembro que eu já estava em Cuiabá fazendo a Escola do Senai construindo e vim pra cá para uma reunião, participei da última reunião da Associação, tem até meu, se tem ata lá.

A- Tem, tem, essa ata está exposta na Fundação Barbosa Rodrigues.

F- Ah! É?

A- É essa ata

F- Ah! Eu quero até ver isso aí, onde que é isso, essa Barbosa Rodrigues?

A- É lá no, onde que era o Diário da Serra

F- Diário da Serra é lá perto do Senai?

A- Isso, lá na rua

F- Pimenta Bueno.

A- Isso, lá mesmo, onde o DR. João Comprou o Diário da Serra e instalou onde era o Diário da Serra a Fundação Barbosa Rodrigues

F- Ah! Eu vou lá saber porque eu tenho importante. Mas muito bem, olha você, aí você agora conserta o que tá aí. Eu vou te dar os documentos, eu vou te mostrar o que eu tenho aqui e, olha este por exemplo é matrícula universitária, aqui é de 26 agosto de 67, agosto mas eu tenho o de março que é o primeiro

A- Ah! Esse é o 1º? Olha, esse é um

F- É uma relíquia.

A- esse é um documento histórico, isso aqui

F- Aqui você vai ter olha, aqui você vai ter por exemplo, olha o número da Faculdade, quando foi criado

A- Olha! Tudo perfeito olha?

F- Tudo, você tem aqui entendeu?

(Trecho ininteligível)

A- Dr. Cleomenes

F- Secretário Dr. Cleomenes

A- Uma outra pergunta, eu pretendo entrevistar 2 professores.

(...) Correio do Estado... pesquisando no Correio do Estado eu percebi muito mais o correio e tanto no Correio quanto no Jornal do Comércio em destaque a Faculdade de Odontologia, Farmácia e Odontologia, me pareceu que a cidade ela tava pelos e assim e assim também as atas da Câmara Municipal que tivesse.

F- É porque ela veio primeiro, e ela veio através do trabalho assistido do Hércules Maimone que era, então e anterior a Faculdade de direito nê? Ela já tinha, quando foi formado, criado a faculdade, já existiam ciências Biológicas.

A- Já, já existia farmácia e Odontologia

F- Instituto, cujo diretório, cujo, com é que chama? Diretório Acadêmico nê? Chamava Hércules Maimone que quem começou tudo isso, ele mexia com a imprensa, ele mexia com tudo entendeu? Então ela fez um barulho aí

A- a Faculdade de Direito então, foi mais de gabinete, digamos assim, os Padres

F- Sim, eu credito muito mais de gabinete o prestígio da Missão Salesiana nê? E a auxiliado por outras.

A- Mas não foi assim uma vinculação com a cidade não foi um decisão interna?

F- praticamente, é eu entendo assim

A- o Dr. Cleomenes diz isso

F- Isso é verdade, é o prestígio da Missão salesiana é que conseguiu porque é tempo revolucionário quer dizer, é na época era uma dificuldade.

A- De mobilizar inclusive.

F- De mobilizar inclusive, que dizer, qualquer coisa na época lembro que eu fiz sindicato, Patronato da Industria mas o SNI em cima da gente, então nê? Não tinha

A- Sem querer, claro que, sem nomes

F- Sim

A- Desconfiava-se que existia na turma é Agentes implantados não nê?

F- Não.

A- Dessa primeira turma

F- Até nem se falava muito disso era, a gente deixa de lado essa parte política nê? Não participava muito.

A- É que não tava na repressão muito

F- É, não havia, aqui não havia nê?

A- Muito ainda nê?

F- ainda não porque

A- Era 66 nê?

F- A revolução aqui pegou os cabeças numa pancada só e pronto. Aí acabou os outros deixaram ficar a vontade nê? Pegaram os cabeças e aqueles então, o resto ficou, quer dizer, então não havia, eu pelo menos não sentia nada disso assim uma parte militar, insistentemente ou alguma coisa, não. Tinha notícia - ah! Fulano foi preso e tá, tá, tá, mas a gente na parte universitária só tinha essas, esses programas esses planos de trabalho, então a gente não participava, mesmo porque não era vantagem nenhuma bater contra.

A- É aquela época

F- naquela época não tinha, então, tinha militar na nossa, na 1ª turma

A- Vários, eu vi vários.

F- Vários militares nê? Mas eles então não participavam muito eram muito liberais. De forma que eu não vejo agora, sinto sim é prestígio da Missão Salesiana nisso, o interesse entendeu? Porque aí até o Cardeal deve Ter entrado no meio pedir. Não é? Coisa que aqui a gente não sentiu a população não tinha essa coisa nê? Como Você viu no Correio do Estado trabalhando em função da coisa, na época o Coronel Hércules Maimone que era Coronel Farmacêutico ele trabalhava, ele tinha um transito livre nê? Por essas redações todas, de modos que ele trabalhou mais, e em função disso também era anterior a Federação. Ele criou depois nê? Então a Faculdade veio depois.

A- O Dr. Levy dias ele foi presidente da UCE?

F- Foi.

A- A UCE teve algum vinculo é em funções porque o Sr. Acabou de dizer

F- Só participava na nossa época e quem era presidente era o Pedro dobes

A- Ah! Sim.

F- Era o Pedro dobes, passou o Levy passou para o Pedro Dobes. Ele, participava nesses trabalhos aqui ele participava, por exemplo do asfaltamento daqui, ele como representante da UCE.

A- Mas o Dr. Levy dias não é Advogado?

F- Bom, eu e eu tenho a impressão que ele se formou em Uberaba.

A- Não é engenheiro ele?

F- Não, não é engenheiro ele, ele começou a federar aqui e ficou um ano só aqui aí foram transferidos para Uberaba, porque lá era curso vago, então você poderia ir semanalmente ele talvez não tivesse tempo.

A- Perfeito.

F- então ele, como o Valdir Santos Pereira e outros tantos aí que fizeram isso também.

A- Tá certo.

F- E olha, qualquer coisa aí estamos... me deixa seu endereço.

A- Eu vou deixar aqui, esse é meu telefone.

F- Sim, eu vou te dar, eu vou ver essa fotografia.

A- Eu sou professor da UNIDERP, eu dou aula no Curso de Direito em rio Verde e dou aula de Direito também na FIP que também é da UNIDERP lá em Ponta Porã.

F- Sim.

A- Então eu sou é pra lhe dar referencias eu sou aluno do Mestrado em Educação na Universidade Federal.

F- Sim.

A- E Professor nessas duas Universidades.

F- Muito bem, você quer a

A- A foto e se possível o convite

F- O Convite eu tenho, esse eu lembro que eu tenho, a foto é que eu tenho que ver.

A- Isso aqui é na Vila Carvalho. É Arnaldo Serra, 176, esse é o meu endereço, meu telefone.

F- Mas eu entro em contato, o horário?

A- como é celular é mais fácil.

F- então muito bem. Arnaldo, olha, disponha da gente aqui. Qualquer coisa.

A- Obrigado, eu vou e quando o Senhor me chamar eu trago, eu posso tirar cópia?

F- Pode, Pode, Pode, fique a vontade com isso aí você vai encontrar muita coisinha, lê aí que você vai.

A- Vou sim.

F- Pra ajudar nê?

**(FIM DA ENTREVISTA).**

**2 - DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO:**

- DESCRIÇÃO DA ENTIDADE MANTENEDORA
- PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO: DESCRIÇÃO DOS EDIFÍCIOS;
- DEMONSTRAÇÃO DA NECESSIDADE DO CURSO PARA O MEIO CULTURAL;
- ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA;

**02 – OFÍCIOS DO MEC À FADIR:**

- OF MEC Nº 1298 – 27/09/1965;
- OF MEC COM ADENDO AO PARECER Nº 774/65;
- OF. MEC 2º ADENDO AO PARECER N. 774/65;
- OF. MEC Nº 113 – 28/02/1969;

**03 – DOCUMENTA**

- DOCUMENTA N° 39 – JULHO/1965;
- DOCUMENTA N° 41 – SETEMBRO/1965;
- DOCUMENTA N° 42 – OUTUBRO/1965;
- DOCUMENTA N° 97 – JANEIRO/FEVEREIRO/1969;
- DOCUMENTA N° 127 – JULHO/1971;

**04 – JORNAL TRIBUNA UNIVERSITÁRIA**

- TRIBUNA UNIVERSITÁRIA Nº 01 – 12 DE MARÇO/1967;
- TRIBUNA UNIVERSITÁRIA Nº 05 – AGOSTO/1967;
- TRIBUNA UNIVERSITÁRIA Nº 11 – MAIO/1969;

**05 – RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DACLOBE – 23/10/1966 A 15/03/1968;**